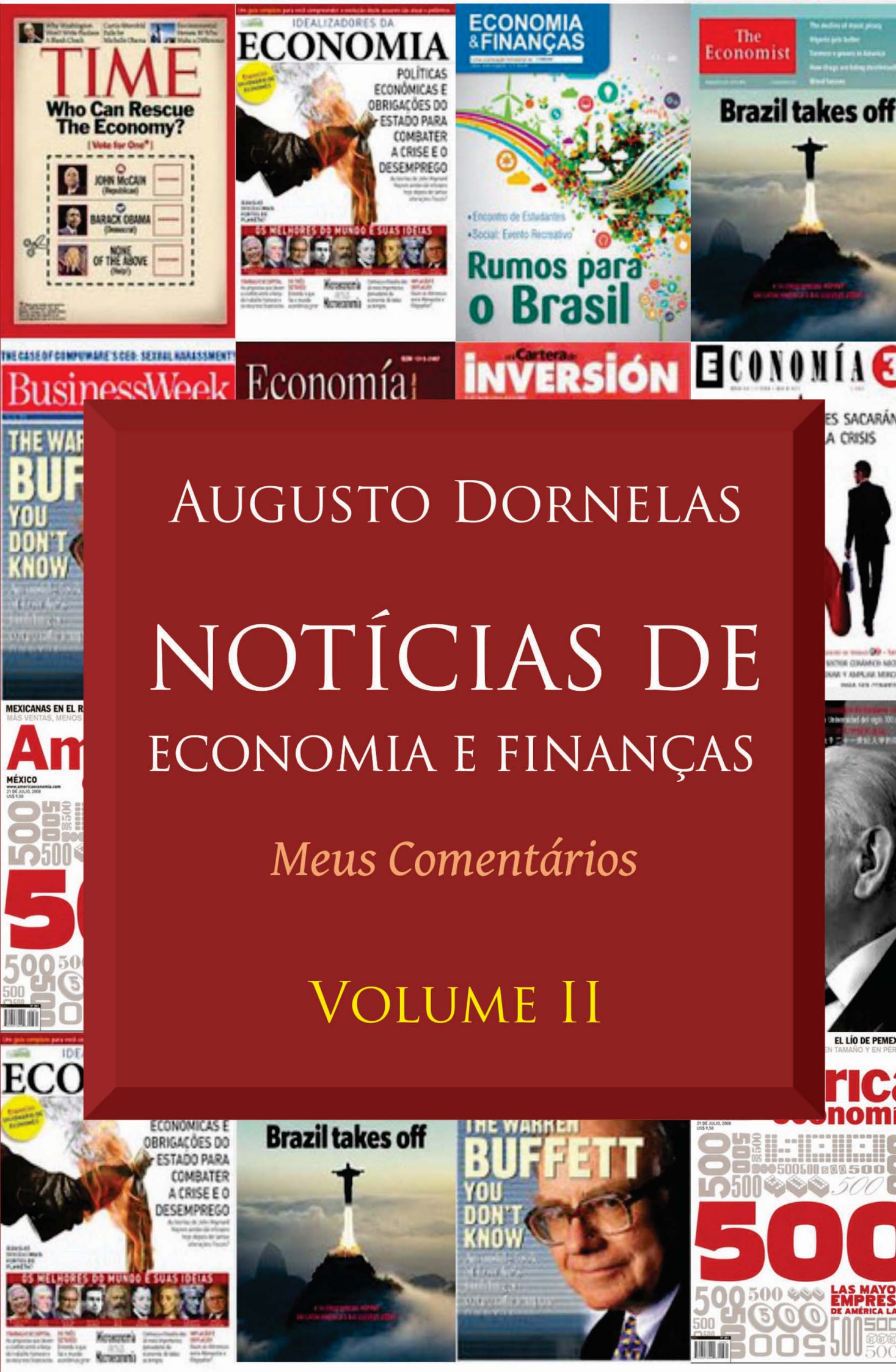




AUGUSTO DORNELAS

NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS

Meus Comentários

VOLUME II

Augusto Dornelas

NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS

Meus Comentários

Volume II



Livro **Rápido**

Copyright © 2013 by **Augusto Dornelas**

Todos os direitos reservados ao Autor
Augusto Dornelas

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Capa e Diagramação
Andreza de Souza

Revisão
Do Autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica

D713n

Dornelas, Augusto
Notícias de economia e finanças: meus comentários / Augusto Dornelas.
– Olinda: Livro Rápido, 2015.

321 p. : il. V. II

Informações sobre o autor p. 4-5
ISBN 978-85-62583-65-0

1. Economia e finanças. 2. Notícias de economia financeira. 3. Temas de relevância econômica e financeira. 4. Sistema financeiro. I. Título.

33:996 CDU (1999)

Fabiana Belo - CRB-4/1463

Editora Livro Rápido – Elógica
Coordenadora editorial: *Maria Oliveira*

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 Peixinhos
Olinda – PE CEP: 53230-290
Fone: (81) 2121.5307/ (81) 2121.5313
livrorapido@webelogica.com
www.livrorapido.com

Autor:

Augusto César Barbosa Dornelas

Formação Acadêmica

Possui formação acadêmica a nível de graduação em Economia (UFPE) e Matemática (UFRPE), Pós-graduação em Matemática pela UFPE e Mestrado em Educação Matemática pela UFRPE e formação complementar relacionada às seguintes áreas: Análise de Viabilidade Econômica de Projetos (FIECAFI), Finanças Internacionais e Política Macroeconômica e Consultoria em Investimentos Financeiros (FGV), Análise e Planejamento Financeiro (SEBRAE), Mercado Financeiro e Títulos de Renda Fixa (ANBIMA).

Experiência Profissional

Possui mais de duas décadas de dedicação ao ensino de disciplinas relacionadas às áreas de Métodos Quantitativos, Finanças e Economia. Foi professor das universidades públicas UFPE e UFRPE. Ministra cursos nas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PE), Fundação Bradesco, Mongeral - EAGON Seguros & Previdência, MBA's da Business School da Faculdade Maurício de Nassau. Pós-graduação em Comércio Internacional da Faculdade Esuda, MBA em Gestão de Negócios e Gestão de Projetos da UNICAP, MBA em Gerenciamento de Projetos da Faculdade Guararapes, MBA em Controladoria do IBPEX - UNINTER e MBA's em Matemática Financeira Aplicada, em Logística e em Finanças Corporativas da Faculdade Metropolitana da Grande Recife, onde leciona há 12 anos e também exerce a função de coordenador do curso de

Gestão Financeira, além de exercer atividade docente na Faculdade Nova Roma – FGV. Presta consultoria econômica e financeira em entrevistas para veículos de comunicação do Estado de Pernambuco, dentre os quais: Rede Globo Nordeste, TV Jornal – SBT, TV Clube – Record, Rede Estação – RBC, Jornal Folha de Pernambuco e Jornal Diário de Pernambuco, Rádio Olinda (1030 AM) e a Rádio CBN Recife (97.1 FM).

Publicações do autor

- MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS PARA CONCURSOS PÚBLICOS: Teoria e Exemplos - 600 Questões de Provas: 200 Resolvidas e Comentadas e 400 Propostas (ISBN 978-85-224-7945-0 e ISBN 98-85-224-794); publicado pela Editora Atlas nas versões impressa e digital em agosto de 2013.
- HP 12C Uma abordagem prática e interativa de suas principais funções básicas, financeiras e estatísticas (ISBN 978-85-406-0661-6); publicado na versão impressa pela Editora Livro Rápido em novembro de 2013.
- NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS – MEUS COMENTÁRIOS – vol. 1 (ISBN 978-85-406-0683-8); publicado na versão digital pela editora Livro Rápido em dezembro de 2013.

Ao amigo, irmão e economista Glaudionor Gomes Barbosa.

Homenagem

A todos os veículos de comunicação que praticam jornalismo abrangente, eficiente, democrático e imparcial no Brasil e no mundo.

Apresentação

Prezado leitor,

É com enorme prazer que comunico o lançamento do segundo volume da série intitulada ***“Notícias de Economia e Finanças – Meus Comentários”***, dando sequência a um conjunto de mais cinquenta comentários envolvendo abordagens relativas a diversos temas relacionados às áreas de Economia e Finanças que foram resultados de reportagens de importantes veículos de informação nacionais e estrangeiros, que dentre eles podemos destacar: As Organizações Globo (Portal G1, Jornal O Globo, TV Globo), os jornais: Diário de Pernambuco, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Valor Econômico e El País os portais UOL, IG, Terra, Infomoney, BBC Brasil, IBEDEC, Reuters Brasil, Revista Exame, além dos sites de importantes agências governamentais como o Banco Central do Brasil (BCB), Tesouro Nacional (TN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria da Receita Federal (SRN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros.

Como no lançamento anterior procurei selecionar matérias jornalísticas de ampla divulgação pela mídia e a partir delas exercer comentários relacionados a diversos temas de interesse particular e profissional do público leitor, inclusive com diversas participações nas páginas relacionadas ao Facebook que mantenho ativas, dentre elas a de Economia e Finanças – Notícias e Comentários (<https://www.facebook.com/economiaefinancas?ref=hl>).

Como na edição anterior, o livro está disponível de forma gratuita nos sites da Editora Livro Rápido e nos portais Slideshare, E-Livros Grátis, Ebah e Passei Direto como forma de popularizar o conhecimento e a discussão acerca de temas de relevância econômica e financeira.

Espero que tenham gostado e aproveitem para ler, refletir e discutir sobre a obra e outros temas de importância para a construção de uma prática cidadã relativa ao mundo das finanças.

Boa leitura e um forte abraço!

Augusto Dornelas

Sumário

1. BC: Inadimplência cai a 4,8% em novembro, menor nível em 32 meses	15
2. Carga tributária brasileira bate recorde e soma 35,85% do PIB em 2012.....	17
3. Dívida Pública Federal sobe 2,32% em novembro, anuncia Tesouro	21
4. UOL ECONOMIA, 24/12/13	29
5. Retrospectiva da Economia Brasileira em 2013	35
6. Shiller ressalta cegueira do Brasil com bolha imobiliária: "me senti nos EUA de 2005" - InfoMoney	41
7. Inflação oficial fecha 2013 em 5,91%, diz IBGE	50
8. Mulheres assumem o pódio dos endividados em Pernambuco	57
9. Rio Surreal: ação nas redes sociais denuncia preços abusivos na cidade.....	62
10. Manchete de O Globo há 50 anos: 'Considerado Desastroso para o País um 13º Mês de Salário'	66
11. Veja repercussão da decisão de elevar a Selic pela oitava vez seguida	73
12. Ibope: maioria dos brasileiros não lê jornais, nem revistas.....	79

13. Superávit primário brasileiro é um dos cinco maiores do mundo.....	84
14. Banco do Brasil tem lucro líquido de quase R\$ 15,8 bilhões em 2013	88
15. Vendas no varejo fecham 2013 com alta de 4,3%, o menor resultado em 10 anos.....	95
16. O Programa de Educação Financeira do Banco Central	106
17. Mercado não gostou? ADRs da Petrobras ignoram pesquisa Ibope - InfoMoney.....	112
18. Portabilidade de crédito começa a valer na segunda-feira (5).....	117
19. Inflação desacelera para 0,67% com alta menor de alimentos e transportes	121
20. Programa de intervenção no câmbio prosseguirá após junho, diz BC.....	125
21. Presidente da Argentina diz que quer negociar com credores	130
22. BRICS terão US\$ 100 bi para banco e outros US\$ 100 bi como reserva, anuncia Dilma	136
23. Sardenberg comenta o que mudou na desigualdade de renda do Brasil	142
24. Bovespa volta a recuar nesta quarta-feira	146
25. Dólar tem queda após alta da Selic, e é cotado abaixo de R\$ 2,40	151

26.	O que as crianças devem aprender sobre dinheiro e negócios?	158
27.	Estudo aponta elevação da renda como fator para aumento do uso do transporte individual	167
28.	Balança comercial tem pior resultado para novembro em 20 anos.....	173
29.	Cuidado com promoções de veículos sem juros destaque	179
30.	O que esperar da economia em 2015?	184
31.	Brasil dos oligopólios: 10 empresas dominam até 70% das vendas dos supermercados	190
32.	Título público é a melhor aplicação deste século, afirma estudo	195
33.	Real mais fraco é bom para a economia brasileira, diz FMI	199
34.	Como investir em títulos Públicos.	203
35.	Dilma diz que fará 'de tudo' para cumprir meta fiscal	209
36.	Desemprego teria de subir para inflação convergir para 4,5% - InfoMoney	219
37.	Terceirização aprovada na câmara. E agora?	225
38.	Juro do cheque especial chega a 220,4%, maior nível em quase 20 anos.....	233
39.	Consumo das famílias tem maior queda desde 2008, aponta IBGE	236

40.	Brasileiros trabalharam até domingo para pagar impostos	245
41.	Gasto brasileiro no exterior cai 30%, e tem menor nível em abril em 5 anos.....	250
42.	Como os bancos determinam taxa de juro de um empréstimo?	259
43.	Dívida Pública cresce em maio e chega a quase R\$ 2,5 trilhões.	266
44.	Em 21 anos, real perde poder de compra, e nota de R\$ 100 vale R\$ 19,90.....	275
45.	Mercado informal movimentou R\$ 826 bilhões em 2014	283
46.	Os muitos desastres econômicos da Europa	289
47.	Desempregados já somam 8,2 milhões e brasileiros buscam ‘plano B’	294
48.	Brasileiro troca marca de produtos para tentar escapar de alta nos preços	301
49.	Arrecadação federal tem pior junho desde 2010 e recua 3% no 1º semestre.....	306
50.	Brasil tem nota de crédito rebaixada por agência de classificação de risco	311

UOL ECONOMIA, 19/12/2013

uol economia

[ÚLTIMAS](#) • [COTAÇÕES](#) • [FINANÇAS PESSOAIS](#) • [EMPREENDEDORISMO](#) • [EMPREGOS E CARREIRAS](#) • [IMPOSTO DE RENDA](#) • [UOL INVEST](#)

 <  >

Sapatênis Democrata Marrom
POR: R\$ 269,90 [CONFIRA](#)

BOLSAS	BOVESPA ▲ -0,63% 52.902,28 pts	CÂMBIO	DÓLAR COM ▲ +0,13% R\$ 3,14	PESO ARG 0,0% R\$ 0,344	EURO ▲ -0,51% R\$ 3,42
---------------	--	---------------	---------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

1. BC: Inadimplência cai a 4,8% em novembro, menor nível em 32 meses

Leia mais acessando:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/12/19/inadimplencia-cai-a-048-em-novembro-menor-patamar-em-2-anos-e-meio.htm>

Meus comentários:

A notícia de queda de um importante indicador econômico, como é o caso da inadimplência, é bastante animadora, uma vez que o índice ou percentual de inadimplência é um importante componente das taxas de juros praticadas no mercado, que além dela acrescentam os custos de captação dos bancos, impostos, riscos, custos de oportunidades e margens de lucro do sistema bancário.

Isso quer dizer que quanto maior forem as taxas de inadimplência, maiores serão as taxas de juros praticadas no mercado, como por exemplo, nas utilizadas nos empréstimos e financiamentos relativos ao Crédito Direto ao Consumidor, destinado à aquisição de bens duráveis (automóveis, móveis e utensílios para o lar, eletroeletrônicos, etc); além de que

quando atingem determinados percentuais os agentes credores (bancos e financeiras, principalmente) passam a apresentar maiores restrições nas concessões de empréstimos e financiamento e isso reflete no nível de vendas, produção, arrecadação de impostos e níveis de emprego e desemprego no sistema econômico.

Uma outra boa notícia foi com relação ao volume de crédito no país, que chegou à importante cifra de R\$ 2,647 trilhões, o que prevê um PIB da ordem de R\$ 4,76 trilhões ou US\$ 2,026 trilhões a taxa de câmbio de hoje (US\$ 1 = R\$ 2,35); o que certamente nos coloca em 6º maior PIB mundial.

Um abraço,

Augusto Dornelas

UOL Economia, 20/12/13

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail BOL Notícias Esporte Entretenimento Mulher Rádio TV UOL Shopping 
Direto ao assunto → Câmbio · Bolsas · Índices · Controle suas finanças · Fundos · Imóveis · Guias · Calculadoras 

uol economia

ÚLTIMAS · COTAÇÕES · FINANÇAS PESSOAIS · EMPREENDEDORISMO · EMPREGOS E CARREIRAS · IMPOSTO DE RENDA · UOL INVEST

2. Carga tributária brasileira bate recorde e soma 35,85% do PIB em 2012

A carga tributária brasileira subiu em 2012 e encerrou o ano passado em 35,85% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com cálculo da Receita Federal divulgado nesta sexta-feira (20), batendo assim um novo recorde. Em 2011, a carga tributária brasileira (CTB) foi de 35,31% do PIB.

Leia mais acessando: <http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2013/12/20/carga-tributaria-brasileira-bate-recorde-e-soma-3585-do-pib.htm>

Meus comentários:

Não acredite em tudo que você vê, lê ou ouve!

Às vezes querem que a gente pense utilizando a mesma lógica que "eles" tanto se empenharam em construir com o objetivo de nos confundir ou nos mal informar!

Um tema bastante controverso que permeia os noticiários dos meios de informação quase que cotidianamente é o que se refere à carga tributária, que se configura como um índice percentual que relaciona o total de arrecadação de

tributos pelas três esferas governamentais (federal, estados e municípios) com relação ao PIB (Produto Interno Bruto) ou o total de riquezas produzidas no país durante o ano.

A reportagem em questão revela que a carga tributária bruta (CTB) referente ao ano de 2012 foi de 35,85% do PIB, o que certamente não nos coloca em primeiro lugar no sentido de arrecadação tributária no mundo; pois, segundo estudos desenvolvidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) o Brasil ocupava em 2007 o 14º lugar em relação à carga tributária total e 24º quando levado em consideração a carga tributária per capita.

Segundo dados da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE), vide quadro abaixo, entre os anos de 2002 e 2012 a carga tributária bruta representou uma média de 33,82% do Produto Interno Bruto.

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Carga Tributária Bruta	32,47%	31,80%	32,69%	34,03%	34,00%	34,52%	34,54%	33,29%	33,53%	35,31%	35,85%
(-)Transferências p/ Previdência e Assistência Social e Subsídios(TAPS)	14,08%	14,52%	14,30%	14,61%	14,95%	14,96%	14,50%	15,42%	14,93%	15,14%	16,03%
Carga Tributária Líquida	18,39%	17,28%	18,39%	19,42%	19,05%	19,55%	20,03%	17,88%	18,60%	20,17%	19,82%

Se levarmos em consideração o conceito de carga tributária líquida (CTL) que é o resultado do total arrecadado (CTB) subtraído de transferências governamentais para assistência, previdência e subsídios, esta revela um patamar de 19,82%, 0,35% menor do que a registrada em 2011 e tomando por base os dados fornecidos pela SPE, a carga tributária

líquida foi, também em média, de 18,96% do PIB no período compreendido entre 2002 e 2012.

Todos nós sabemos que o Brasil é um país de dimensões continentais, onde as diferentes esferas de governo assumem inúmeras obrigações junto à população e ao sistema produtivo, o que em outros países não existe:

- a) Um sistema de saúde (SUS) e previdência (INSS) onde mais de 30% dos beneficiários nunca contribuíram com os mesmos;
- b) Ampliação da rede de proteção social, com programas de transferência de renda como o Bolsa Família que atende mais de 13 milhões de lares no Brasil inteiro;
- c) Governos nos três níveis provém parte da população com habitações subsidiadas;
- d) Forte presença governamental na concessão de empréstimos e financiamentos ao setor produtivo privado a taxas subsidiadas;
- e) Vultosos aportes de recursos governamentais nas chamadas “atividades próprias de governo”, tais como: saúde, educação, segurança, promoção de serviços públicos em geral.

Como se vê, são muitas demandas sociais e econômicas que só serão supridas com arrecadação.

Você pode me dizer, mas e a corrupção?

E eu lhe direi, este é um outro fato de cunho cultural, social, político e jurídico que a simples diminuição da chamada carga tributária não irá resolver os problemas relacionados à corrupção no Brasil, que por sinal, não fica restrita aos

gabinetes políticos; mas, e infelizmente, está arraigada na maioria das formas de organização social, política e econômico-produtiva no país.

Quando me deparo com críticas veementes sobre a carga tributária no Brasil entre os chamados meios de informação e entre as organizações representativas do capital, vejo uma irremediável intensão de pagar menos impostos, aumentar – ainda mais – suas lucratividades, reduzir ou até mesmo extinguir direitos trabalhistas (como por exemplo a malfadada “flexibilização das leis trabalhistas”) e continuar usufruindo das benesses governamentais.

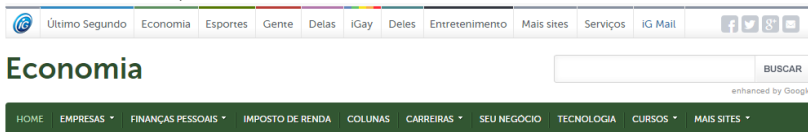
Infelizmente, vemos a população a mercê de reportagens e comentários direcionados a atender o interesse de determinados grupos econômicos que, nitidamente, tem suas preferências político partidárias e vem demonstrando isso durante todo esse ano de véspera eleitoral.

De certa forma me sinto até satisfeito com esse tipo de notícia; pois, índices de acompanhamento de desempenho econômico como o de desemprego que ficou abaixo dos 5% e o de carga tributária, demonstram claramente que estamos em melhores condições em termos de performance econômica do que a maioria dos países do globo que se encontram em recessão econômica desde 2008, graças aos EUA e as demais “nações civilizadas”.

No mais, agradeço sua atenção e deixo-lhe um forte abraço.

Augusto Dornelas

IG ECONOMIA, 23/12/13



3. Dívida Pública Federal sobe 2,32% em novembro, anuncia Tesouro

Estoque atingiu R\$ 2,069 trilhões, ante R\$ 2,022 trilhões registrados em outubro

Leia mais acessando: <http://economia.ig.com.br/2013-12-23/divida-publica-federal-sobe-232-em-novembro-anuncia-tesouro.html>

Meus comentários:

Você sabe o que é a Dívida Pública Federal (DPF)

Trata-se da dívida contraída pelo Tesouro Nacional com o déficit público federal (saldo negativo entre receitas e despesas públicas), além da inclusão do refinanciamento da dívida com o pagamento de parte do principal e dos juros e para a realização de operações definidas em lei.

Uma das formas do endividamento governamental pode ocorrer é através da emissão de títulos públicos, o que se configura na dívida mobiliária do governo; sendo os títulos públicos federais instrumentos financeiros de renda fixa e que são negociados por leilão (oferta pública) ou diretamente ao detentor.

A capacidade do governo de se endividar possibilita ao governo ofertar bens públicos com vistas a elevar o bem-estar da sociedade, sem ficar restrito à sua capacidade de arrecadação.

Outra forma do endividamento público acontecer é através da celebração de contratos entre o Brasil e organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, agências governamentais como o Japan Bank for International Cooperation e também bancos comerciais.

A dívida pública pode ser classificada, também, quanto a moeda utilizada nas transações, podendo ser interna e externa. Se for utilizada a moeda em circulação corrente em circulação temos a dívida interna; caso contrário, se os fluxos de pagamento e recebimento ocorrerem com a utilização de moeda estrangeira, temos configurada a dívida pública externa.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) se trata da dívida pública em circulação no mercado nacional que é paga em real e captada através da emissão de títulos públicos.

Normalmente são utilizados dois conceitos referentes à Dívida Pública, pois, além de gastos com consumo para manter a estrutura estatal funcionando o governo também utiliza os recursos provenientes da arrecadação tributária ou do endividamento, que resultarão na consolidação de ativos que farão parte do patrimônio da união, tais como imóveis, ativos financeiros e créditos.

Complementando a conceituação da dívida pública, temos que a dívida líquida é obtida pela subtração da dívida bruta dos ativos (direitos e/ou créditos) governamentais; o

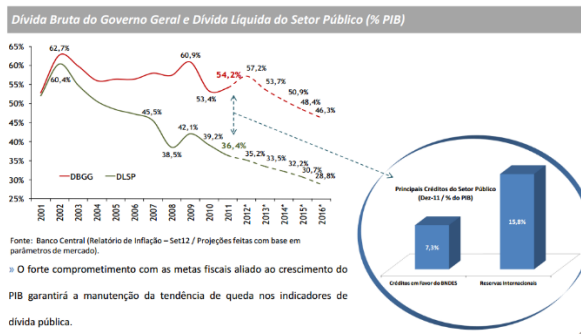
problema de se avaliar a dívida governamental pelo critério líquido se refere ao fato relativa a similaridades entre a dívida bruta e o(s) ativos(s) em termos de montante, taxa de juros, vencimento, liquidez, risco de inadimplência, moeda em que estão definidos e o índice de preços tomado como referência para correção monetária.

Diferenças nas taxas de juros utilizadas no financiamento da dívida e a utilizada na rentabilidade dos ativos governamentais é de fundamental importância para determinar se a rentabilidade obtida com o ativo é capaz de cobrir os gastos com o financiamento governamental via endividamento público.

Se a taxa de remuneração do ativo é inferior à taxa de rentabilidade oferecida aos aplicadores em títulos públicos isso provocará um aumento da dívida pública e consequentemente do déficit público, uma vez que irá financiar déficits com uma elevação do endividamento.

Uma forma de avaliar o grau de endividamento de um governo é através da comparação entre o total de sua dívida e o PIB ou somatório das riquezas num determinado período de tempo; é como se estivéssemos relacionando a evolução de suas dívidas comparativamente à evolução de seu salário ou de sua renda.

A adoção de políticas econômicas, mais propriamente fiscais, tais como uma maior responsabilidade em construir (por parte do governo) superávits fiscais nominais, ou seja, já computados o pagamento de juros da dívida proporcionará ao governo uma administração mais eficaz do endividamento público, vide figura I abaixo:

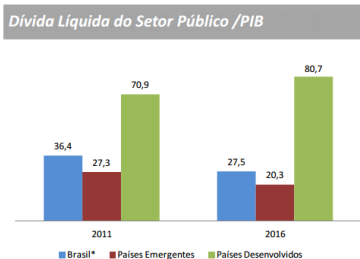
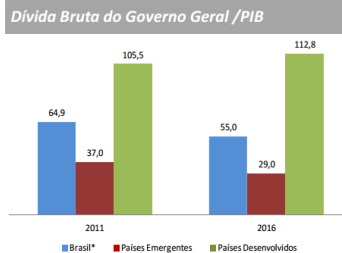


Fonte: Dívida Pública Federal Brasileira – Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: < http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/kit_divida.pdf >

Na comparação entre endividamento público bruto e líquido entre o Brasil, os países emergentes e os países desenvolvidos podemos notar através da figura II (Fonte: Dívida Pública Federal Brasileira – Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: < http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/kit_divida.pdf >), que em termos quantitativos líquidos a situação brasileira é extremamente favorável; já no caso de comparação com os países emergentes a situação brasileira é menos confortável quando utilizado o critério bruto e mais favorável quando a comparação é realizada via critério líquido de endividamento público; o que pode ter diversas explicações para o fato e uma delas seria a oferta de serviços públicos – tais como os listados abaixo que em sua grande maioria tanto nos países emergentes como nos desenvolvidos são providos pela iniciativa privada: sistema público de saúde e previdência, programas de transferência de renda, oferta de recursos financeiros a taxas subsidiada para o sistema produtivo

privado, além dos serviços tradicionais e próprios do Estado (saúde, segurança, educação).

Comparação entre países



5

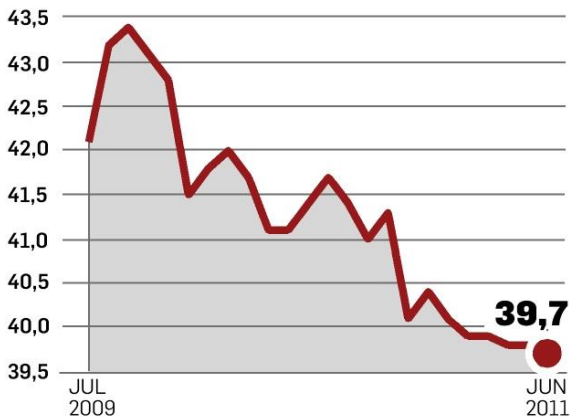
Sempre escutamos e lemos que “o governo deveria gastar menos e melhor”, o “Estado brasileiro é muito grande e gasta mal”, além de muitos e calorosos apelos para que o governo brasileiro dê continuidade ao programa de “privatizações” promovidos por Collor, FHC e Itamar Franco como forma de diminuir os gastos estatais, o endividamento público e a carga tributária; mas ninguém – ninguém mesmo – deseja que o Estado deixe de prover o sistema social e econômico das benesses que o consumo e o investimento privados requerem para o seu bem estar.

Apesar das críticas endereçadas pelos chamados “formadores de opinião” e da imprensa e associações classistas representantes do capital, a situação brasileira é muito mais

confortável que a grande maioria de países mundo afora. Os gráficos III, IV e V podem corroborar o que foi dito até agora.

● Dívida Líquida do setor público

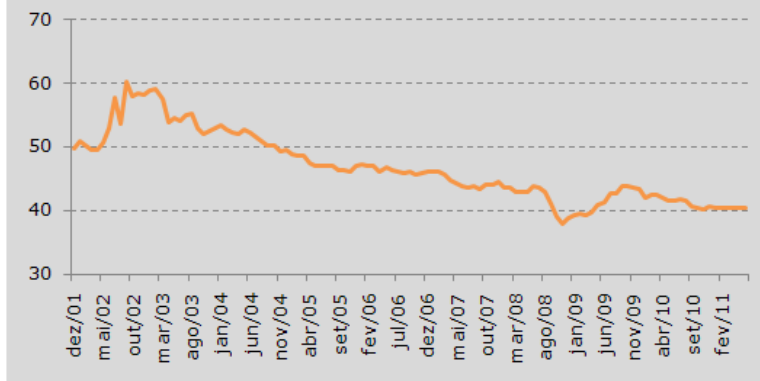
EM PORCENTAGEM DO PIB

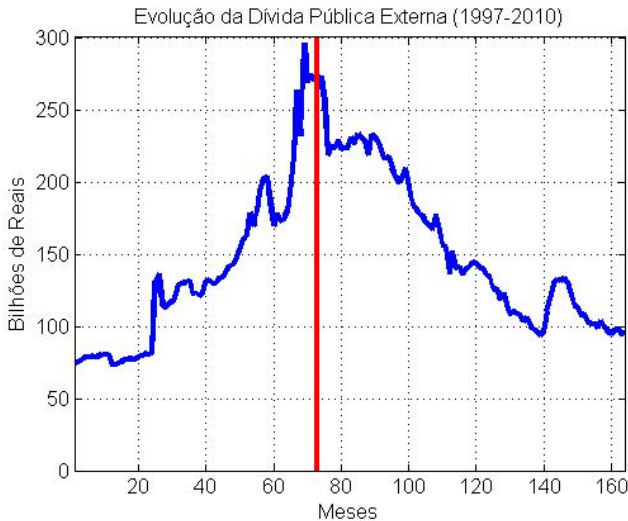


FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/AE

Dívida Pública Federal em % do PIB





Diferentemente pelo mundo afora, a realidade na grande maioria dos países pelo mundo, segundo dados do Fundo Monetário Mundial (FMI), publicado em reportagem da Folha de São Paulo

(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/68931-endividamento-de-paises-ricos-explode-em-seis-anos.shtml>)

que atesta que endividamento dos países ricos alcançou níveis alarmantes no período entre 2005 e 2011, citando os principais casos: EUA de 67% do PIB passou para 106,6%, o Japão de 186% para 236% do PIB e a União Europeia de 70% do PIB para 89,9%.

Já entre os Brics a Índia passou de uma relação Dívida/PIB de 81,0% para 67,6%, o Brasil apresentou em 2011 uma relação de 65,1%, a África do Sul em 39,9%, a China 22% e a Rússia apresentou a menor relação, ostentando 8,4%.

Na mesma reportagem, o economista Semoon Chang se refere ao período que vai 2007 a 2009 como a “Grande Recessão” e o pós 2011 como a “Grande Crise da Dívida”, período este que é reflexo da crise econômica assolada em território americano em 2008 e que automaticamente se espalhou pelo resto do mundo.

Pelo fato das crises econômicas e financeiras afetarem diretamente a arrecadação tributária e obrigar os diferentes governos a aumentarem seus gastos para tentar impedir um aprofundamento maior das crises, isto reflete diretamente na relação dívida/PIB e nos déficits orçamentários apresentados pela maioria dos países analisados.

Portanto, noticiários e comentários alarmistas quanto ao Brasil normalmente envolvem interesses que não são meramente econômicos; o cidadão tem oportunidades de desenvolver seus conhecimentos acerca de temas econômicos e financeiros e passar a entender melhor a realidade em que vive e trabalha.

Espero que tenha contribuído para o esclarecimento de mais este conteúdo de caráter econômico-financeiro.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

4. UOL ECONOMIA, 24/12/13

Bits e barbarismo



Paul Krugman (Economista norte-americano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2008, especialista em Economia Internacional)

Esta é uma história de três buracos sem fundo. Também é uma história de retrocesso monetário, da estranha determinação de muitas pessoas em reverter séculos de progresso.

Leia mais acessando: <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2013/12/24/bits-e-barbarismo.htm>

Meus comentários:

As sociedades, mais notadamente as econômicas vivem e convivem com processos de desenvolvimento e retrocesso periodicamente; as crises financeiras e econômicas, além dos tradicionais ciclos de crescimento e recessão periódicos tão próprios do sistema capitalista.

A oportunidade de ler e refletir sobre tema de tão grande relevância e ainda mais tendo sido escrito por alguém da envergadura econômica de Paul Krugman, nos revela as inúmeras faces que o sistema econômico é determinado a assumir para atender aos interesses de alguns agentes econômicos ou grupos representativos destes agentes que realizam induções dentro do sistema com objetivos - não muitas vezes claro – de construir “castelos” com o único

objetivo de avolumar suas riquezas, mesmo que às custas de prejuízos de uma sociedade inteira.

Nosso articulista se refere no artigo a “três buracos sem fundo”:

1. O ouro que é extraído dos mais longínquos recônditos da terra e que – sequencialmente é “enterrado” novamente nos Bancos Centrais dos países centrais para manter seus preços internacionais em patamares elevados, atendendo assim, aos interesses de governos e outros agentes especulativos mundiais.
2. O segundo “buraco” descrito por Krugman trata da moeda virtual Bitcoin que é utilizada por muitos, embora não possua uma especificidade como indutora de geração de riqueza.
3. O terceiro “buraco” não se refere criticamente ao pensamento Keynesiano, mas evidencia em alguns grupos como os defensores do Liberalismo econômico que refuta o fato de que a presença do Estado na economia não tenha valia, apesar dos fatos históricos contestarem suas críticas.

A construção de formas de pagamento pelas sociedades econômicas se dá como resposta às necessidades de implementação de meios de transação relacionados às execução de trocas econômicas que tenham sua ocorrência em mercados domésticos, como também quando estas trocas ocorrem entre mercados transnacionais; ou seja, o desenvolvimento das trocas na economia requer – também – o desenvolvimento de padrões monetários que irão servir de

embasamento nas transações que venham a ocorrer dentro e fora das fronteiras dos diferentes países.

O sistema financeiro internacional passou por três importantes momentos evolutivos ao longo do século XX: a fase do padrão-ouro, a do padrão-dólar e a fase dos Direitos Especiais de Saque.

A utilização de determinados padrões monetários internacionais reflete uma certa imposição da nação economicamente hegemônica do padrão que venha a beneficiar-lhe sem grandes restrições. Assim foi com o padrão-ouro que durou entre 1816 e 1933 e tinha na figura da Inglaterra a nação mais desenvolvida e potencialmente capaz – de certa forma – impor às demais nações participantes do comércio internacional. O ouro era utilizado como lastro para a conversão de dada quantidade moeda doméstica em determinada quantidade de ouro, ou seja, uma taxa de câmbio fixa que teve como base de troca o ouro. Em 1922 ao padrão ouro foi incorporada a libra (moeda inglesa) como moeda reserva, desempenhando um papel fundamental até o início da primeira guerra mundial.

Já no final da segunda guerra mundial foi se preparando um novo acordo monetário internacional devido à ascensão dos Estados Unidos como nação preponderantemente líder após o conflito; deu-se a fase do padrão-dólar de certa forma idealizada pelos EUA que saía da grande guerra fortalecido em todos os sentidos: econômica, monetária e politicamente fortalecidos com o conflito.

Este novo padrão monetário internacional que tinha na moeda americana seu padrão, mantendo fixas as taxas de

conversão de outras moedas com relação ao dólar, que perdurou até os anos iniciais da década de 70.

Nos dois casos a construção e a manutenção dos sistemas financeiros serviam principalmente para manter e multiplicar os poderes econômicos e políticos das nações hegemônicas.

Precisamos nos perguntar: porquê os sistemas monetários não permanecem sólidos por longos espaços de tempo e que o conjunto dos países envolvidos no comércio internacional venham a se beneficiar verdadeiramente das transações econômicas entre nações, sem as constantes deteriorações dos termos de troca que são altamente convenientes às nações ricas.

O segundo “buraco” descrito por Krugman não merece argumentações por se configurar numa verdadeira estória virtual de moeda de troca.

Quanto ao terceiro “buraco sem fundo”, como o próprio articulista adverte, é hipotético.

Keynes, ilustre economista inglês cuja teoria prega o estímulo governamental na economia como forma de alavancar nações em situações de recessão econômica, garantir uma elevação das contratações empregatícias a níveis de pleno emprego e a retomada de plena utilização da capacidade produtiva.

Em algumas de suas obras destaca o caráter instável do sistema capitalista e o destronamento da “mão invisível” de Adam Smith como estabilizadora das condições de mercado e passa a defender a teoria do Estado do Bem-estar Social, colocada em prática ao final da II Guerra Mundial, que colocava a atuação do Estado intervencionista e participativo

como forma de induzir e fomentar o consumo e o investimento privados.

Apesar de alguns países e seus economistas, como é o caso dos EUA e seus Liberais de defenderem a não intervenção do Estado na economia e ao mesmo tempo propalarem a teoria do Estado Mínimo, mudam um pouco de opinião quando seu país adentra em situações de crise econômica como a que foi deflagrada em 2008.

A presença do Estado americano na economia foi altamente defendida; mas, não nos moldes Keynesianos e sim como um simples distribuidor de dinheiro público para montadoras, organizações financeiras, construtoras, seguradoras, dentre tantas outras.

Será que é por isso que sua economia se encontra em estado letárgico apesar dos cinco anos de recessão?

Será que se o Estado americano tivesse atuado aos moldes Keynesianos a situação não seria diferente?

São todas formas de se repensar a presença do Estado na economia.

A moeda, tal qual conhecemos hoje, foi criada com finalidade básica de propiciar transações entre agentes econômicos.

As ações negociadas em bolsa de valores foram criadas como alternativa de financiamento às sociedades anônimas em suas decisões de investimento.

Será que não existe um desvirtuamento das funções da moeda e do mercado acionário nos mercados atuais?

Será que esses movimentos não representam “buracos sem fundo” que requerem um repensar da atividade e dos negócios financeiros e econômicos para tornar o sistema

capitalista menos instável, mais equilibrado e livre de ataques e ações especulativas?

São muitas perguntas que têm a eternidade para serem respondidas.

Um abraço e obrigado pela atenção.

Augusto Dornelas

5. Retrospectiva da Economia Brasileira em 2013

1. Com a promulgação em abril da PEC das domésticas, esta classe de trabalhadores passou a ter os mesmos direitos que os demais trabalhadores (as), tais como: carteira de trabalho assinada, indenização em caso de dispensa sem justa causa, FGTS, férias, seguro desemprego, garantia de salário mínimo, 13º salário, adicional noturno, jornada diária de 8 horas e 44 horas semanais, hora extra, dentre outros. Apesar da torcida contra de um expressivo número de donas e donos de casa e de alguns veículos ditos de comunicação que gostariam de mantê-las em regime de escravidão (além de tantos outros males tratados, inclusive sexuais), trata-se de uma conquista de cidadania, uma vez que sempre viveram à margem das leis trabalhistas.
2. PIB cresceu 3,7% no ano frente a um crescimento de 3% da economia mundial, o que não deixa de ser uma boa notícia, uma vez que superou as expectativas pessimistas que inundaram os noticiários da imprensa. Numa época em que boa parte dos países mundiais ainda sofre com o fenômeno da recessão como consequência da crise econômica patrocinada pelos ianques desde 2008, demonstra a boa reação do mercado e das políticas econômicas implementadas pelo governo ao longo do ano.
3. A taxa de desemprego ficou em 5,5% e é um excelente indicador para o ritmo de atividade econômica doméstico. Enquanto os EUA e importantes países

europeus, asiáticos e sul-americanos vêm apresentando desde 2008 elevadas taxas de desemprego, o que reflete negativamente sobre a demanda agregada, o PIB, consumo e investimento; mantermos o índice de desemprego dentro de níveis de pleno emprego é uma excelente constatação.

4. A inflação, medida pelo IPCA, apresentou um índice de 5,91% no ano, superior aos 5,7 de 2011 e 0,59% abaixo do teto da meta que é de 6,5%. Certamente que ninguém gosta de ostentar índices de inflação altos, aliás, como foi corriqueiro nos 20 anos anteriores ao Plano Real; mas, como expus em outros comentários, existem estudos patrocinados pelo FMI e Banco Mundial que defendem que inflações de 1 dígito não possuem importantes reflexos sobre a economia em geral; digo isso pelo fato de que constantes altas na taxa Selic para conter inflação terminam por inviabilizar taxas de crescimento superiores para a economia como um todo.
5. A taxa Selic, que as autoridades monetárias utilizam como instrumento de política monetária para controle inflacionário, evoluiu de 7,25%aa para os atuais 10%aa, se configurando como uma das maiores do mundo. O ideário liberal sugere controles ferrenhos sobre a taxa real da economia para evitar descontrole inflacionário; mas, como todo remédio produz efeitos colaterais, aumentos na Selic provocam elevações nas demais taxas de juros praticadas na economia, o que termina provocando reações negativas de importantes agregados econômicos como o consumo e o investimento privados, além de provocar acréscimos substanciais sobre o endividamento público.

6. Em matéria veiculada no Portal G1 da Globo atesta que o resultado da balança comercial em 2013, superávit de US\$ 2,56 bilhões em 2013 (Exportações de US\$ 242,17 bilhões contra US\$ 239,61 das importações), foi o pior resultado em treze anos e 86% inferior ao apresentado em 2012. A balança comercial é um importante componente do Balanço de Pagamentos, que computa todas as relações financeiras e de mercadorias e serviços que mantemos com o resto do mundo. Isso pode ser explicável pela atual crise econômica pela qual o mundo e nossos principais parceiros comerciais passam desde 2008, como também por nossas importações de petróleo que totalizaram US\$ 40 bilhões. Uma reação comum entre os países componentes do intrincado jogo de comércio mundial é que começam a adotar políticas protecionistas que combinadas a um (em muitos casos) fraco desempenho de suas respectivas economias, provocam reflexos negativos em suas importações e exportações.
7. No mercado acionário a Bovespa apresentou o pior posicionamento entre as 48 principais bolsas do mundo, acumulando uma perda de 16,1% (contra um ganho de 7,4% no ano passado). Segundo especialistas as principais causas das perdas apresentadas pela Bovespa estão: as altas paxás de juros, o baixo crescimento apresentado pelo PIB, o comportamento catastrófico apresentado pelas empresas do grupo Eike Batista. Esse se configura como um dos motivos pelos quais 21 empresas que compõem o Ibovespa fecharam o ano valendo menos no mercado que o próprio patrimônio.

8. Já o ouro termina 2013 com o pior resultado em 13 anos, apresentando perdas de 27,8% com relação ao ano passado. Segundo analistas, o ouro por apresentar menos volatilidade em seus preços relativamente a outros ativos costuma ser utilizado como alternativa de acumulação de riqueza e aplicações em momentos de crise e incertezas nos mercados.
9. A moeda americana – o dólar – fechou o ano com um ganho de 15,3% no ano de 2013 e só não foi maior devido às diversas intervenções do Banco Central e da equipe econômica do governo – apesar das críticas dos chamados “formadores de opinião” que tentam defenestrar as ações do atual governo por motivos “óbvios”! - ao longo do ano para evitar que houvesse uma depreciação muito forte da moeda brasileira (que alguns analistas previram que iria chegar em R\$ 3,00 ao final de 2013) o que não viabilizariam em muito as nossas exportações devido à manutenção do processo recessivo mundial, mas, que propiciaria um aumento forte nas nossas importações o que, certamente, faria com que a conta da balança comercial e o balanço de pagamentos viessem a apresentar saldos deficitários.
10. O saldo das reservas internacionais do país fechou o ano com um saldo de US\$ 375,79 bilhões, o que apresenta uma leve queda de US\$ 2,81 bilhões (0,74%); isso se deve a diversos fatores, como por exemplo: remessa maior de lucros de empresas para suas matrizes, viagens internacionais e turismo de brasileiros com gastos pelo menos quatro vezes maior que o de estrangeiros no Brasil, pagamento de empréstimos e juros do governo e empresas privadas aos seus credores internacionais, dentre outros. A

importância da manutenção de saldos positivos é a garantia de precaução contra comportamentos de crise existentes no mercado internacional. Para se ter uma ideia do crescimento das reservas ao longo dos anos, em 2000, na era FHC II, o saldo das reservas internacionais somava US\$ 33 bilhões.

11. Dados fornecidos pelo Impostômetro que a arrecadação pelas três esferas de governo – União, Estados e Municípios – bateu o recorde de R\$ 1,7 trilhões. Em termos econômicos é um resultado positivo, pois, é um bom indicador de nível da atividade econômica, consumo, renda e geração de emprego. Também é uma excelente notícia para a classe governamental que vê suas finanças se equipararem ao seu volume de gastos; só quem não está feliz é a população que quer todos os serviços necessários na promoção de seu bem-estar e não quer e não gosta de pagar impostos. Isso é compatível?
12. Cinema brasileiro bateu recorde em 2013 com 120 lançamento e 26 milhões de ingressos vendidos. Estes dados revelam o grau de maturidade e competência em que a indústria da diversão (ou entretenimento como querem alguns) foi capaz de chegar. Espero que um dia ela atinja um grau de relevância econômica como a dos EUA; afinal de contas cultura nós temos!
13. Superávit primário do governo (receitas menos despesas fica acima da meta de 3,1% do PIB o que ficaria em torno de R\$ 73 bilhões e chega a R\$ 75 bilhões, isso provoca uma acalmada no humor do mercado que vê com maus olhos o fato do governo não ter poupado o suficiente para pagar os juros da dívida, dívida esta que alcançou R\$ 2 trilhões em dezembro, o

que representa cerca de 65% do PIB em termos brutos e 40% em termos líquidos.

Estes foram alguns dos principais temas que permearam o noticiário econômico brasileiro durante o ano de 2013, só que com um grau de criticismo e partidarismo diferente do que apresento agora.

Não busquei enaltecer as ações do governo, muito menos procurei exercer comunicados partidarescos e sectários próprios de parte da imprensa de Pindorama que é invariavelmente adepta dos “casuísmos” econômicos e financeiros praticados por determinadas vertentes partidárias.

No mais acredito que, dentro do cenário econômico global no qual a economia brasileira encontra-se inserida, os resultados não foram catastróficos (como muitos gostariam e você sabe por quê!), alguns setores cresceram aquém do que esperávamos, enquanto outros cresceram segundo índices bem satisfatórios.

Certamente que esperamos que em 2015 exibamos índices bem melhores com relação a 2014; para tanto trabalhemos e confiemos em nossa nação; pois, ela é fruto dos nossos esforços.

Um abraço e um feliz e produtivo 2014!

Augusto Dornelas

 BOVESPA +0,18% 52.999 pts	 NASDAQ -0,12% 5.099 pts	 SHANGHAI +0,46% 3.823 pts	 FTSE +0,05% 1.478 pts	 DÓLAR +0,13% R\$ 3,14	 EURO -0,07% R\$ 3,41	 CPI 13,64% a.a.	 POUPANÇA 0,71% a.m.	 BLACKROCK VEJA MAIS
---	---	---	---	---	--	---	---	---

 **InfoMoney**
Informação que vale dinheiro

Notícias, ações e muito mais 

Assine a REVISTA InfoMoney 

Entrar  Identifique-se

Cadastro  É fácil, é grátis

últimas [mercados](#) [onde investir](#) [minhas finanças](#) [imóveis](#) [franquias](#) [negócios](#) [carreira](#) [educação](#) [blogs](#) 

6. Shiller ressalta cegueira do Brasil com bolha imobiliária: "me senti nos EUA de 2005" - InfoMoney

Veja mais em:

<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/3113345/shiller-ressalta-cegueira-brasil-com-bolha-imobiliaria-senti-nos-eua>

Meus comentários:

Encaro com espírito bastante intrigado como opiniões catastróficas acerca do Brasil e de seus diferentes mercados são facilmente e fartamente veiculadas pelos meios de comunicação tupiniquins e defendidas com veemência por vários seus asseclas – apesar de muitos deles de nada entenderem - denominados de formadores de opinião, sem a realização de estudos e análises acurados que permitam a construção de opiniões bem formadas.

E principalmente quando estas opiniões são pronunciadas e defendidas por representantes da metrópole colonial, a qual alguns brasileiros a tomam como símbolo para suas existências e seus sonhos de consumo.

Se analisarmos bem os primórdios da crise imobiliária nos EUA começou não em 2005 e sim a partir dos anos iniciais da década de 90. 1990 e 1992 foram marcados por um período de recessão, seguido de um período de crescimento não muito

razoável, ostentando um crescimento médio de 2,6%aa entre 1993 a 1997. O final da década de 90 foi marcado por baixas taxas de crescimento da economia americana e mundial –com a exceção da China, principalmente - e de boa parte do mundo “civilizado”, como também foi acompanhada de uma farta expansão do fluxo de capitais do resto do mundo para os EUA e uma maior disponibilização de crédito no mercado americano, inclusive crédito imobiliário a taxas altamente favoráveis.

A possibilidade de aquisição de imóveis com crédito barato para consumo e a possibilidade de hipoteca dos imóveis com o intuito de reforçar decisões de consumo imediato incentivou milhões de americanos a se endividarem ainda mais, aumentando consideravelmente seus endividamentos e os riscos de inadimplência no sistema financeiro. Com o crescimento artificial dos preços dos imóveis no mercado americano, houve um incentivo para que as empresas participantes do mercado imobiliário, construtoras, corretoras e o sistema bancário comesçassem a destinar quantidades cada vez maiores de recursos para injetar no mercado imobiliário com objetivos de acentuar a disponibilização de imóveis novos no mercado.

O aumento do grau de endividamento das famílias, concomitantemente a uma elevação das taxas de juros, foi criando uma classe bastante ampla de endividados (subprimes que são clientes com altos níveis de risco de inadimplência) que se tornaram inadimplentes ao longo dos primeiros anos da década de 2000; o que proporcionou reflexos importantes quanto a dificuldades de permanecer no mercado de

construtoras, corretoras e bancos financiadores a partir da segunda metade dos anos 2000.

As causas e consequências de todo esse estado de coisas e fatos teve os seguintes eventos como principais acontecimentos:

- Economia americana apresentava baixas taxas de crescimento e ao mesmo tempo encontrava-se com altos níveis de endividamento público e de déficit no balanço de pagamentos.
- Fraca regulamentação do mercado financeiro americano, o que contribui para um menor controle do mercado pelo governo em momentos de dificuldade e que de certa forma contribui com a propagação de efeitos nefastos da crise para – também – outros mercados componentes da economia; ou seja: adota o laissez-faire nas decisões econômicas e financeiras e a socialização dos prejuízos e a adoção do dinheiro público para “tapar buracos” abertos pela iniciativa privada.
- O mercado imobiliário americano conheceu uma fase de forte expansão após a crise das empresas “pontocom”, combinada com uma queda das taxas de juros no mercado americano (1%aa em 2003) promovida pelo banco central americano (FED) com o objetivo da recuperação da economia em geral; o que proporcionou uma corrida a novos contratos de financiamentos imobiliários e hipotecas.

- Já em 2005 a continuação da expansão do crédito aliado a uma sobrevalorização dos preços dos imóveis propulsionou a expansão do número de contratos de compra e de hipotecas, que eram utilizadas principalmente para financiar decisões de consumo, aqueciam ainda mais o mercado de imóveis nos EUA.
- Bancos e gestores de fundos começam a comprar contratos dos primeiros financiadores imobiliários com o intuito de obterem maiores taxas de retorno com a aquisição de contratos dos primeiros emprestadores.
- Começam a surgir sinais, a partir de 2006, que o estado de coisas não estavam se comportando de maneira saudável, mais acentuadamente no mercado imobiliário, com o aumento das taxas de juros (a partir de 2004), encarecendo o crédito, elevando os níveis de inadimplência, queda nos preços dos imóveis, afastando novos compradores e criando um excesso de oferta combinada com queda nos preços dos imóveis e, conseqüentemente, importando em perdas significativas de empresas ligadas ao setor.
- O aumento da inadimplência no mercado imobiliário americano, impõe pesados prejuízos, como ao Merrill Lynch e o Citigroup que perderam cada um US\$ 10 bilhões cada um no último trimestre de 2008, e ao sistema financeiro em geral.
- Queda abrupta nos preços dos imóveis e do número de novos compradores; redução de garantias de

empréstimos e aumento das exigências bancárias para novas concessões, o que agravou ainda mais os desequilíbrios no mercado imobiliário americano.

- Os bancos transformaram os empréstimos hipotecários em papéis financeiros que são transferidos para outras instituições que terminam incorrendo também em perdas.
- O Tesouro Americano intervém nas duas maiores empresas do setor hipotecário, com cerca de metade dos US\$ 12 trilhões em financiamentos habitacionais, – Fannie Mae e Freddie Mac – injetando US\$ 200 bilhões, assumindo o controle das duas companhias com o objetivo de mantê-las solventes.
- O Lehman Brothers (158 anos e 10 mil funcionários) e o Bear Stearns, respectivamente o quarto e o quinto maiores bancos de investimentos dos EUA e a AIG (maior seguradora americana e que recebeu empréstimo de US\$ 85 bilhões do FED) entram em estágio pré-falimentar e vem a quebrar posteriormente.

Diversos desdobramentos dessa grande e grave crise econômica mundial, comparável apenas à Grande Depressão de 1929, se deram por todas as outras partes do mundo; pois, num mundo globalizado em todos os sentidos e, principalmente, financeiramente créditos gerados num mercado (por exemplo, nos EUA) acabam por tornar-se em instrumentos financeiros que irão proporcionar rendimentos em outros mercados globalizados, gerando tanto reações

positivas quanto negativas, dependendo dos eventos que estejam sendo configurados em determinado período de tempo.

Na Europa, tanto na região do Euro quanto fora dela temos ao longo desses cinco anos um agravamento de questões econômicas e sociais, quebradeira de bancos e empresas, aumento do endividamento dos diferentes países com índices superiores a um PIB, aumento vertiginoso do desemprego e consequentemente queda na produção (PIB), no consumo e investimento privados, assistência do Banco Central Europeus aos demais países componentes do bloco, revoltas populares, aumento de atitudes de protecionismo econômico para com o resto do mundo, etc.

Na Ásia, A China continua com seu esforço de tornar-se a maior economia do mundo, crescendo cerca de 10%aa nos últimos 30 anos, alcançando sucessivos superávits no balanço de pagamentos (acentuadamente com os EUA) e mantendo uma política econômica baseada num sistema bancário estatal, taxa de câmbio fixa e reservas cambiais em níveis superiores a cerca US\$ 4 trilhões, fatores esses – dentre tantos outros - que contribuíram positivamente para uma redução drástica dos efeitos na crise em sua economia doméstica.

No Brasil, os efeitos nocivos da crise foram de longe inferiores ao que aconteceu na maioria das economias mundiais; alguns dos motivos elenco abaixo:

- Fato de não termos uma dependência quase que total do comércio exterior (exportamos cerca de 15% do que produzimos), diferentemente de muitos outros países como o Japão e a Coréia; o que garante o escoamento de nossa produção é o mercado doméstico.

- Termos ao longo dos últimos doze anos elevado nossas reservas externas a quase US\$ 400 bilhões, combinado com um recuo da participação do endividamento interno e externo com relação ao PIB; o que afugenta tentativas de desestabilização de nossa economia pelos chamados (pela imprensa nacional) “investidores internacionais”; prefiro chamá-los de “aves de rapina” ou carinhosamente de “predadores monetários”.
- Forte regulamentação do sistema financeiro nacional, o que possibilita às autoridades monetárias um maior poder de controle sobre o mercado, como também uma maior flexibilidade das políticas econômicas governamentais em se adequarem aos cenários econômicos e financeiros.
- Plena resposta e em tempo hábil com uma combinação de políticas monetária, fiscal e cambial que proporcionaram ao país como um todo uma redução dos impactos da crise no mercado doméstico; inclusive com relação ao controle inflacionário.
- Manutenção dos volumes de investimento governamentais, internos e externos, o que vem a garantir uma maior capacidade de resistência da economia brasileira frente à forte crise financeira e econômica que perdura desde 2008.
- Ato grau de capitalização e eficiência do sistema financeiro nacional, mais especificamente o sistema

bancário que saiu fortalecido desde o início da crise em 2008, onde as grandes instituições financeiras nacionais sempre figuram dentre os mais sólidos e rentáveis bancos do mundo.

- Combinação de fatores absolutamente importantes para o crescimento do mercado imobiliário brasileiro:
 - Alto déficit habitacional brasileiro;
 - Baixíssimos índices de desemprego;
 - Crescimento, ao longo dos anos, do salário real médio dos trabalhadores brasileiros;
 - Forte direcionamento de uma política de crédito imobiliário governamental para financiamento de empreendimentos habitacionais e suas consequentes comercializações a taxas de juros subsidiadas;
 - Pronta resposta da indústria da construção civil à política de fomento ao sistema habitacional brasileiro.

Poderíamos citar um sem número de outras constatações ocorridas na economia brasileira e mundial ao longo desses cinco anos de duração desta descomunal crise, mas deixo ao leitor a obrigação de procurar melhor se informar acerca de temas relevantes que tenham forte influência sobre suas próprias decisões, das decisões tomadas nas empresas onde trabalham e do país onde vivem.

Gostaria de finalizar com uma frase atribuída a um dos maiores economistas mundiais e que foi um dos grandes

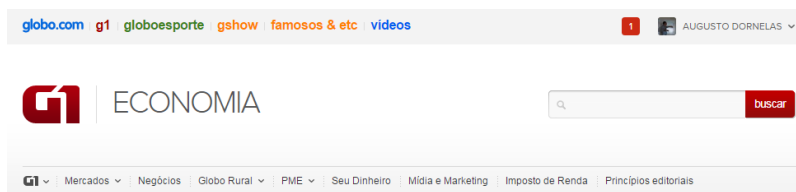
responsáveis pelas medidas tomadas pelo governo americano para acabar com os aspectos adversos advindos da Grande Depressão sobre a economia americana: “Se me é permitido aplicar o termo especulação à atividade que consiste em prever a psicologia do mercado e o termo empreendimento à que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda sua existência, de modo algum se pode dizer que a especulação sempre prevaleça sobre o investimento.” (John Maynard Keynes - Economista).

Portanto, sem grandes esforços, até mesmo leigos em Economia são capazes de verificar que existe um nítido descolamento entre o histórico e o presente dos mercados imobiliários brasileiro e americano e que quaisquer tentativas de correlacionar ambos representam uma mera atitude de especulação e adivinhação quanto ao futuro próximo; quanto a outros comentários disponíveis na mídia nacional, não passam de tentativas de pegar onda na marola dos outros.

No mais, agradeço a paciência com que leu e refletiu sobre este meu simples texto de análise econômica e deixo-lhe um forte abraço,

Augusto Dornelas

G1 – ECONOMIA



7. Inflação oficial fecha 2013 em 5,91%, diz IBGE

Variação do IPCA ficou dentro do teto da meta do Banco Central. Em dezembro, taxa ficou em 0,92%, a maior para o mês desde 2002.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/inflacao-oficial-fecha-2013-em-591-diz-ibge.html>

Meus comentários:

Um dos assuntos que a mídia mais tem comentado durante o início deste novo ano que insurge se refere à inflação, fato este que provocou em nossas vidas danos insatisfatórios de perda de poder aquisitivo ao longo dos anos e que sem sombra de dúvidas é uma das ocorrências econômico-financeiras mais perversas com relação à saúde financeira e a um padrão de vida salutar da população.

Não é por acaso que este tema desperte tantos calafrios na maioria dos brasileiros, afinal de contas não é fácil pra nenhum país e sua população que num passado recente sofreu

com um dos índices que mais lhe atemorizou durante três ou quatro décadas passadas e em patamares inaceitáveis para uma convivência sadia com variações de preços e que provocou perdas irreparáveis em seu poder de compra e consequentemente em seu bem estar, deve – ainda – ser um tema que provoca dissabores monetários que lhes remetem a períodos que lhes trazem lembranças amargas e de mal estar em termos de bem estar social e financeiro.

Aí veio o Plano Real, que em pleno governo Itamar Franco, eu disse ITAMAR FRANCO e não FHC, que nos trouxe a tão sonhada estabilização monetária e que nos tirou de um abismo de perdas de condições saudáveis de vida e nos arremeteu a um mundo de – pelo menos – podermos planejar nosso consumo e o nosso investimento.

Durante o governo FFHH a inflação média girou em torno de 6,1%aa, durante o governo lula a média ostentou 5,8 %aa, já nos três anos do governo da presidenta Dilma a variação de preços manteve-se, em média, na casa dos 5,9% ao ano.

Mas, não é só isso!

Durante o governo do PSDB a tônica era de estabilização financeira combinada com recessão, endividamento externo e interno, entrega do patrimônio público, escândalos de corrupção (vide em <http://www.psdbnuncamais.blogspot.com.br/>) e descompromisso com o avanço econômico e social do país.

Nos anos do governo Lula houveram descaminhos que foram defenestrados pela suprema corte do país e que hoje se transformou num dos mais importantes processos judiciais que a história recente do país tem notícia e eu me pergunto: cadê o

juízo em igual grau dos descalabros cometidos pelo PSDB durante a sua estada na presidência da república e nos governos de São Paulo?

Não estou aqui defendendo este ou aquele governo, mas e simplesmente uma adoção de políticas de crescimento e desenvolvimento econômico que sejam capazes de minimizar significativas perdas para a população, principalmente no que se refere à esfera monetária.

Mas, nós estávamos falando de inflação; vamos retornar?

Então vamos!

Em outros comentários feitos por mim neste mesmo veículo enfatizei a ideia defendida por representantes do FMI e do Banco Mundial (Robert Barro e Michael Sarel) que a partir de estudos sistemáticos defendem o pressuposto de que não existe evidências de que as ocorrências de inflação de um dígito provoquem graves desequilíbrios no sistema econômico.

Atitudes governamentais de manter a inflação em patamares mínimos através de austeras políticas monetárias de curto prazo que tem por objetivo a promoção de acréscimos substanciais na taxa de juros para conter altas inflacionárias não apenas é ineficaz como também provoca danos nefastos no comportamento da demanda agregada, principalmente no que se refere ao consumo e ao investimento privados.

A imprensa nacional e mais notadamente os formadores de opinião e os ditos comentaristas econômicos vivem levando ao público leitor e telespectador ideias incompletas acerca de comportamento de índices de desempenho econômico e de variação inflacionária com

notórias intensões eleitoreiras; chegando até a transparecer um profundo adesionismo ao que – também na mídia internética - é denominado de Partido da Imprensa Golpista, aos quais devem ser adicionados vários grupos de informação presentes no país, além da adesão de importantes grupos de comunicação internacionais a serviço do capital transnacional.

Mas, vamos aos fatos:

- G1 Economia: Inflação da baixa renda fecha 2013 em quase 5%, mostra FGV: abaixo da meta!
- IBGE: Inflação medida pelo IPCA fica em 5.91%, abaixo da meta!
- Valor Econômico: IGPM fecha 2013 em 5,51%, abaixo da meta!
- FGV: O índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) encerrou o ano com a média de 5,48%, abaixo da média!

Porque as críticas?

Penso que as críticas desferidas pela imprensa em geral têm pleno compasso com o clima eleitoral e com os candidatos e partidos políticos apoiados pelos meios de informação; pois, alterações no nível geral de preços são verificadas em todas as economias mundiais, sem exceção, e são reflexo do comportamento de agentes econômicos e ritmo da atividade econômica verificada num determinado período de análise.

Em aulas de Economia estudamos os diferentes tipos de inflação dentre eles (vide outro comentário meu acerca de Inflação) está relacionado à inflação de custos em que, quando

o sistema econômico está próximo de uma situação de pleno emprego a tendência normal – dada a escassez de recursos – é de que os preços praticados relativamente a bens e serviços tendam a sofrer majoração até o momento em que o sistema amplie (no médio e longo prazo) os estoques físicos de recursos produtivos (terra, capital, matérias-primas e trabalho) que irão proporcionar uma maior disponibilidade de bens e serviços.

Como a realidade brasileira se encontra em um patamar de pleno emprego, com a atividade econômica e o consumo bastante aquecidos, é mais que natural que o nível geral de preços tenha uma tendência de alta e que políticas monetárias restritivas não exerçam fortes influências em disseminar alterações de preços devido ao fato da demanda permanecer pressionando a oferta.

Provavelmente, a inflação só não foi maior pelo fato de parte do volume de dinheiro disponível nas mãos dos agentes econômicos ter sido canalizado para aplicações financeiras como a poupança, que em 2013 obteve um saldo líquido (depósitos menos retiradas) de R\$ 71 bilhões (<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2014/01/poupanca-capta-71-bilhoes-em-2013-e-bate-novo-recorde-diz-bc.html>), além do arrocho monetário promovido por uma política monetária restritiva que é utilizada para debelar alterações significativas nos índices de preços.

Como frisei em outros comentários, políticas de contenção da demanda via aumento da Selic e demais taxas de juros de mercado no curto prazo, dando um caráter exclusivamente monetário às variações de preços, não

garantiria os resultados almejados – de exercer um controle mais eficaz da inflação – e é justamente isso que estamos presenciando.

Apesar dos principais índices de inflação terem ficado dentro das metas estipuladas pelas autoridades monetárias, a tendência será de que a inflação - o mercado mantendo-se aquecido como está agora – continue pressionando os tetos das metas e que constantes aumentos nas taxas de juros deverão provocar consequências - também nefastas - de inibir o consumo como também inviabilizar o investimento.

Pelos gráficos 1 e 2 relativos ao IPCA disponíveis na reportagem podemos concluir que, enquanto a inflação média mensal durante o ano de 2013 ficou na casa dos 0,48%am e a relativa aos três primeiros anos do governo da Presidenta Dilma foi de 6,08%aa.

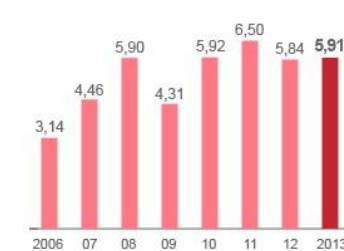
Variação mensal do IPCA (em %)



com.br

Infográfico elaborado em 10/01/2014

Variação anual do IPCA (em %)



com.br

Infográfico elaborado em 10/01/2014

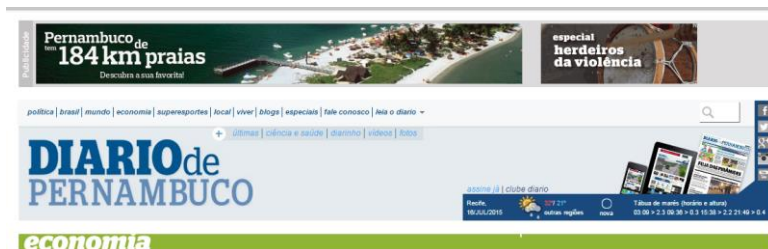
Pra finalizar, gostaria de retornar ao início dos meus comentários onde falei a respeito da inflação de custos, e que defendi a ideia de que políticas monetárias restritivas, por si só, não irão fazer surtir o efeito desejável de conter os diferentes

índices inflacionários por muito tempo dentro das metas estipuladas pelas autoridades monetárias e de que a melhor medida de realizar diminuições substanciais nos níveis de inflação será promovendo (aliás como tem contado com o incentivo do governo federal) o investimento público e privado para que tenhamos acréscimos significativos na produção nacional e consequentemente uma forma mais que natural de evitar reajustes significativos nos diferentes índices de preços utilizados no Brasil.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Diário de Pernambuco, 16/02/14



8. Mulheres assumem o pódio dos endividados em Pernambuco

Pesquisa do Instituto Fecomércio no estado revela que o público feminino compromete quase metade da renda

Mulher, com idade entre 25 e 34 anos, renda de um a três salários mínimos. Essa é a camada da população mais endividada em Pernambuco, segundo sondagem realizada pelo Instituto Fecomércio. De acordo com o estudo, 77,5% dos consumidores do estado têm algum tipo de dívida, sendo o cartão de crédito a principal fonte de endividamento. Sete entre dez pessoas apontaram o dinheiro de plástico como razão para o desequilíbrio financeiro.

Leia mais:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/02/16/internas_economia,489782/mulheres-assumem-o-podio-dos-endividados-em-pernambuco.shtml

Meus comentários:

Desde que a economia brasileira tomou novos rumos a partir de 2003, não apenas a riqueza nacional expressa pelo PIB e pelo ritmo de atividade econômica, ostentaram taxas de

crescimento, como também a massa de trabalhadores formais e informais que viram seus contingentes elevados, juntamente com o salário médio que contempla ao longo dos anos variações positivas no referido período.

Antes tínhamos um verdadeiro exército de desempregados que por sua vez gerava uma demanda reprimida por todos os bens e serviços que temos hoje à nossa disposição e principalmente com relação a itens básicos de sobrevivência, como é o caso da alimentação.

Vieram incentivos ao investimento e à disponibilização de postos de trabalho que criou uma nova classe média voraz no atendimento de suas necessidades básicas, como também dos chamados supérfluos que passaram a compor uma parte bastante substancial dos gastos das famílias.

Alimentação, vestuário, planos de saúde, telegrafia, móveis e utensílios para o lar, lazer, educação privada, viagens e acomodações, dentre outros, foram itens que passaram a compor a “cesta” de consumo de uma parcela significativa da população, denominada de nova classe média, que vem ao longo dos anos tendo uma participação diferenciada na composição da variável consumo nacional.

Incentivos a esse grandioso “boom” de consumo foi importantíssimo para uma verdadeira corrida às compras, dentre os diversos fatores contributivos podemos citar:

a) Aumento no volume de emprego e renda gerados pela retomada do crescimento;

b) Economia estabilizada e com baixos níveis de inflação;

c) Crédito farto e barato e forte disponibilização de serviços bancários;

d) Preços dos chamados “produtos supérfluos” em queda;

e) Salários médios crescentes e em alguns casos com ganhos reais (acima da inflação);

f) Incentivos governamentais à produção, comercialização e consumo, como os gerados pela redução e eliminação de impostos de produtos oriundo de setores dinâmicos da economia, como é o caso do automobilístico, móveis, materiais de construção, alimentos e bebidas, linha branca de eletrodoméstico, etc.

g) Empréstimos a taxas subsidiadas para o setor produtivo investir e se modernizar;

h) Programas de transferência de renda como o Bolsa Família;

i) Programas de fomento à escolarização, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra, e universitários que geraram um grande contingente de trabalhadores que passaram a receber salários diferenciados;

j) Aumento do nível de importações relacionado ao consumo;

l) Apelo propagandista com claros objetivos de incentivar o consumo; ...

Dentre tantos outros que fizeram do consumo pessoal e das famílias uma verdadeira “galinha dos ovos de ouro” para os diferentes setores de produção, comércio e serviços.

Todo esse conjunto de coisas, sem sombra de dúvidas, foi de vital importância para uma explosão do consumo; mas, esse mesmo consumo trouxe externalidades (como

denominamos em Economia aos efeitos colaterais causados por determinados fatos econômicos) negativas principalmente para as finanças pessoais e das famílias e para um aumento das taxas de inadimplência e endividamento de parte considerável da sociedade brasileira.

Segundo a reportagem do Instituto Fecomércio, publicada neste domingo pelo jornal Diário de Pernambuco informa que 77,5% dos consumidores do Estado possuem dívidas relativas – principalmente – à duas modalidades mais caras de crédito: o cartão de crédito e o cheque especial.

Ainda, segundo os dados da reportagem, as principais vítimas (?) do endividamento são amulheres (79,3%), seguidas dos homens, que ostentam um percentual de 74,5%; são estatísticas bastante preocupantes, tanto para os próprios consumidores, quanto para o comércio em geral; pois, quanto maior é o endividamento maiores serão os riscos e perdas na capacidade de consumir e de quitar compromissos assumidos devido aos inúmeros parcelamentos como os empréstimos contraídos.

Com relação às classes sociais e seus graus de endividamentos a reportagem destaca:

Classe	renda	grau de endividamento
E	até 1 salário mínimo	77,6%
D	de 1 a 3 salários mínimos	80,2%
C	de 3 a 5 salários mínimos	76,5%
B	de 5 a 10 salário mínimos	73,5%

A mais de 10 salários mínimos 66,0 %

Como se pode notar, é realmente preocupante, pois, graus tão elevados de endividamento tanto impedem a consecução de consumo dos chamados artigos de primeira necessidade (como alimentação e transporte, por exemplo) como também sinalizam negativamente para o comércio e o setor credor, que passam a ser mais criteriosos na concessão de crédito, o que pode influenciar os níveis de vendas, pedidos à indústria e contratações empregatícias.

Boa parte destas constatações são oriundas de uma completa falta de educação financeira (constatação verificada em outra pesquisa da Fecomércio) que deveria ser oferecida pelas famílias, empresas, meios de comunicação e pelo Estado, para que os indivíduos de conscientizassem da importância para o próprio bolso e para o sistema econômico como um todo de ter na sociedade cidadãos financeiramente responsáveis com suas próprias finanças.

Não adianta culpar o Estado, as empresas, os bancos, a propaganda, ..., o(a) verdadeiro(a) responsável por suas finanças é você mesmo.

Eduque-se financeiramente, seu bolso agradece!

Um abraço,

Augusto Dornelas

Infomoney, 22/01/14

The screenshot shows the top of the Infomoney website. At the top, there's a row of market indices: IBOVESPA (+0,89% 53.371 pts), NASDAQ (-0,12% 5.090 pts), SHANGHAI (+0,46% 3.823 pts), IFIX (+0,11% 1.470 pts), DÓLAR (+0,24% R\$ 3,14), EURO (-0,65% R\$ 3,41), CDI (13,64% a.a.), and TIOUFANÇA (0,71% a.m.). To the right is the BlackRock logo with the tagline 'VEJA MAIS'. Below this is the Infomoney logo with the tagline 'Informação que vale dinheiro'. A search bar contains the text 'Notícias, ações e muito mais'. To the right of the search bar are links for 'Assine a REVISTA infomoney', 'Entrar' (with a login icon), and 'Cadastro' (with a user icon). At the bottom, there's a navigation bar with links: 'últimas', 'mercados', 'onde investir', 'minhas finanças', 'imóveis', 'franquias', 'negócios', 'carreira', 'educação', 'blogs', and a 'Bloomberg' logo.

9. Rio Surreal: ação nas redes sociais denuncia preços abusivos na cidade

Veja mais em: <http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/precos/noticia/3158023/rio-surreal-acao-nas-redes-sociais-denuncia-precos-abusivos-cidade>

Meus comentários:

A Ciência Econômica nos proporciona através de suas leis e teorias, explicações plausíveis, concretas e cientificamente comprovadas dos inúmeros fenômenos e ocorrências econômicas presentes em nosso dia-a-dia.

A notícia veiculada na matéria tem uma íntima correlação com o conceito econômico de excedente do consumidor que pode ser conceituado como a diferença entre o montante que os consumidores estariam dispostos a pagar para adquirir determinada quantidade de um bem ou serviço e quanto eles efetivamente desembolsaram; este conceito nos fornece uma medida dos benefícios proporcionados pelas trocas num ambiente de mercado.

Achou difícil?

Então vamos esmiuçar melhor este conceito com um exemplo!

Em outras ocasiões que o conceito de Utilidade que pode ser traduzida como a satisfação derivada com a aquisição para consumo de um determinado bem ou serviço e é um dos determinantes do preço dos bens e serviços, além dos custos associados à sua produção e o grau de escassez a que este bem está sujeito; de tal maneira que você só irá adquirir um bem para consumo se a utilidade proporcionada por ele for – pelo menos – igual a seu preço e se for menor certamente você não vai adquiri-lo.

Quanto maior for a diferença entre o que você efetivamente pagou e o que você estaria disposto a pagar, maior será sua satisfação e conseqüentemente maior será a sua disposição em desembolsar o valor referente a seu preço.

Vamos ao exemplo:

Imagine que você, num dia desses de sol escaldante, caminhe pela praia e comece a sentir um forte desejo de tomar uma geladíssima água mineral.

Nas condições em que vê se encontra certamente estaria disposto a pagar uns R\$ 3,50 por uma garrafa de 100 ml e o vendedor lhe cobra R\$ 2,00; a diferença entre o que você estava disposto a pagar e quanto efetivamente desembolsou é justamente o que chamamos de excedente do consumidor e quanto maior for esta diferença maior será seu grau de satisfação.

Numa análise gráfica seria a área abaixo da curva de demanda e acima da linha de preço pago.

O que a reportagem denomina de “preços surreais” nada mais é do que a relação que acabamos de conceituar levada ao extremo!

Mas, uma das premissas que defendemos em Economia é que o consumidor é racional e tem plena noção dos preços praticados no mercado para os diferentes bens e serviços e busca maximizar sua satisfação.

No Rio de Janeiro – como em muitos locais mundo afora - existe uma situação propícia para a ocorrência deste tipo de evento: férias, sol, mar, grande número de turistas, bastante dinheiro circulando na cidade e os vendedores (ofertantes) operando exaustivamente para minimizar o excedente do consumidor (demandantes) e maximizar o excedente do produtor (que de maneira inversa seria o grau de satisfação gerada a nível de produtor em garantir o mais alto grau de satisfação ao receber um valor maior do que estaria disposto a vender; imagine se ele estivesse disposto a vender até por R\$ 2,00 e você tivesse pago R\$ 3,00!).

Já ouviu falar naquele ditado de que “quem desdenha quer comprar”?

Pois bem, é você de um lado tentando pagar o mínimo e gerar o máximo de satisfação pessoal e o vendedor tentando arrancar o máximo de suas economias e obter o máximo de satisfação às custas do seu suado dinheirinho.

Mas, e o que fazer?

O que acontece com os preços das mercadorias quando estão acima dos níveis máximos que o consumidor está disposto a pagar?

Resposta certa, eles caem.

Portanto, não compre até que os preços atinjam patamares ótimos que lhe propiciem o máximo de satisfação pagando um preço justo pela utilidade que o bem representa

para você; afinal de contas é a sua satisfação e o seu dinheiro que estão em jogo!

Espero que tenha ajudado você a compreender melhor o mundo econômico em que vive.

Um abraço,

Augusto Dornelas



10. Manchete de O Globo há 50 anos: 'Considerado Desastroso para o País um 13º Mês de Salário'

Leia mais: <http://blogdomello.blogspot.com.br/2012/04/manchete-de-o-globo-ha-50-anos.html>

Meus comentários:

Diariamente me acordo e tenho a perfeita convicção de que existem dois “Brasis”, um que é formado pelo Estado, por trabalhadores e empregadores que diuturnamente trabalha, empreende, gera riquezas, procura resolver problemas, estuda, ensina e pesquisa, que luta para a construção de uma sociedade e uma nação livre, soberana, igualitária, produtiva, confortável, científica, solidária... e um Brasil desprovido de qualidades que é diariamente exibido em algumas telas de TV’s e em alguns dos espaços editoriais de jornais e revistas que circulam diariamente pelo país afora.

Normalmente nada de bom, de belo, de construtivo, de alentador; apenas legendas e conteúdos que exercem um profundo pragmatismo com o caos, com a miséria e com a barbárie.

Notícias falaciosas, deturpadas de sentido (aparentemente) lógico que transmite aos lares e cérebros incautos e insensíveis ao verdadeiro objetivo da educação formalizada nas escolas e nos inúmeros institutos de promoção profissional e intelectual, edições falaciosas da realidade nacional e com nítidos interesses de recondução pura e simples de representantes do ideário (neo) liberal.

Estes tipos de abordagens desvirtuadas da realidade tornam-se mais notórias quando as notícias se referem ao universo econômico-financeiro, onde as descaracterizações se tornam mais evidentes através de veiculações parciais, deturpadas, e não raras vezes completamente antagônicas ao verdadeiro aspecto de correspondência intrínseca com o fato; deve-se frisar que não se trata de uma orquestração de todos os meios de comunicação, mas, infelizmente, uma significativo conjunto de meios de informação que se encontram notoriamente atrelados a determinados segmentos econômicos, financeiros e produtivos do país.

A inflação é um tema bastante corriqueiro, apesar de nos últimos anos os patamares de todos os índices se concentrarem dentro dos limites especificados pelas metas.

Ocorrências tais como arrecadação tributária (bruta e líquida), o índice de desemprego (que em 2013 se configurou no menor patamar da história), as persistentes elevações no crescimento do varejo, recordes na produção de petróleo, a retomada dos níveis de investimento público e privado, queda da inadimplência, a evolução do número de brasileiros participando da educação superior, a evolução do investimento estrangeiro direto no Brasil, a consolidação

de reservas monetárias internacionais, dentre tantos outros temas de importância significativa para a nação passam despercebidos do grande público, a quem é destinado uma programação carente de senso lógico, inteligível e muitas vezes até mesmo imoral.

Aí faço-me a seguinte pergunta: qual o verdadeiro papel dos meios de comunicação na construção democrática do país?

Confesso que na maioria das vezes não encontro resposta condizente com a realidade que está exposta na maioria das televisões, nos jornais, nas rádios, na internet e de tantas outras formas de comunicação contemporâneas.

Nos idos do governo do Presidente Lula (que foi amplamente defenestrado até como fascista), pretendeu-se instaurar um processo de democratização no acesso e na composição do conjunto formado pelos chamados meios de informação brasileiros, tal como existe nos EUA e em diversos países europeus, que abominam o monopólio da informação – tal como se verifica no Brasil – e onde existe uma verdadeira regulamentação estatal com nítidos objetivos de democratização da informação e da necessária construção de conhecimentos por parte de cidadãos críticos que tenham claros objetivos de participação política, econômica, intelectual e social.

Nos EUA, com o subsídio da Lei de Comunicação (Federal Communications Commission, editada em 1934), que garante a liberdade de expressão como um dos direitos fundamentais do cidadão e que possui em seus diversos artigos e parágrafos um conjunto de normas que buscam

impedir, por exemplo, a propriedade cruzada de meios de comunicação, difamações, exibição de conteúdos imorais, além de estabelecer determinados volumes de horas de veiculação de programação verdadeiramente educativa, cultural, formativa e informacional.

Já no Brasil, os mandos e desmandos da chamada “imprensa livre” brasileira chega a edificar despautérios e desinformações que beiram a irresponsabilidade; além de possuírem propriedade horizontalizada de meios de informação ou mídias sociais provocando uma verdadeira unicidade de objetivos e propósitos que certamente estão intimamente correlacionados com os grupos econômicos dos quais fazem parte e ou representam.

Existe uma verdadeira oligopolização dos meios de informação que deveria ser combatida não apenas por uma nova lei de imprensa no Brasil, como também pela própria lei antitruste devidamente regulamentada no país (Lei 8.884/94 e a criação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC).

Esta oligopolização contribui para que a propalada “mídia” cerceie o direito de liberdade e se veja às avessas com a boa informação que deve ser destinada – legalmente - ao conjunto da população, de maneira plural, isenta e de forma construtiva para a formação da cidadania.

Tradicionalmente, de livre, alguns meios de informação não têm nada; tendo historicamente se prostrado a serviço das classes dominadoras numa real posição de submissão e complacência com os desmandos praticados

por falastrões representantes de oligarquias locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

A real deturpação dos fatos e de importantes ocorrências históricas no âmbito nacional e internacional é notória e de fácil percepção e não fica difícil citar algumas delas para relembração de uns e conhecimento de outros, num passado não muito longínquo:

1) Apoio incondicional ao regime de exceção instalado no país em 1º de abril de 1964, exibindo matérias e editoriais que defenestravam João Goulart e correligionários e plena aceitabilidade do golpe de Estado e de todos os desmandos sociais, políticos, econômicos e legais provenientes dele.

2) Construção e posterior arregimentação de deposição de representante legal da presidência como foi o caso de Collor e sua pecha de “Caçador de Marajás”.

3) Defender a invasão americana no Iraque de Sadam (ex-colaborador do Tio Sam), onde se assassinou quase um milhão de seres e defender que a ajuda da antiga União Soviética a Cuba era antidemocrática.

4) Contribuição de todas as formas para a fraude eleitoral cometida contra Leonel Brizola nas eleições para Governador do Rio de Janeiro em 1982, que culminou com a leitura em horário nobre de editorial de Leonel na voz de Cid Moreira em rede nacional.

5) Quem não se lembra da Escola de Base em São Paulo; hoje os antigos proprietários que foram acusados injustamente e depois inocentados pela justiça e que se encontram atualmente com suas vidas esfaceladas e suas

condições financeiras e morais abaladas pelas acusações levianas orquestradas pela imprensa.

6) Apoio total à transferência de propriedade do patrimônio público para a “iniciativa privada” nos idos do governo de FHC, que dilapidou o Estado e o povo brasileiro em nome de uma suposta eficiência privatista privada.

7) Participação decisiva e colaborativa na atribuição velada ao sequestro de Abílio Diniz ao Partido dos Trabalhadores (vestiram os sequestradores com camisetas de campanha política) um dia antes da eleição e mudança radical nos resultados previstos, que culminou com a eleição de Collor, que posteriormente viu seu “tapete” puxado pelos mesmos atores que o conduziram ao mais alto posto do executivo nacional.

8) Veiculação diuturna de matérias “jornalísticas” que colocam o Brasil como o pior dos mundos e nítido apoio a uma recondução do PSDB à presidência da república; além de menosprezar os avanços consideráveis construídos no país nos últimos anos.

9) Nos anos 60 eram contra o 13º salário e hoje são a favor da “flexibilização das leis trabalhistas” que nada mais é que uma nítida tentativa de contribuir com a precarização do fator trabalho e o fortalecimento da lucratividade e da supremacia pura e simples do fator capital.

10) Greves de trabalhadores são tratadas como transgressões ao estado de direito democrático e defesa ardorosa de vândalos de politização duvidosa que são confundidos como arautos das liberdades democráticas.

Como se vê, esse espaço é realmente ínfimo para que se possa listar todas as descontribuições que setores da imprensa tupiniquim prestam à desinformação e deturpação da realidade política, econômica e social nacional.

Como já enfatizei no início tornarei a repetir, graças a Deus que os brasileiros em sua grande maioria acordam cedo, trabalham, empreendem, empregam, pesquisam, estudam, legislam, administram, governam, produzem, distribuem, comercializam e de maneira sublime constroem uma nação mais rica, democrática e solidária.

Termino parafraseando uma belíssima música de Chico Buarque: “apesar de você amanhã há de ser outro dia...”

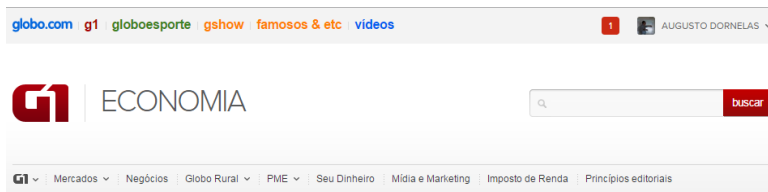
Um forte abraço para quem gostou e para quem não gostou me desculpe, mas a realidade não permite photoshop!

Augusto Dornelas

Portal G1 – Economia, 26/02/14

11. Veja repercussão da decisão de elevar a Selic pela oitava vez seguida

Economistas e entidades defendem corte gastos para controlar a inflação. Taxa básica de juros subiu para 10,75% nesta quarta.



Leia mais: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/veja-repercussao-da-decisao-de-elevar-selic-pela-oitava-vez-seguida.html>

Meus Comentários:

Você sabe o que é Política Monetária?

Você sabe se existe (m) outra (s) corrente (s) econômica (s) cujos preceitos vão em sentido contrário ao que acredita a maioria dos meios de informação (sic) e os comentaristas que eles cooptam para que justifiquem os argumentos contidos em suas reportagens?

Acredito que não!

Se é assim, vamos esclarecer e elucidar alguns pontos que acho de suma importância para que a notícia cumpra com o dever de bem informar a população e o público em geral.

Vamos começás definindo o que vem a ser Política Monetária.

A Política Monetária faz parte de um conjunto de ações governamentais com objetivos nítidos de influir e influenciar a plena utilização de recursos produtivos ou fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia) e contribuir com a distribuição de riquezas, com a estabilidade do nível geral de preços (controle da inflação), com o crescimento econômico (variação percentual positiva na riqueza de um país num determinado período de tempo: PIB anual) e com o desenvolvimento econômico (rebatimentos ou consequências que o crescimento econômico pode trazer para a sociedade, tais como, melhorias significativas em educação, saúde, segurança, disponibilidade de serviços públicos, infraestrutura, etc.).

A Política Monetária faz parte do que em Economia denominamos de Políticas Econômicas, que abrange a Política Monetária –propriamente dita -, a Política Fiscal, a Política Cambial e a Política de Rendas.

Nos comentários a seguir, me aterei à Política Monetária, seus instrumentos e seus efeitos benéficos e custosos à sociedade e à economia tomados em sua totalidade.

Podemos definir como Política Monetária como o conjunto de instrumentos disponíveis pelas autoridades monetárias para atuar sobre os chamados meios de pagamento (quantidade de dinheiro circulando no sistema econômico), negociações com títulos públicos, taxas de juros, disponibilidades de crédito e consequentemente afetando os níveis de taxas de juros praticadas no mercado.

Devemos enfatizar que os resultados deste tipo de política irão influenciar importantes variáveis afeitas ao

sistema econômico, tomado de forma agregada, tais como a disponibilidade de crédito e os custos associados, consumo, produção, investimentos, endividamento público, como também sobre as nossas relações com o resto do mundo.

Diariamente ouvimos, lemos, falamos e identificamos as repercussões da Política Monetária editada pelo governo e na maioria das vezes não nos apercebemos dos conceitos e consequências de resoluções tomadas relativamente ao cotidiano de indivíduos, famílias, empresas e do próprio governo.

Isso acontece não apenas pela falta de um programa de educação financeira direcionado à educação básica de nosso país, como também por um total descompromisso dos chamados meios de informação e do próprio sistema educacional do país que não contribuem com a construção de competências e habilidade no trato deste tipo de conhecimento para o conjunto da população.

Um amplo processo de divulgação e ensino de temas relacionados à educação financeira tem o poder de instruir cidadãos no trato com dinheiro e aos fatos econômicos e financeiros, tornando-os aptos a tomar decisões efetivas e eficientes nas suas relações com os diferentes mercados com os quais mantêm relacionamento para a aquisição de bens e serviços necessários ao seu bem-estar.

Voltemos nossos comentários à Política Monetária propriamente dita!

Como indagamos anteriormente, a Política Monetária atua no sentido de influenciar a quantidade de moeda em circulação no sistema econômico, sobre a taxa de juros e sobre as disponibilidades de crédito, que por sua vez interferirão

sobre importantes variáveis dos sistemas econômico e financeiro, tais como: consumo, poupança, investimentos, nível geral de preços (inflação), produção, dentre tantas outras.

Os principais instrumentos disponíveis para que as autoridades monetárias ensejem seus objetivos são:

a) Emissões de moeda: pode ser utilizada, por exemplo, quando o estoque de moeda em circulação é insuficiente para girar o estoque de bens e serviços disponíveis no sistema econômico; como também quando as autoridades monetárias desejam influenciar os níveis de taxa de juros, tornando os custos do crédito mais amenos para os tomadores de recursos.

b) Recolhimentos compulsórios: parte percentual dos depósitos à vista e a prazo que os bancos recebem de seus clientes e ficam sob a guarda do Banco Central, que tem por objetivos de (des)estimular – através do custo de empréstimos e financiamentos – as pressões da demanda sobre a oferta de bens e serviços; além de contribuir para a diminuição do poder dos bancos em “criar” meios de pagamento e para o controle da inflação e para a solidez, saudabilidade, confiança e credibilidade do sistema financeiro.

c) Operações de Mercado Aberto: operações de compra e venda de títulos públicos que podem contribuir com o aumento do volume de dinheiro em circulação (através da compra de títulos público = injeção de dinheiro no sistema) ou da redução do volume de meios de pagamento (que se dá pela venda de títulos públicos = retirada de dinheiro do sistema = “enxugamento da liquidez”).

d) Operações de Redesconto ou Empréstimos de Liquidez: assistência do Banco Central aos bancos comerciais e múltiplos no sentido de atender suas demandas, que deverá

estar conciliada com os objetivos traçados pelas autoridades monetárias relativamente aos sistemas económico e financeiro.

O quadro abaixo destaca os principais instrumentos de política monetária e de seus resultados, de acordo com os objetivos almejados pelas autoridades monetárias.

Instrumentos Disponíveis	Anti-inflacionárias	Promotoras de Crescimento
Estoque de Moeda	Diminuição = enxugamento da liquidez	Aumento do Estoque de Moeda (aumento da liquidez)
Recolhimentos Compulsórios	Elevação da taxa de Juros	Redução da taxa de Juros
Mercado Aberto	Venda de Títulos	Compra de Títulos
RESULTADO	Inibição do Consumo e do Investimento	Estimulação do Consumo e do Investimento

Como se pode notar, podemos ter diferentes objetivos de execução da Política Monetária, dependendo do momento pelo qual a economia esteja passando num determinado momento do tempo.

Por exemplo, em 2009, após a eclosão da crise económica patrocinada pelos Estados Unidos para o mundo, o governo do Presidente Lula procurou adotar uma política

expansionista, com caros objetivos de estimular os agentes econômicos no sentido de elevar os patamares do consumo e do investimento e contribuir para a minimização dos efeitos da crise na economia brasileira.

Já, durante o ano de 2013, devido às pressões inflacionárias que ocorreram, o governo buscou desestimular o consumo para fazer com que os efeitos perversos gerados pela inflação fossem minimizados, o que propiciou a continuidade do enquadramento do nível geral de preços dentro das metas traçadas pelas autoridades monetárias, mas dentro dos limites necessários para que os reflexos negativos sobre o sistema econômico como um todo não venham a comprometer os objetivos de crescimento econômico, o que propiciou que obtivéssemos uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 2,3%, gerando um total de riquezas no ano da ordem de R\$ 4,84 trilhões.

Espero que tenha contribuído para que vocês entendam determinadas notícias que diariamente são veiculadas.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Portal Terra – Economia – 07/03/14



12. Ibope: maioria dos brasileiros não lê jornais, nem revistas

Apenas 6% dos brasileiros leem jornais diariamente. Apesar da baixa popularidade, o impresso conta com a maior credibilidade

Leia mais: <http://economia.terra.com.br/ibope-maioria-dos-brasileiros-nao-le-jornais-nem-revistas,7b18566cfbc94410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

Meus comentários:

Monteiro Lobato, um dos maiores autores brasileiros como “ O Choque das Raças”, “Fábulas do Marquês de Rabicó”, “Memórias da Emília”, “Emília no país da Gramática”, “Urupês”, “O Pó de Pirlimpimpim”, “Sítio do Pica-pau Amarelo”, dentre tantos outros sucessos da literatura nacional, dentre suas célebres frases salientou: “quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”!

Apesar de ter falecido em 1948 e você ainda não tinha nascido, deixou um legado primoroso para a literatura nacional, especialmente para as crianças; aliás, como tantos outros autores nacionais que são completamente desconhecidos para as gerações atuais.

Mas, certifico-lhe que eles existiram; apesar do seu desconhecimento!

São velhos?

Realmente são!

Mais velhos são todos aqueles e aquelas que não leem, mal falam, mal ouvem, mal veem e, portanto, nada compreendem e vivem a replicar asneiras e bobagens que são veiculadas nos chamados meios de informação; “ranzinza” como sou, prefiro chamar a maioria dessas coisas de “meios de contrainformação”.

Eu disse “a maioria” e não todos; pois, afinal de contas existem nas plagas tupiniquins excelentes veículos de informação de são dignos de aplausos, reverências e indicações para aguçar vários de nossos sentidos, como a visão, a audição, o nosso olfato, a fala, as nossas funções cerebrais e a nossa escrita.

Mas, vamos às constatações da reportagem objeto desse modesto, porém sincero comentário:

- 75% não lê jornal;
- 85% não lê revista;
- 27 % lê sobre fofocas, celebridades e novelas;
- Dentre outras péssimas constatações levantadas pela pesquisa.

É uma triste constatação; afinal de contas que país do futuro poderemos ser com um exército tão grandioso de desinformados e, conseqüentemente, de indivíduos que não se interessam por temas que influenciam suas vidas, as vidas das

empresas onde trabalham, a sociedade onde vivem e sobrevivem e o país que ocupam.

A falta de leitura e de leitura de qualidade produz o que, em educação, denominou-se de analfabetos e de analfabetos funcionais que são todos aqueles indivíduos que mal lê e não compreende o que leu, mal escreve e não consegue colocar no papel ideia alguma (até por não a ter) é incapaz de exprimir verbalmente qualquer construção sistemática e inteligível de sua própria existência e “vivem numa penumbra cinzenta e não conhecem a vitória nem a derrota” como já dizia Roosevelt.

E as constatações resultantes da pesquisa não ficam por aí!

Escolas da educação básica, hoje, são verdadeiros clubes sociais, as famílias... as famílias, em parte considerável não passam de apenas provedores materiais das necessidades básicas e criadas dos entes queridos.

O problema da reprovação escolar foi “resolvido” com a progressão automática em escolas públicas e privadas, com raríssimas exceções.

Matemática é um saco!

É um termo comum que se houve aos quatro cantos do país, provocando um triste reflexo na formação de profissionais relacionados às diferentes áreas dedicadas às ciências exatas, como também das ciências sociais aplicadas.

Será que se pode construir um país sem Matemática, Física e Química?

Digo-lhe, jamais!

O objeto de meus comentários semanais neste espaço democrático para escrita e leitura, geralmente se referem ao universo econômico e financeiro, que além de se reportar à

Ciência Econômica, aos Métodos Quantitativos e às Finanças em geral se configuram num tipo de notícias que normalmente o cidadão comum nem ao menos “passa uma vista”, o que é plenamente constatado pela pesquisa que não cita nem mesmo o tema em suas constatações.

Você sabe quantos profissionais se formam em Economia e Matemática anualmente?

Não?

São pouquíssimos!

Mas saiba que são eles que fazem as “contas” por você, para as empresas e para o país!

Você, que não se interessa por esses “assuntos menores” fique sabendo que existe um verdadeiro exército de espertalhões que diariamente trabalha para tomar-lhe suas economias e por profundo sentimento de alheamento da realidade e “desprendimento” financeiro você transfere boa parte de sua renda para tornar o bem-estar deles mais apazível.

Notícias envolvendo taxa de juros, crédito, políticas públicas, spread bancário, impostos, taxa de câmbio, “flexibilização das leis Trabalhistas” (vá de retrum satanás), déficit na previdência, fundos de previdência complementar, salário real, inflação, superávit, subsídios, balança comercial, importações e exportações, carnaval, copa do mundo de futebol, novela e show de determinados cantores e cantoras (benza-te Deus), têm a ver com finanças, mesmo que você seja incapaz de enxergar isso!

O conhecimento que você adquire deve gerar competências e habilidades necessárias para suas inserções no mundo do trabalho e na vida.

Não desperdice sua existência se engajando na ignorância e nas amenidades que colocam como parte primordial para a construção de seu “eu”; pois a vítima será você e sua família.

Instrua-se, informe-se, cidadanize-se, atue como um indivíduo atuamente social, familiar, profissional, solidária e politicamente; caso contrário, irá amargar hoje, amanhã, transcendental e encarnacionalmente (para quem acredita) pelo fato de sua existência não ter sido proveitosamente utilizada para o seu engrandecimento próprio e do coletivo do qual faz parte.

A leitura, a reflexão, o diálogo, a atuação cidadã e a construção cognitiva certamente irão lhe propiciar, não apenas momentos materiais, um engrandecimento pessoal maravilhoso que lhe trará consequência frutíferas à sua estada terrestre.

Se nada disso lhe diz despeito, assuma as consequências de sua inércia e inaptidão.

Caso pense a aja diferentemente, sua vida lhe transformará num ser privilegiado, que consegue entender, fazer e construir um mundo novo e benéfico para todos.

Quem lê, bem fala, bem ouve, bem vê, bem raciocina, bem atua, bem constrói e certamente é bem mais feliz.

Um forte abraço!

Augusto Dornelas

CARTA CAPITAL

CartaCapital

Revista Digital Política **Economia** Sociedade Cultura Internacional Blogs e colunistas Mais conteúdo



Economia

Análise / Carlos Drummond

13. Superávit primário brasileiro é um dos cinco maiores do mundo

O país é o único, além da Arábia Saudita, que mantém, ao longo de toda a série, um primário positivo e superior a 1% do PIB

por Carlos Drummond — publicado 07/03/2014 12:45, última modificação 07/03/2014 14:46

Leia mais:

<http://www.cartacapital.com.br/economia/superavit-primario-brasileiro-e-um-dos-cinco-maiores-do-mundo-4324.html>

Você sabe o que significa “Superávit Primário”?

Não?

Então vamos esclarecer!

O termo superávit se refere ao resultado do confronto entre duas grandezas; por exemplo:

- 1) As empresas ao venderem seus produtos obtém receitas e para produzir esses produtos incorre em custos; o

confronto entre receitas (entrada de recursos) e os custos (saída de recursos) se for positiva dizemos que houve um superávit que normalmente é chamado de lucro.

2) Pense em suas despesas mensais, se sua renda (salário, por exemplo) for maior que suas despesas (pagamentos relativos a educação, água, alimentação, plano de saúde, educação, etc), podemos atribuir a esse excedente entre renda e gastos o nome de superávit.

3) O mesmo ocorre com as contas governamentais: se a arrecadação com tributos e impostos for superior aos gastos do governo, a esse excedente entre arrecadação e gastos denominamos de superávit.

Caso custos superem receitas, despesas superem renda ou arrecadação supere gastos governamentais ao resultado negativo damos o nome de déficit.

Como vê é um conceito simples de entender!

Mas, nos noticiários econômicos veiculados nos meios de informação, normalmente não são evidenciados os dois tipos básicos de superávit ou déficit quando se faz referência às contas governamentais.

As receitas governamentais são obtidas e recolhidas ao Tesouro Nacional se dividem em dois grupos:

a) Receita Orçamentária que compõem definitivamente o patrimônio público e se configuram como recursos

próprios que serão utilizados para o financiamento das políticas públicas e os programas governamentais.

b) Receitas Correntes: se referem às receitas tributárias, provenientes da arrecadação tributária de contribuições, patrimoniais, da atividade produtiva (agropecuária, indústria, comércio e serviços) e do setor financeiro;

Os gastos públicos se originam das despesas governamentais relativas à manutenção da “maquina” pública, prestação de serviços públicos (saúde, educação, justiça e segurança, por exemplo) e aos investimentos realizados pelo governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Logo, devemos esclarecer:

- No caso do superávit primário não são levados em consideração os gastos com juros e correção da dívida pública;
- Já no caso do superávit nominal, além do resultado do confronto entre arrecadação e gastos públicos são incluídos os pagamentos referentes ao montante de juros e correção monetária pagos aos detentores de títulos públicos.

O superávit primário do setor público referente ao mês de janeiro de 2014 atingiu R\$ 19,9 bilhões e no acumulado durante o ano de 2013, esse saldo positivo foi da ordem de R\$ 91,3 bilhões o que representa 1,90% do PIB de cerca de R\$ 4,84 trilhões.

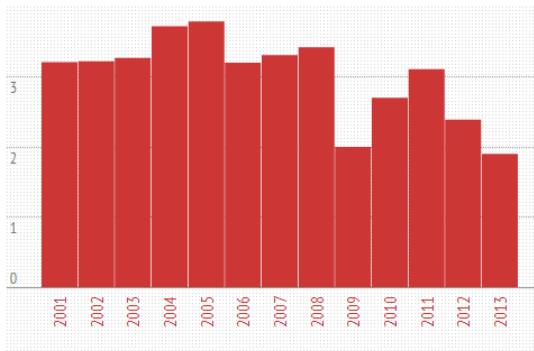
Os juros referentes à dívida pública pagos em janeiro de 2014 alcançaram a cifra de R\$ 30,4 bilhões e no total pago durante o ano de 2013 esse valor correspondeu a R\$ 249,9 bilhões, correspondendo a 5,18% do PIB.

O superávit nominal, que além de incluir a diferença entre receitas e despesas governamentais foi deficitário em R\$ 10,5 bilhões no mês de janeiro e durante o ano de 2013 registrou-se um déficit nominal de R\$ 157,55 bilhões.

Abaixo disponibilizo gráfico constante de reportagem do jornal Estado de São Paulo referente à obtenção de superávit primário referente aos anos compreendidos entre 2001 e 2013:

Superávit primário do Brasil

Em porcentagem do PIB



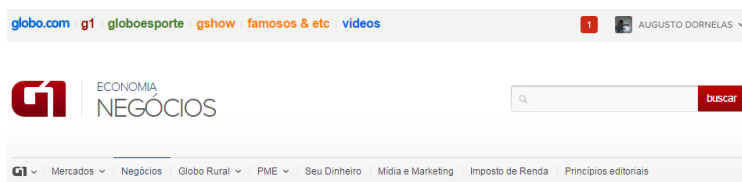
FONTE: BANCO CENTRAL

Espero que tenha lhe ajudado a obter informações detalhadas sobre o tema

Um abraço!

Augusto Dornelas

Portal G1 – Economia e Negócios, 13/02/2014



14. Banco do Brasil tem lucro líquido de quase R\$ 15,8 bilhões em 2013

De acordo com banco, 'é o maior lucro da história do sistema financeiro'. Lucro foi impulsionado por expansão dos negócios e contenção de gastos.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/02/banco-do-brasil-tem-lucro-liquido-de-r-158-bilhoes-em-2013.html>

Meus comentários:

Em minhas aulas sobre Economia e Finanças sempre sou taxativo:

Qualquer país que deseja crescer e se desenvolver economicamente deve ter um sistema financeiro saudável, dotado de credibilidade, muito bem regulamentado, eficiente e sobretudo capitalizado.

Neste quesito não devemos nada a qualquer outro sistema financeiro no mundo; muito pelo contrário: nossas maiores instituições financeiras figuram entre as maiores, melhores e mais saudáveis – financeiramente falando – instituições mundiais.

É excelente podermos constatar esse fato, levando em consideração as opiniões de instituições financeiras mundiais e multilaterais como o FMI e o Banco Mundial; além de evidenciarmos a mesma opinião de importantes meios de comunicação mundial, como a revista The Economist, o Jornal The Guardian e a revista Times.

Vamos necessitar de alguns conceitos básicos para que você compreenda melhor o funcionamento do sistema econômico como um todo e mais propriamente o mercado financeiro.

Por agentes econômicos podemos definir como o conjunto de pessoas, famílias, empresas e governo que através de suas inúmeras interações no sistema econômico estabelecem relações de trocas entre bens, serviços, título e moeda.

Estes agentes podem ser divididos em dois grandes grupos:

a) Agentes superavitários: aqueles cuja renda supera os gastos e, portanto, produzem sobras monetárias que serão captadas pelos intermediários financeiros através dos inúmeros produtos financeiros disponíveis no mercado, mediante o pagamento de uma remuneração denominada de juros pela utilização de seus capitais financeiros.

b) Agentes deficitários: contrariamente, neste grupo encontram-se todos aqueles agentes cujos gastos superam suas rendas e que buscam financiamento às suas necessidades de consumo e investimentos.

O papel do sistema de intermediação financeira é o de canalizar moeda e títulos entre agentes econômicos superavitários e deficitários de forma a atender as suas

demandas por aplicações, créditos, empréstimos e financiamentos que propiciem o atendimento das diferentes necessidades dos diferentes agentes e consequentemente promova o crescimento e o desenvolvimento do sistema econômico como um todo.

O sistema econômico é formado por diferentes mercados, que através de interações que se materializam através de relações econômicas e financeiras colocam em contato os diferentes agentes econômicos e traduzem em negócios e ou trocas de matérias primas, trabalho (mão de obra), bens e serviços finais, moeda e títulos.

Os mercados componentes do sistema econômico podem ser relacionados da seguinte forma:

- Mercado de Matérias-primas e bens intermediários, responsável pelo estabelecimento dos preços e quantidades dos insumos necessários à elaboração dos produtos e serviços necessários ao atendimento das necessidades humanas;
- Mercado de Bens e Serviços, onde são determinados as quantidades e os preços dos produtos e serviços elaborados pelo sistema produtivo real;
- Mercado dos Fatores de Produção, em que há a determinação dos quantitativos e as remunerações dos fatores de produção: trabalho (salários), moeda (juros), capital físico (aluguéis) e acionistas (lucros e dividendos);

- Mercado Financeiro: componente do Sistema Financeiro Nacional e tem por finalidade intermediar moeda e títulos entre agentes econômicos e é responsável pela disponibilização de serviços financeiros para o atendimento das necessidades financeiras dos agentes econômicos.

O Mercado Financeiro pode ser segmentado em quatro subdivisões:

- 1) Mercado Monetário: sua preocupação tem por objetivo o controle da liquidez monetária do sistema econômico e com a aplicação de políticas econômicas que tem por objetivo sanar distorções sistêmicas como é o caso da inflação e onde são negociados – em sua grande maioria – títulos emitidos pelo Tesouro nacional que também tem a finalidade de financiar o déficit e as decisões de investimento público.
- 2) Mercado de Crédito: sua principal função é suprir as necessidades de caixa – através de empréstimos e financiamentos – aos agentes econômicos (pessoas físicas e jurídicas) para atender às suas necessidades de consumo e capital de giro, por exemplo.
- 3) O Mercado de Capitais: tem por principal objetivo o de suprir recursos o sistema produtivo através da disponibilização de créditos (empréstimos e financiamentos) para atender às necessidades do sistema produtivo em suas necessidades de capital para investimento e capital de giro.

4) Mercado Cambial: segmento do mercado financeiro direcionado a operações de compra e venda de moedas estrangeiras e suas conversibilidades através do que denominamos de taxa de câmbio e está intimamente relacionado às inúmeras operações econômicas e financeiras que realizamos com o resto do mundo.

As instituições financeiras bancárias são representadas por Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos e Caixas Econômicas.

Os Bancos Comerciais se constituem sob a forma de sociedades anônimas, atendo-se à realização de operações de curto prazo para financiamento ao consumo e capital de giro para as empresas. Possuem grande capacidade de criar moeda a partir da realocação dos depósitos à vista e aprazo captados no mercado. Também concentram suas operações na concessão de créditos através de desconto de títulos, crédito pessoal, crédito rural, adiantamentos de recebíveis, cheques especiais e operações de câmbio.

Os Bancos Múltiplos são fruto do desenvolvimento das ações e competências dos bancos comerciais, através da formação de conglomerados financeiros, permitindo que uma mesma instituição expanda suas atividades e atuações no mercado por meio da diversificação de carteiras e de operações. Com relação a estas carteiras podemos citar quatro delas onde normalmente atuam os bancos múltiplos:

a) Banco Comercial;

b) Banco de Investimentos;

- c) Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos, popularmente conhecidas como “Financeiras”;
- d) Sociedade de Crédito Imobiliário.

Importando que, para tornar-se um banco múltiplo, uma instituição financeira deve operar em pelo menos duas das categorias listadas, sendo que uma delas necessariamente deve ser de banco comercial ou de investimentos.

No Brasil os chamados Bancos Múltiplos, representados pelo Banco do Brasil, Banco Itaú e Bradesco atuam nos quatro segmentos discriminados acima, além de também atuarem disponibilizando produtos de carteiras diversificadas relativos às áreas de saúde, seguros, previdência, cartões de crédito, capitalização, consórcios, leasing, câmbio, dentre outras.

O Banco do Brasil foi a primeira instituição financeira criada no país, datando sua fundação em 1808 durante o 1º Império e de lá pra cá sofreu profundas transformações relativas às áreas de captação e aplicação de recursos, já tendo sido autoridade monetária – função hoje ocupada pelo Banco Central – e hoje se configura numa sociedade de economia mista (onde o governo é o sócio majoritário) Instituição Especial do sistema financeiro nacional, auxiliando as autoridades monetária e ao governo na aplicação das chamadas políticas econômicas (vide comentário em meu livro “Notícias de Economia e Finanças – Meus Comentários”, disponível gratuitamente na WEB - <http://pt.slideshare.net/augustodornelas/livro-notcias-de-economia-e-financas-meus-comentarios-augusto>

[dornelas?utm_source=ss&utm_medium=upload&utm_campaign=quick-view](#)).

Em reportagens contidas no portal G1 e no site do Estadão (<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,grandes-bancos-emprestam-menos-mas-lucro-cresce-em-2013,177818,0.htm>) é noticiado que juntos (BB, Itaú, Bradesco e Santander) obtiveram conjuntamente um lucro líquido da ordem de R\$ 45,6 bilhões em 2013, cabendo ao Banco do Brasil o primeiro lugar apresentando um lucro de R\$ 15,8 bilhões, um recorde na história do sistema financeiro.

Estes resultados colocam as instituições nacionais entre as mais rentáveis e capitalizadas instituições do mundo, figurando sempre entre as maiores e melhores em diversos rankings mundiais de instituições financeiras.

No mais, parabéns ao Banco do Brasil e aos demais pelos excelentes resultados obtidos!

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

Economia-Estado, 13/02/14



15. Vendas no varejo fecham 2013 com alta de 4,3%, o menor resultado em 10 anos

Em dezembro, houve queda de 0,2%, o primeiro resultado negativo após nove meses de alta

SÃO PAULO - Após nove meses seguidos de alta, as vendas no varejo recuaram em dezembro. No mês, as vendas caíram 0,2% e fecharam 2013 acumulando alta de 4,3%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado de 2013 foi o menor em dez anos. Em 2003, as vendas haviam registrado queda de 3,67%.

Leia mais acessando:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,vendas-no-varejo-fecham-2013-com-alta-de-4-3-o-menor-resultado-em-10-anos,177743,0.htm>

Meus comentários (Palestra realizada na Associação Comercial de Pernambuco em 12/04/14)

**POLÍTICAS ECONÔMICAS E SEUS EFEITOS
SOBRE A ATIVIDADE DE VAREJO**

Teorias da participação do Estado na Economia

- **Adam Smith**, o Liberalismo e a “mão invisível”

“Crença na capacidade do mercado de se autorregular e com isso promover o bem comum.”

“A não intervenção do Estado na economia. O Estado poderia apenas investir em infraestrutura e em áreas que não fossem do interesse do capital privado. Também poderia oferecer subsídios para estimular o investimento privado de forma estratégica.”

- **John Maynard Keynes**, o Estado participativo da economia

“O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, seja através de seu sistema de tributação, seja, em parte, por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas [...] Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego.”

“Três elementos: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. O primeiro precisa de crítica, precaução e conhecimento técnico; o segundo, um espírito não egoísta e entusiasta que ame o homem médio; o terceiro, tolerância, amplitude, apreciação da variedade e da independência, que prefere, sobretudo, oferecer oportunidade progressista ao excepcional e ao aspirante.”

- **Karl Marx**, o Estado proprietário dos meios de produção

“Através da abolição violenta dos direitos de propriedade, (os trabalhadores) centralizarão todos os meios de produção nas mãos do Estado.”

O BRASIL VAI MAL?

- Luiza Trajano – sócia proprietária do Magazine Luiza :
 - “Está-se vivendo a era de ouro do varejo, com a explosão do consumo da classe C que aconteceu apenas nos últimos anos.”
 - “Existem dezenas de milhões de pessoas vivendo com os pais e querendo adquirir suas casas através do Minha Casa Minha Vida. E todas são futuras consumidoras de eletroeletrônicos, móveis etc.”
 - “E a inadimplência no varejo é a menor em muito tempo.”
 - “Com todo o respeito à Amazon, nós não vamos vender nada.”
 - “É bom ver que quantos brasileiros sabem enxergar também a metade cheia do copo, e não só a parte vazia!”
- Delfim Neto – Economista, Professor, Ex-ministro e Deputado Federal.

- “Visivelmente, diminuiu nos últimos meses a desconfiança recíproca entre o governo e o setor empresarial”.
- “Analistas financeiros criam rótulos, como Vulneráveis, para acelerar os fluxos especulativos.”
- “O cenário atual indica que 2014 será melhor para o crescimento econômico do Brasil do que foi 2013.”
- “Ao contrário do que diz um jornal inglês, o apetite estrangeiro para investir no Brasil segue firme, como sugere a bem-sucedida série de captações em dólar.”
- “Somente manipular a taxa de juros não garante a redução da inflação com crescimento da economia.”
- Augusto Dornelas, Economista e professor da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.
- Dados sobre o Brasil em 2013:
 - “PIB cresceu 3,7% no ano frente a um crescimento de 3% da economia mundial (R\$ 4,84 trilhões).”
 - “A taxa de desemprego ficou em 5,5%”.
 - “A inflação, medida pelo IPCA, apresentou índice de 5,91% no ano”.
 - “Resultado da balança comercial em 2013, superávit de US\$ 2,56 bilhões em 2013”.

- “O saldo das reservas internacionais do país fechou o ano com um saldo de US\$ 375,79 bilhões.”
- “ Arrecadação tributária atinge R\$ 1,57 trilhão em 2013.”

Você sabe o que é Política Econômica?

- Conjunto de ações governamentais que têm por objetivos:
 - Pleno emprego
 - Distribuição de Riqueza
 - Estabilidade do Nível Geral de preços
 - Crescimento e Desenvolvimento Econômico
 - Equilíbrio do Balanço de Pagamentos

Políticas Econômicas

- **Política Fiscal:**
 - Relativa a arrecadação e gastos governamentais.
 - Equilíbrio entre receitas e despesas do setor público;
 - Influencia renda disponível e consumo agregado;
 - Instrumento de política anti-inflacionária e/ou promotora de crescimento;

- Afeta níveis de consumo e investimento.

- **Política Monetária:**
 - Relacionada a volume de meios de pagamento, títulos públicos, inflação, taxa de juros, volume de crédito;
 - Instrumentos: depósitos compulsórios, emissão de moeda, operações de mercado aberto, operações de redesconto e empréstimos de liquidez;
 - Pode ser expansionista ou restritiva;
 - Anti-inflacionária ou promotora de crescimento econômico;
 - Inibidora ou estimulante do consumo e investimento

- **Política Monetária:**
 - Emissões de moeda;
 - Depósitos compulsórios;
 - Operações de Mercado Aberto;
 - Redesconto e empréstimos de liquidez;
 - Regulamentação sobre o crédito e a taxa de juros.

- **Política Cambial:**

- Taxa de Câmbio;
- Transações internacionais de capitais, bens e serviços;
- Estímulo/desestímulo a Exportações e Importações;
- Viagens internacionais

- **Política de Rendas:**

- Influenciam diretamente:
 - * Salários
 - * Juros
 - * Lucros
 - * Aluguéis

Influências das Políticas Econômicas no Varejo

- Influências positivas do processo de estabilização brasileiro sobre preços e salários (Plano Real – 1994);
- Redução drástica do desemprego (5,1% - março 2014).
- Mais de 40 milhões de pessoas/famílias migram para a classe C.

- Crescimento salário real médio e de transferências governamentais ao longo dos últimos 10 anos.
- Adoção dos Sistema de Metas para Inflação.
- Aumento do volume de crédito para consumo e investimento.
- Desoneração de impostos de setores dinâmicos de nossa economia (automobilístico, móveis e eletrodomésticos, construção civil, informática, bebidas, alimentos, etc.).
- Investimentos governamentais induzindo investimento privado.
- Políticas de Inclusão Social.
- Massificação dos cartões de crédito e débito

O Varejo pelo Varejo

Aspectos contributivos ao Crescimento

- Adoção de políticas alinhadas às transformações globais;
- Renovação de conceitos e estratégias;
- Comportamento competitivo e profissionalizado;
- Utilização de novas tecnologias e ganhos de escala;

- Qualificação profissional e de gestão corporativa;
- Compreensão de expectativas e do comportamento do público consumidor;
- Combinação de relações físicas e on-line;
- Forte e eficiente adaptação a questões mercadológicas;
- Crescimento acima do PIB (2007 a 2011: cresceu 36% enquanto PIB 19%);
- Amplo espaço para crescimento (14% PIB, outros países 30%).

Problemas enfrentados pelo Varejo no Brasil

- Economia informal;
- Concentração de renda no Brasil;
- Câmbio versus importações;
- Inflação;
- Dependência significativa de seus resultados relativamente ao comportamento da economia como um todo;
- Alta sensibilidade aos efeitos das Políticas Econômicas;
- Inadimplência e nível de endividamento das famílias;

- Carga tributária?
- Concentração da atividade varejista brasileira no sul e sudeste.

O Varejo no Brasil

Frases

"Somos a locomotiva que puxa a economia"

Empresário Flávio Rocha, presidente da varejista de moda Riachuelo e do IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo)

"Eu costumo falar muito de empreendedorismo aqui (Twitter) porque acredito que todos são capazes de transformar um sonho em uma empresa."

Empresária Maria Luiza Trajano, presidente da rede varejista Magazine Luiza

"Eu sou um otimista"

Celso Muniz, empresário e presidente da Associação Comercial de Pernambuco.

Agradecimentos

- **A todos vocês pela paciência e pela participação nesta "conversa econômica".**

- **Dr. Celso Muniz – Presidente da Associação Comercial de Pernambuco (ACP).**
- **Marta Almeida – Assessora da Presidência - ACP**
- **Josie Monteiro – Conselho Diretor da ACP e AVIP.**
- **Jamerson Reis – Presidente do COJAC – ACP e COLOGER.**
- **Priscilla Albuquerque – Diretora de Finanças – COJAC e LIGPROMO.**

Para obter os slides na íntegra envie-me solicitação por e-mail.

Um abraço,

Augusto Dornelas



16. O Programa de Educação Financeira do Banco Central

O que é Educação Financeira

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Leia mais acessando: <https://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>

Meus comentários:

Sou contumaz em assistir programas midiáticos que contribuam com a formação cidadã, intelectual, constitucional, participativa, social e financeira da sociedade e mais particularmente dos indivíduos.

Sei que, na linguagem popular isto se chama carece desprovida da “síndrome” do “entretenimento” coletivo, que

procura tornar os débeis “cidadãos” em cidadãos dementes, em todos os sentidos que a mente humana seja capaz de comportar.

Assistir aos chamados “programas de comentários de Economia e Finanças” (com raríssimas exceções; assista ao canal 11 da TV Pública e veja a diferença) causam em todo ser vivente profunda depressão de inobjetividade econômica e financeira que beira à falta de noção.

Desta forma, melhor não as ter; pois, são capazes de confundir quem é provido de senso crítico e de conhecimento.

Estou sendo chato?

Para mim, não!

Se as pessoas estão acostumadas ou adestradas em ouvir e ver besteiras que são veiculadas cotidianamente em nossos “telejornais especializados”, elas têm um sério problema!

Se querem contrapor informações e construir suas próprias convicções, diversifiquem o que assistem, leem e ouvem e passem a transformar informação em conhecimento.

Do contrário, continuarão a fazer parte do imenso conjunto de alienados, inclusive financeiramente falando.

Agora, deixando os arroubos de lado, programas verdadeiramente informativos e formativos têm a função de auxiliar na construção de cidadãos capazes de decidir com autonomia sobre questionamentos relativos à sua vida financeira particular, como também em suas tomadas de decisões de caráter financeiro profissional.

Vejamos algumas abordagens úteis e necessárias para a construção de nossa identidade financeira:

- a) Você é um (a) cidadão (ã) superavitário ou deficitários?

Reconhecer como anda sua realidade financeira é o primeiro passo para começar a arregimentar ações para mudar ou melhorar sua realidade.

Podemos definir de forma simples se um agente econômico superavitário como aquele cuja renda supera os gastos, o excedente da diferença lhe servirá para construir poupanças do tamanho de seus objetivos para saldar dívidas ou gastos previstos e não planejados, como também construir um montante futuro de poupança compatível com seus objetivos de médio e longo prazos.

Já os chamados agentes econômicos deficitários são todos aqueles cuja renda é inferior aos gastos e que, portanto, exibem uma nítida necessidade em financiar seu excesso de gastos sobre renda através de diferentes modalidades de empréstimos e financiamentos disponibilizados pelas instituições financeiras. Contrariamente aos superavitários, disponibilizam uma parte considerável de suas rendas para pagamento de juros, o que contribui para um aprofundamento de suas dificuldades financeiras, muitas vezes até comprometendo aqueles gastos que são caracterizados como inadiáveis, por exemplo o aluguel, as “feiras” domésticas, dentre outros.

b) Você realiza acompanhamento mensal de gastos e receitas?

Existem diversas e benéficas formas de acompanhar gastos e receitas; seja através de planilhas do Excel ou de um simples caderno onde você poderá acompanhar entradas e saídas de recursos, auxiliando você a visualizar sua (s) fonte

(s) de entrada (s) de recursos e pra onde você está destinando-as, ajudando-lhe a verificar se está remetendo suas finanças para gastos verdadeiramente inadiáveis ou se simplesmente faz escoar seus recursos para gastos supérfluos.

A partir do momento que você começar a verificar para onde está destinando sua renda ficará mais fácil corrigir gastos – muitas vezes – desnecessário e começar a criar hábitos de poupanças que venham a lhe proporcionar um futuro bem mais tranquilo.

c) Você estabelece metas e planos quanto ao futuro?

Não devemos sempre esperar que que “as coisas aconteçam naturalmente”; pois, muitas vezes estas “coisas” vêm numa magnitude inferior da que esperávamos ou simplesmente não vêm!

Esperar passivamente que as coisas aconteçam pode nos trazer inúmeras decepções.

Devemos ser, sempre, cidadãos ativos, realizadores, que constroem o presente e o futuro com a mesma obstinação.

Dispomos de diversas formas de construir o futuro, como por exemplo, trabalhando e estudando; mas, se combinarmos as diferentes formas de construção do futuro com uma administração das nossas finanças pessoais o bem-estar a ser gerado certamente será excepcional.

d) Suas despesas se concentram no que você que o no que precisa?

Os chamados supérfluos tendem a participar em um percentual de nossas rendas cada vez mais significativo, se deixarmos, é claro!

Aprender a destinar nossos gastos àqueles itens que representam significativamente nossas necessidades é um primeiro passo para começarmos a alinhar nossas finanças; sem dúvida, as propagandas veiculadas são um verdadeiro convite para “torrarmos” nossa renda.

Saber dizer não ao apelo ao consumo frenético e irresponsável é prova de maturidade financeira e isto pode lhe trazer inúmeras situações de bem-estar que serão fruto de nossos próximos esforços.

e) Cuidado com propagandas enganosas nos levam ao erro e ao pagamento de juros exorbitantes.

Pagar contas em atraso, utilizar sistematicamente o cheque especial, parcelar faturas sem uma análise prévio nos custos financeiros nos quais vai incorrer, pensar que “parcelas iguais” que dizer sem juros, são algumas das situações que podem fazer você perder dinheiro.

Analisar propostas alternativas vão te conduzir a escolher a melhor; não decida por impulso ou por simples comodidade, pois o mercado está repleto de propagandas prontas para induzir você ao erro e errar nas finanças traz consequências bastante prejudiciais ao seu bolso.

f) As dívidas são de difícil solução?

Olha, para tudo há solução!

Infelizmente o endividamento é uma realidade bastante presente no Brasil e no mundo; mas não se desespere!

Envolva toda a família na contenção de gastos, assim fica mais fácil de cumprir com as metas.

Dá para negociar com os credores em busca de melhores prazos, taxas e condições de pagamento.

Buscar novas formas de renda auxiliam no pagamento das obrigações antigas e poupar para a consolidação de projetos futuros.

Como você vê, administrar suas próprias finanças não envolve esforços sobrenaturais; necessita apenas da tomada de algumas decisões quanto a gastos, renda, poupança, metas e objetivos que vão transformar cidadão deficitários em superavitários e daí então fica mais fácil construir um futuro de bem-estar baseado num presente onde a responsabilidade financeira seja a tônica de suas ações.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

Infomoney

The screenshot shows the top section of the Infomoney website. At the top, there's a row of market indices: IBOVESPA (+0,46% 53.147 pts), NASDAQ (-0,12% 5.099 pts), SHANGHAI (+0,46% 3.923 pts), IFIX (+0,23% 1.480 pts), DÓLAR (-0,14% R\$ 3.13), EURO (-0,64% R\$ 3.41), CDI (13,64% a.a.), and POUANÇA (0,71% a.m.). To the right is a BlackRock logo with a 'VEJA MAIS' button. Below this is the Infomoney logo with the tagline 'Informação que vale dinheiro'. A search bar contains the text 'Notícias, ações e muito mais'. To the right of the search bar are links for 'Assine a REVISTA infomoney', 'Entrar Identifique-se', and 'Cadastro É fácil, é grátis'. At the bottom is a navigation bar with links: últimas, mercados, onde investir, minhas finanças, imóveis, franquias, negócios, carreira, educação, blogs, and a Bloomberg logo.

17. Mercado não gostou? ADRs da Petrobras ignoram pesquisa Ibope - InfoMoney

Veja mais

em: <http://www.infomoney.com.br/petrobras/noticia/3298764/mercado-nao-gostou-adrs-petrobras-ignoram-pesquisa-ibope>

Meus comentários:

Apesar da intensa campanha de parte da mídia de Pindorama na arregimentação de noticiários nitidamente desfavoráveis à ocupante do Palácio do Planalto em prol do candidato preferido dos grandes conglomerados de comunicação do país, o mercado externo – que acompanha de forma racional as questões econômicas, políticas e sociais – reage levando em consideração as oportunidades e riscos inerentes às suas alocações de recursos em termos de investimento direto na produção em terras brasileiras.

Quanto ao tema-chave da reportagem disponibilizada pela Infomoney, que cita o comportamento das ADR's lançadas no mercado financeiro americano, demonstra o grau de confiança nos papéis lançados por grandes estatais

brasileiras como a Petrobrás e a Eletrobrás e pelo maior banco brasileiro (que tem no Estado o seu maior acionista), no caso, o Banco do Brasil.

Empresas de capital aberto (sociedades anônimas), principalmente, tem a seu dispor alternativas de financiamento às suas decisões de investimentos, a citar: inversão de capital próprio (como lucros retidos ou integralização de capital por parte de seus acionistas), utilização de capital de terceiros (por exemplo, com a obtenção de empréstimos e financiamentos), a venda de ações e a busca de financiamentos a taxas mais vantajosas no exterior, como é o caso do lançamento das ADR's em solo americano, aproveitando assim a oportunidade de levantamento de fundos a taxas mais atrativas que as disponibilizadas no mercado financeiro nacional.

Mas, o que vem a ser as chamadas ADR's, você deve estar a perguntar!

Então vamos lá esclarecer o que vem a ser esta alternativa de captação de recursos.

Começemos pelo nome, ADR significa American Depositary Receipts (Recibo de Depósito Americano) que são papéis (ativos) financeiros que possibilitam empresas brasileiras captarem recursos no mercado americano através do lançamento de depósitos lastreados em ações ordinárias.

Estas ações que lastreiam as operações baseadas em ADR's são custodiadas por uma instituição financeira (Banco custodiante) que tem por função a guarda dos títulos, no caso as ações da empresa emissora brasileira.

Esses recibos (títulos) são negociados no mercado cuja segurança para o investidor é assegurada pela existência física

das ações e podem ser trocados, em qualquer tempo, pelas ações custodiadas pelo banco depositário (custodiante).

Mas, será que há a necessidade de contratar o banco custodiante? Por que não lançar diretamente sem o aval de uma instituição financeira internacional?

Claro que sim!

Não é fácil para empresas oriundas de países como o Brasil lançar diretamente seus papéis no concorrente mercado americano; além do mais, é extremamente salutar aproveitar o aval de importantes bancos americanos na indicação da compra dos papéis pelo investidor internacional, acenando para ele a lisura da operação, além de contar com agentes financeiros especializados na colocação de títulos em bolsas de valores no maior mercado de capitais do mundo.

A emissão das ADR's traz uma série de benefícios à empresa emissora das ações, como por exemplo a possibilidade de tornar-se conhecida e ter uma maior visibilidade no mercado internacional, aproveitar condições favoráveis de disponibilidade de recursos no mercado externo, além de se configurar em um excelente aval para atração de investidores que se encontram fora do mercado doméstico.

No caso do investidor, a aquisição das ADR's, é uma excelente oportunidade de adquirir ações de grandes empresas estrangeiras, além das garantias advindas de operações ocorridas no mercado onde estão sendo negociadas.

Para as empresas nacionais terem seus papéis lançados na Bolsa de Valores de Nova Iorque devem se adequar à rigidez das regras do mercado acionário americano, usando de transparência quanto a fundamentos de desempenho

econômico, informacional e direitos concedidos aos seus acionistas.

Como podemos notar, é uma excelente fonte alternativa de captação de recursos que as empresas estabelecidas sob a forma de sociedades anônimas capturem recursos para suas decisões de investimento, além de melhorarem sua visibilidade e desempenho frente a mercados globais.

Você pode, ainda, estar se perguntando: “mas, porque as empresas não lançam seus papéis no mercado doméstico, ao invés de ir lançar no mercado americano?”

E eu lhe respondo:

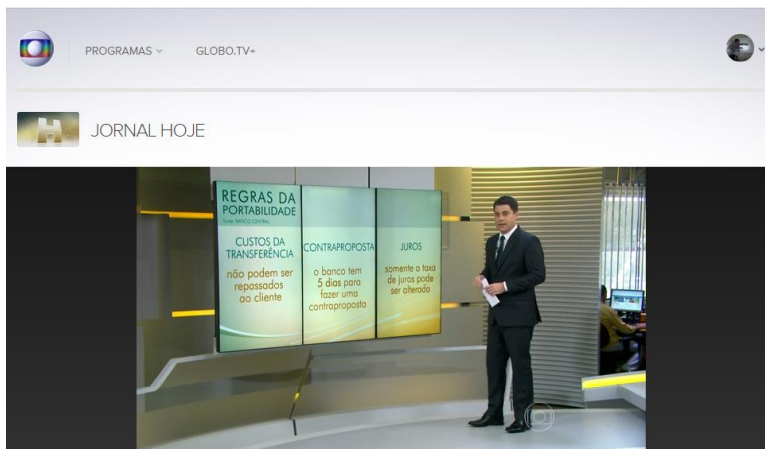
- Aproveitar as vantagens competitivas que mercados globais lhe oferecem;
- Construir diferenciais econômicos e financeiros que o maior mercado de capitais do mundo pode lhe trazer em termos de novos negócios e oportunidades;
- Abrir novos mercados para seus produtos;
- Atrair capitais às suas necessidades de financiamento para investimentos a custos mais baixos que no mercado doméstico;
- Buscar parceiros estratégicos;
- Obter qualificação internacional à sua administração e obter melhores vantagens de gestão e governança corporativa;

Para terminar, apesar da “torcida contra” de alguns “formadores de opinião” (sic) brasileiros que são testas de ferro de interesses de grupos midiáticos e de seus “associados” que no atual momento torcem para que as “coisas” deem errado no atual contexto da economia e da política brasileira, o mercado internacional aposta no bom desempenho das empresas brasileiras e estão dispostos a apostar em sua condução e em sua trajetória de sucesso.

Um abraço,

Augusto Dornelas

GLOBO.COM – Jornal Hoje, 01/05/14



18. Portabilidade de crédito começa a valer na segunda-feira (5)

Assista à matéria: [http://globo.tv/globo.com/rede-globo/jornal-
hoje/v/portabilidade-de-credito-comeca-a-valer-na-segunda-feira-
5/3319831/](http://globo.tv/globo.com/rede-globo/jornal-
hoje/v/portabilidade-de-credito-comeca-a-valer-na-segunda-feira-
5/3319831/)

Meus comentários:

Você sabe o que é PORTABILIDADE DE CRÉDITO?

Não?

Então vamos lá!

Trata-se da capacidade de transferência de operações de crédito (empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, financiamento habitacional dentre outras modalidades financeiras) da instituição financeira com a qual você realizou tais operações para outra; este processo se dá

pela liquidação total da operação que você realizou na instituição original para uma outra, onde as novas condições do novo crédito serão pactuadas por ela e você.

Para a realização da transferência, o devedor deverá solicitar o valor total de sua dívida com a instituição original e em seguida informá-lo à instituição para a qual deseja transferência e esta irá tratar de quitar antecipadamente seu débito e renegociar custos e prazos e condições gerais da nova operação; lembrando que você deve conhecer o custo efetivo nas duas instituições para verificar se realmente a transferência é vantajosa para você.

Vale lembrar que a instituição original não pode se recusar sua solicitação e deve-se lembrar que essa transferência de titularidade de concessão de crédito é voluntária entre instituições e clientes.

Para operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil (leasing) contratadas antes de 10.12.2007 na liquidação antecipada da dívida, o banco original poderá lhe cobrar tarifa por isto (Resolução CMN 3.516, de 2007); como também, o novo banco poderá lhe cobrar taxa de abertura de crédito.

Essa importante resolução do Conselho Monetário Nacional e implantada pelo Banco Central do Brasil irá trazer diversos benefícios para todos aqueles que possuem algum tipo de operação financeira com o sistema financeiro, especialmente o bancário; pois, virá a beneficiar as finanças dos inúmeros clientes do sistema bancário.

Dentre eles podemos citar:

a) Redução do custo efetivo de operações financeiras para os clientes do sistema bancário;

- b) Estabelece um maior nível de concorrência entre instituições financeiras, o que deve beneficiar os devedores;
- c) Permite a você dispor a qualquer momento de propostas de mudança de agentes credores;
- d) Plena divulgação de custos de operações de empréstimos, financiamento e leasing, o que tornará essas modalidades de operações financeiras mais transparentes para o grande público;
- e) Possibilidade de reunir diversas dívidas em uma única negociação e fechar com um único credor.

Vejamos agora um exemplo:

Admita que o cliente do Banco A firmou com ele um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 para ser liquidado em 48 prestações, quando foi utilizada uma taxa de juros de 3,0%am. O valor da prestação ficaria em torno de R\$ 594,00.

Agora, admitamos que o devedor recebeu uma proposta do Banco B de portabilidade de crédito, estabelecendo as seguintes condições: quitação antecipada do débito, refinanciamento em 48 prestações e utilizando uma taxa de juros de 2,5%am.

Neste caso, o valor da nova prestação será de R\$ 540,00 ; ou seja, uma economia de R\$ 54,00 por prestação e uma economia total de R\$ 2.592,00.

Como pode ser visto, é uma bela economia que certamente vai aliviar bastante suas finanças e o seu endividamento.

Para maiores detalhes você pode consultar o portal do Banco Central através do endereço:

<http://www.bcb.gov.br/?PORTABILIDADEFAQ>

Espero que tenha ajudado!

Se gostou, divulgue!

Um abraço,

Augusto Dornelas

ESTADÃO – ECONOMIA & NEGÓCIOS – 09/05/14



19. Inflação desacelera para 0,67% com alta menor de alimentos e transportes

Alta do IPCA ficou abaixo do resultado de março, quando avançou 0,92%; em 12 meses, a elevação é de 6,28%

Leia mais acessando:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,inflacao-desacelera-para-0-67-com-alta-menor-de-alimentos-e-transportes,184292,0.htm>

Meus comentários:

O IPCA – Índice de Preços ao Consumidor amplo – é calculado pelo IBGE e se configura no índice de inflação oficial no Brasil e mensura as variações de preços para famílias que ganham de 1 a 40 salários mínimos, nos grupos de gastos que envolvem comércio varejista em geral, serviços e concessionárias de serviços públicos, nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e o município de Goiânia.

Em sua composição, o IPCA congrega os chamados preços livres (aqueles que são regulados pela oferta e

demanda de mercado) responsáveis por 75% do índice e os preços administrados (regulados pelo Estado, como por exemplo telefonia, derivados de petróleo, eletricidade, planos de saúde, água e esgoto, IPVA, táxi, correios, produtos farmacêuticos e transporte público) que compõem os outros 25%.

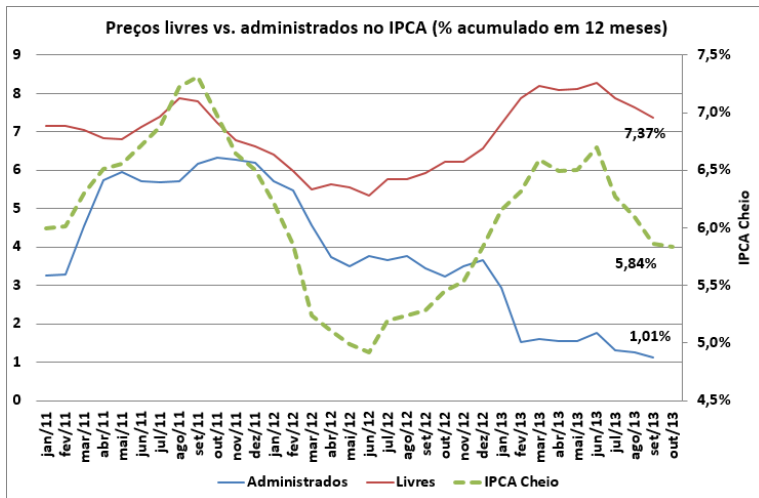
Este índice é controlado pelo sistema de metas de inflação, que pelas decisões das autoridades monetárias, é monitorado para flutuar no intervalo [4,5%; 6,5%] e qualquer ameaça de oscilarem acima dos 6,5% o Banco Central passa a se utilizar de instrumentos de Política Monetária (principalmente adotando elevações na taxa SELIC) no intuito de provocar alterações nas demais taxas praticadas no mercado – principalmente às que se referem a empréstimos e financiamentos – o que tende a provocar reduções no consumo e aumento de estoques e, conseqüentemente, reduções no nível geral de preços (inflação).

A taxa média, quando nos referimos ao período compreendido entre 2006 e 2013 ficou em cerca de 5,24% ao ano, o que representa mais de um ponto percentual abaixo do teto da meta, apesar dos meios de informação viverem alardeando situações catastróficas a cada divulgação do índice mensal.

Do início do ano para cá, o acumulado do IPCA gira em torno de 2,86%, o que – fatalmente – levará ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central realizar novo aumento da taxa Selic para tentar manter a inflação dentro dos patamares pré-determinados.

Ora, será que a inflação é realmente culpa do governo?

Se analisarmos atentamente o gráfico abaixo, veremos que o índice poderia ser bem maior se o governo não atuasse no sistema econômico de forma a suavizar os impactos da inflação, principalmente naquele grupo de agentes econômicos que vivem de salários como eu e você.



Já o alto grau de oligopolização de nossa economia, aliada a uma boa dosagem de consumismo desenfreado e uma total falta de educação financeira faz com que os produtores e comercializadores abusem dos preços e nós que não agimos como verdadeiros consumidores racionais, paguemos sempre mais alto por produtos que tem seus similares no mercado internacional a preços mais baixos.

Os meios de comunicação disseminam uma falsa ideia que a culpa de tudo isso são os impostos; mas eu te garanto que são as margens de lucro das empresas (que veiculam seus produtos e serviços na mídia em geral) que são sempre

recompostas pela inflação ou acima dela, diferentemente de seu salário e do meu.

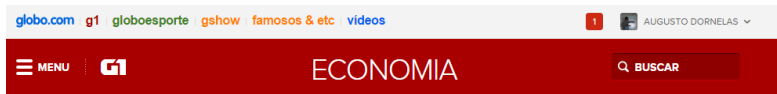
Portanto, para de acreditar em tudo que te dizem sem contestar; ou serei obrigado a acreditar que você realmente acredita em Papai Noel!

Um forte abraço e fique atento.

Augusto Dornelas

Portal G1 – Globo – Economia

06/06/2014, Alexandre Martelo



20. Programa de intervenção no câmbio prosseguirá após junho, diz BC

Objetivo é continuar atendendo à demanda por proteção cambial, diz. Prazos e montantes da operação, entretanto, não foram detalhados.

O Banco Central informou nesta sexta-feira (6) que, considerando que a necessidade de proteção cambial (“hedge”) demandada pelos agentes econômicos, estenderá, a partir de 1º de julho de 2014, o programa de leilões de “swap” cambial - instrumentos que funcionam como venda de moeda no mercado futuro.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/06/programa-de-intervencao-no-cambio-prosseguira-apos-junho.html>

Meus comentários:

Você já ouviu falar em SWAP?

Vamos esclarecer!

A palavra Swap significa permuta ou troca e se configura numa operação ou contrato derivativo de Hedge

(proteção) contra prováveis possibilidades de risco envolvendo perdas financeiras.

São negociações financeiras estabelecidas entre dois agentes econômicos – por exemplo, um banco e um investidor – que assegura a permuta futura de fluxos de caixa relativamente a risco e rentabilidade, segundo acordo pré-determinado; podendo envolver moeda, commodities e ativos financeiros.

O Swap cambial prevê a troca de uma taxa baseada na variação cambial (devido a flutuações na cotação do dólar) por uma taxa de juros pré-fixados, e envolve negociações com compra e venda de moeda estrangeira.

Esta troca de indexadores ou mecanismos de reajustes e de rentabilidade não interferem no valor do capital principal negociado, apenas sobre a forma de cálculo dos reajustes; ou seja, os ganhos a serem pagos e recebidos entre os agentes econômicos envolvidos.

No Brasil os dois principais tipos de operações de Swap são:

- Swap de taxa de juros: prevê a troca de taxas de juros pré-fixadas por pós-fixada para evitar perdas provocadas por uma variação futura de taxa de juros.

Por exemplo, um contrato de financiamento foi realizado para ser reajustado segundo uma taxa de juros pós-fixada. Se há previsão de aumento da taxa de juros demasiadamente no futuro, o tomador verá seus encargos ou custos da operação se elevarem de maneira significativa. Já que existe cláusula de troca de indexadores no contrato, o tomador

pode solicitar a troca de indexados; ou seja, de taxa pós-fixada para pré-fixada.

- Swap cambial: permite a permuta de uma taxa baseada na variação cambial por outra atrelada a uma taxa de juros pós-fixada.

Exemplificando podemos citar: imagine uma empresa que realizou uma operação de empréstimo com uma instituição estrangeira, cujo contrato previa reajustes baseados na variação cambial. Se se prevê constantes e acentuadas desvalorizações da moeda nacional, isso irá provocar uma séria elevação dos custos financeiros da operação para o tomador. O mais vantajoso seria solicitar a troca desta forma de reajuste por uma baseada em uma taxa de juros pré ou pós-fixada, de acordo com a situação que se apresente no mercado.

Este tipo de contrato, por garantias das partes envolvidas pode ser registrado na CETIP (Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados) ou na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros, hoje fazendo parte da fusão com a Bovespa), segundo regulamentação do Banco Central, que por sua vez permite a utilização de índices de reajuste baseados em índices de preços (inflação), taxas de juros, taxas de câmbio e ouro, tendo como os mais utilizados a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), o dólar comercial, o IGP-M, a taxa de juros prefixada a TJLP (taxa de juro de longo prazo) e a taxa Selic.

Em agosto de 2013 o Banco Central atuou no mercado de câmbio para evitar que especuladores de mercado provocassem fortes desequilíbrios nos mercados de moeda no Brasil.

Até mesmo importantes economistas acenavam para uma forte desvalorização da moeda nacional – chegou-se a “prever” uma cotação de US\$ 1,00 para R\$ 3,00 – o que poderia trazer sérios problemas na balança comercial (importações e exportações), na conta de Capitais e consequentemente no balanço de pagamentos, uma vez que boa parte do mundo ainda se encontra em recessão desde a crise econômica de 2008 que foi capitaneada pelos Estados Unidos; além de prejudicar de maneira significativa empresas nacionais que tomaram empréstimos e financiamentos no exterior.

Na época o Banco Central atuou no mercado de forma combinada; ou seja, lançando contratos de Swap Cambial e promovendo maciças vendas de dólares americanos no mercado interno.

A venda de dólares no mercado provocou um aumento da oferta desta moeda estrangeira, o que por sua vez aumentou consideravelmente sua disponibilidade e consequentemente uma manutenção da cotação em patamares considerados normais; por outro lado, com o lançamento dos contratos de Swap indexados à variação cambial, como não foram evidenciados posteriormente por parte do mercado a confirmação dos "boatos" de uma forte desvalorização do real, os “investidores” preferiram realizar uma mudança no indexador - por uma taxa de juros pós-fixada – além do fato de que o governo vinha promovendo elevações na taxa básica de juros da economia, a Selic, o que os faria incorrer em perdas mais significativas.

O resultado foi mais que satisfatório, mantendo nossas reservas cambiais praticamente intactas – hoje num patamar de US\$ 370 bilhões – e a taxa de câmbio em torno de R\$ 2,20.

A atitude de retomar a operação a partir de 1º de julho tem forte conotação com o evento eleitoral que se aproxima, onde os especuladores, grupos financeiros e econômicos e seus assecclas estarão como verdadeiras aves de rapina para conturbar o ambiente econômico, demonstrando atitudes com forte componente eleitoreiro.

Sem dúvida foi uma atuação marcadamente eficiente das autoridades monetárias brasileiras e em especial do Banco Central do Brasil.

Espero que tenha ajudado!

Um abraço,

Augusto Dornelas



21. Presidente da Argentina diz que quer negociar com credores

'Só pedimos que nos gerem condições de negociação justas', disse Cristina. Corte ordenou que Argentina pague US\$ 1,3 bilhão a fundos especulativos.

“A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, disse nesta sexta-feira (20) que o governo quer negociar com todos os

credores do país, em meio a expectativas de que o país está pronto para iniciar conversas com os detentores de bônus que se recusaram a participar da reestruturação da dívida.

"Queremos pagar 100% dos credores", afirmou ela em discurso durante o dia da bandeira na Argentina. "Só pedimos que nos gerem condições de negociação justas e de acordo com a Constituição argentina, as leis nacionais e os contratos que assinamos", ressaltou." ...

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/06/presidente-da-argentina-diz-que-quer-negociar-com-credores-20140620172506461041.html>

Meus comentários:

O fenômeno da globalização (que prevê livre fluxo de capitais financeiros, comunicações e informações bens de capital, tecnologia, mão de obra, mercadorias e serviços) provocou um verdadeiro estágio de interdependência entre as diferentes economias presentes nos quatro continentes.

Logicamente que, dependendo do grau de desenvolvimento econômico apresentado, os diferentes países tendem a se beneficiar mais ou menos dos efeitos causados pelo aumento de fluxos de negócios entre nações.

A formação de blocos econômicos (como o Europeu, o Nafta e o Mercosul), a quebra de barreiras alfandegárias e o aumento dos níveis de concorrência entre produtos e empresas e a elevação do grau de concorrência no mercado internacional expõe de maneira fragilizante um vasto número de países que não se adequam (ou adequaram) aos fundamentos econômicos

adotados pelas economias centrais, o que os tornou mais vulneráveis às turbulências financeiras que se espalharam pelo mundo afora, mais notadamente em países em desenvolvimento; tais como Brasil (1999), México (1994), Argentina (2001), Rússia (1998), “Tigres” Asiáticos (1997) e japonesa em 1990.

Podemos conceituar uma crise financeira como uma volumosa e rápida perda de riqueza financeira com sérios reflexos nas esferas econômica, social, política e institucional; tendo sérias consequências sobre os preços dos ativos, forte desvalorização do poder de compra da moeda doméstica e esfacelamento do sistema bancário, recessão e desemprego, queda da arrecadação e aumento do déficit público, aumento da dependência de capital externo, desequilíbrios no Balanço de Pagamentos, descridibilidade internacional, fuga de capitais e vulnerabilidade a ataques especulativos.

Dentre as principais crises econômicas e financeiras que ocorreram no mundo podemos citar como principais:

- Crise de 1929: teve como seu marco inicial nos Estados Unidos e combinou desequilíbrios causados por superprodução – o que levou a um verdadeiro desmoronamento generalizado de preços de mercado – e uma bolha financeira no mercado acionário americano; o que culminou com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 28/10/29 (“Segunda-feira Negra”). Dado que os EUA era a principal economia do mundo se configurando como ao maior mercado produtor e consumidor, as consequências deste processo se alastrou pelos principais países que participavam mais ativamente do comércio internacional.

- Crise Econômica de 2008: No caso da atual crise econômica iniciada nos EUA, podemos dizer que seu início começou a ser construído em 1997 com a expansão do crédito imobiliário e a possibilidade de hipoteca dos imóveis, incentivou milhões de americanos a tomarem novas linhas de crédito e passarem a utilizar o dinheiro levantado com hipotecas para consumo imediato, aumentando consideravelmente seus endividamentos e os riscos de inadimplência no sistema. Os resultados deste estado de coisas todos nós conhecemos, quebradeira generalizada de empresas e instituições financeiras nos EUA, recessão e desemprego com sérios reflexos em quase todos os países do globo.

Historicamente as crises financeiras se situavam nos países periféricos, normalmente em desenvolvimento, com suas economias com altos graus de dependência econômica e financeira dos países centrais. Normalmente altamente dependentes das importações de commodities (produtos agrícolas, pecuários, metais preciosos, minérios, etc.) por parte dos países desenvolvidos e de capitais financeiros para complementar a baixa capacidade de gerar poupança interna para atender às suas decisões de investimento, principalmente em infraestrutura.

A Argentina, que desde o início do século XX sempre se destacou dentre os países da América do Sul, apresentando índices como renda per capita, analfabetismo e grau de desenvolvimento bastante superiores a outros países da região.

Seu enfraquecimento se deu a partir da segunda metade do século passado e culminou com a grave crise iniciada em 1999.

No caso da crise argentina, deflagrada no final dos anos '90, que é tratada na reportagem, possui diversos fatores que contribuíram em sua instalação nas terras dos “Hermanos”, fatores estes que enumeraremos abaixo:

1) Crise política: pressionado por uma grave hiperinflação, o então presidente Raúl Alfonsín renuncia em 1989 e Carlos Menem, eleito, assume o posto. Em 1999 Fernando de La Rúa assume o governo, dando sequência a um período de dez anos de enfraquecimento político partidário, econômico e com graves consequências sociais que destroçaram o país e construíram os alicerces objetivos e subjetivos da crise.

2) Déficit público: endividamento, gastos públicos superiores à arrecadação fomentado por governos militares e civis enfraqueceram a indústria estatal e privada e a capacidade do Estado em promover crescimento e desenvolvimento econômicos, o que – certamente – deu uma contribuição a mais no fortalecimento das condições necessárias para a instalação da crise.

3) choque econômicos mundiais, especialmente a partir de 1997, impactaram sobre a economia argentina e a liberalização da taxa de câmbio no Brasil em 1999 provocaram graves problemas de importações e exportações entre as duas economias e provocando transferência de empresas argentinas para o território brasileiro, o que agravou a situação do país vizinho.

4) Dívida externa: em 1999, com a desvalorização da moeda brasileira o endividamento argentino dobra e em 2000 passa a representar 52% do PIB (US\$ 141 bilhões), o que causou suspeição nos credores internacionais da iminência de um calote. Em 2001 a Argentina suspende o pagamento de US\$ 28 milhões de título italiano o que provocou o fechamento do crédito internacional, dando início à maior moratória oficial até então conhecida.

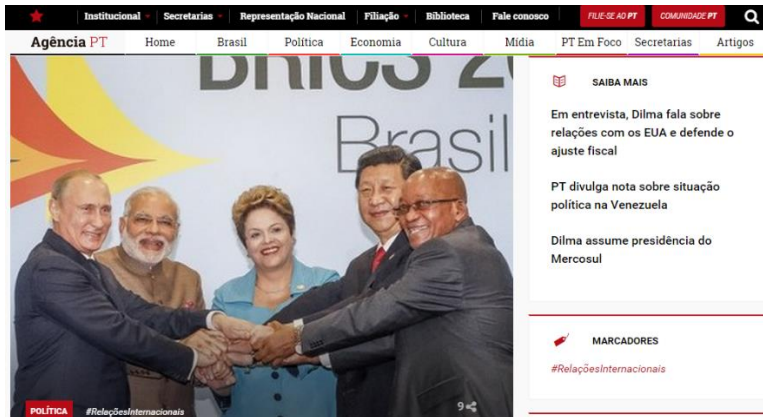
A partir de então, o que se viu foi uma perda substancial da capacidade econômica da Argentina, e este quadro começou a mudar – principalmente – a partir de 2003 a 2005 quando obteve taxas de crescimento em torno dos 9%aa, baseada na reestruturação do endividamento externo, ajustes e superávits fiscais, crescimento da arrecadação estatal, programas de assistência social, controle de salários e pensões públicos, política fiscal competitiva e apoio governamental à reestruturação econômica do país.

Espero que estes comentários tenham lhe ajudado a melhor compreender a matéria em pauta.

Um abraço,

Augusto Dornelas

PT.ORG , 15/07/14



22. BRICS terão US\$ 100 bi para banco e outros US\$ 100 bi como reserva, anuncia Dilma

Líderes dos cinco países fecham quatro acordos para promover o desenvolvimento dos emergentes

“A VI Cúpula dos Brics (reunião de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) resultou em quatro acordos de entendimento e um pacote de US\$ 200 bilhões para constituir, tanto o novo Banco de Desenvolvimento (US\$ 100 bilhões), como o fundo de reservas (outros US\$ 100 bilhões) ...”

Leia mais acessando: <https://www.pt.org.br/brics-tera-us-100-bi-para-banco-e-outros-us-100-bi-como-reserva-anuncia-dilma/>

Meus comentários:

O termo BRICS foi criado em 2001 pelo ex-economista do Banco Goldman Sachs, Jim O'Neill, em 2001 para designar, inicialmente, um grupo de países com características sociais, políticas, geográficas e principalmente econômicas bastante similares e com perspectivas futuras de mercado bastante satisfatórias.

O “S” foi introduzido apenas em 2001 com a inclusão da África do Sul a esse seletivo grupo de países que representam os mercados emergentes e que, hoje, ostentam estatística bastante promissoras, apresentando cerca de 26% da área total do planeta, 45% da população mundial e quase 20% do PIB mundial e 25% do PIB per capita.

Em 2006, na primeira reunião de chanceleres estabeleceu-se um acordo para a realização de reuniões periódicas, em maio de 2008 na 1ª Reunião Ministerial institucionalizou-se o agrupamento e em julho do mesmo ano – por ocasião da reunião de cúpula do G8 promoveram um encontro com os chefes de Estado dos países representativos.

Desde 2009 realizaram em conjunto 6 reuniões de cúpula para tratar de temas variados, tais como: comércio internacional, dólar como reserva monetária, negócios e investimentos nas áreas de energia, comunicações, infraestrutura, agronegócio, participação em organismos multilaterais, transportes, integração econômica e social, construção de uma nova ordem econômica e monetária mais representativa, exercício de pressão para reformas estruturais em organismos multilaterais como a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a OCDE (Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico) e cooperação internacional em diversos setores, dentre outros aspectos de interesse do grupo.

Hoje, os representantes dos países componentes da associação são: Brasil – Dilma Rousseff, Rússia – Vladimir Putin, China – Xi Jinping, Índia – Narendra Modri e África do Sul – Jacob Zuma.

Na última reunião, em 15 de junho de 2014 na cidade de Fortaleza aqui no Brasil, se começou a esboçar a proposta de um banco de desenvolvimento econômico e social a ser formado com a participação proporcional de cada membro na manutenção de um fundo de ajuda mútua que vai enfocar não apenas aspectos econômicos, como também relativos ao desenvolvimento social.

Deve-se ressaltar que a participação de cada membro no conjunto de relações políticas, econômicas, financeiras e de ajuda mútua não exclui os interesses individuais de cada país de continuar mantendo relacionamentos efetivos com os principais países envolvidos no comércio internacional, tais como, Estados Unidos, União Europeia, Japão e outros parceiros localizados na América do Sul; além de debaterem e buscarem soluções diplomáticas para conflitos regionais tais como os conflitos envolvendo Israel e a Palestina, a questão Ucraniana, as situação da Síria, do Iraque e Afeganistão e da República Centro-africana.

Vejamos algumas estatísticas referentes ao ano de 2010, disponível em www.cdes.gov.br/.../apresentacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Total BRICS	Mundo	BRICS no mundo
Área (km2)	8.514.877	17.075.200	3.287.590	9.561.000	1.219.090	39.667.757	510.072.000	7,77%
Área terrestre (km2)	8.459.417	16.377.742	2.973.263	9.569.901	1.214.470	38.594.793	148.840.000	25,91%
População (mil)	191	140	1.200	1.341	50	2.922	6.790	43,03%
Força de trabalho	103	76	478	780	17	1.454	3.191	45,57%
PIB - nom (US\$ bi)	2.024	1.465	1.600	5.745	354	11.188	62.270	17,97%
PIB - PPP (US\$ bi)	2.194	2.214	4.120	10.064	524	19.136	74.480	25,69%
PIB per capita - nom (US\$)	10.900	10.337	1.351	4.283	7.100			
PIB per capita - PPP (US\$)	11.300	16.624	3.484	7.618	10.505		11.200	
PIB - crescimento	7,5%	3,8%	8,0%	10,3%	3%		4,2%	
Exportação total (US\$ bi)	202	377	201	1.678	82	2.438	14.920	16%
Importação total (US\$ bi)	182	257	327	1.394	81	2.221	12.400	18%
Fluxo com. Total (US\$ bi)	304	614	528	2.973	163	4.661	27.320	17%

Fonte: MCI/Secex/CIA World Factbook

Os dados atuais e as projeções futuras são mais que positivas para este grupo de países, vejamos alguns números:

- De 2003 a 2007 o grupo foi responsável por 65% do crescimento do PIB mundial e entre 2008 e 2014 por 61%;
- O PIB dos BRICS já equivalente hoje aos da União Europeia e dos Estados Unidos;
- Há estimativas que se PPIB irá superar o do G7 em 2032;
- Apresentaram um aumento da corrente de comércio da ordem de 570% entre 2003 e 2010;

Na VI Cúpula dos BRICS, realizada no Brasil em julho de 2014 ficou acordado a constituição de um fundo mútuo de US\$ 200 bilhões, onde US\$ 100 bilhões serão destinados para a constituição de capital de um novo banco de desenvolvimento e os outros US\$ 100 bilhões para fundo de reserva.

O Economista e ganhador do Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz enumera algumas razões para ver

com confiança a consolidação do grupo de países denominado de BRICS, dentre elas podemos salientar:

- A necessidade e a carência de recursos em termos internacionais é da ordem de trilhões de dólares, enquanto as instituições provedoras de recursos no mundo dispõem no máximo de 4% deste total;
- A constituição do grupo reflete uma mudança importante no poder econômico e político em termos globais;
- Este novo banco de desenvolvimento proporcionará uma mudança significativa com relação de novos instrumentos financeiros disponíveis, inclusive para países aliados da conjuntura política, econômica e financeira mundial.

Como podemos notar, com base nos dados e informações prestadas, a consolidação do grupo como verdadeiros atores e protagonistas de uma nova ordem econômica, política e financeira mundial, com fortes consequências de mesma linha para o conjunto de países que historicamente dominaram todos os cenários do mundo globalizado.

Estamos nos deparando não apenas com a constituição de um novo bloco ou um novo banco a níveis internacionais, muito pelo contrário, estamos vislumbrando o início de profundas transformações, inclusive sociais, que tenderão a influenciar uma verdadeira mudança de rumos em todas as características que já mencionamos acima.

Acredito que estamos mais que preparados para assumirmos um papel de destaque nos novos cenários de um novo mundo que começa a ser construído, espero que mais justo e solidário, politicamente correto e economicamente justo e desconcentrador.

Um abraço,

Augusto Dornelas

23. Sardenberg comenta o que mudou na desigualdade de renda do Brasil

Carlos Alberto Sardenberg analisa a redução da desigualdade do Brasil, que diminuiu menos em relação a outros países emergentes.

Meus comentários:

Em uma sociedade verdadeiramente democrática a adoção de um processo de Regulamentação das Comunicações é mais do que salutar, pois, permite uma democratização de opiniões e abordagens, concedendo ao leitor, telespectador ou ouvinte a formalização de suas próprias ideias e opiniões como resultado de uma verdadeira “digestão” de conteúdos que irão formar – a partir de suas próprias convicções – a sua opinião acerca dos mais variados temas. É assim que acontece em boa parte da Europa e dos Estados Unidos.

No Brasil, a oligopolização do sistema de comunicações- que em Economia trata-se de uma falha ou imperfeição de organização de mercado, só em casos muito específicos justificável – não é justificável e resulta em prestar um desserviço à boa e verdadeira informação e na maioria dos casos atua no sentido de padronizar as informações e ao mesmo tempo “construir” cidadãos uniformes e prontos a emitir opiniões superficiais e padronizadas.

É inconcebível o poder que é dado aos meios de “contrainformação” nas terras pós-cabralinas que, dentre outros feitos perversos, deturpam as notícias e as ocorrências, criam, recriam fatos, acontecimentos e personagens sem haver uma reação legal e veemente por parte da sociedade e do Estado, o que vem a justificar até mesmo projetos de (re)condução de determinados grupos políticos e econômicos ao comando do país para que se locupletem e vejam seus objetivos relacionados ao poder e às finanças serem realizados por quem deveria estar a serviço da sociedade e do povo. Ao comentar sobre a “pesquisa” que reflete o alto grau de concentração de renda no país, os dois “âncoras” de Economia de determinada emissora (fortes risos, quase me borrei, pra não dizer outra coisa) realizam uma análise superficial, irreal e alheia à verdadeira realidade e direcionada aos interesses dos grupos econômicos e midiáticos que defendem e/ou dos quais fazem parte, buscando repassar uma responsabilidade que quem deveria combater seria o Congresso Nacional (embora que haja há anos um projeto de taxação de grandes fortunas que não vai a plenário, por motivos óbvios) com todas as atribuições que a constituição lhe confere.

Quanto ao pequeno aumento da taxa de desemprego deve-se a fatores diversos, dentre eles o desemprego friccional, ao fato de já terem sido criadas 21 milhões de vagas formais nos últimos anos, à entrada de novos jovens que atingem a maioridade e que ainda não possuem a qualificação necessária para ocupar novos postos que estão sendo disponibilizados e apesar da elevação, ainda estamos com a menor taxa dentre os países participantes do cenário econômico internacional.

O alto grau de concentração de renda no país é secular e altamente disseminado em todas as esferas econômicas, políticas e sociais; a nossa sociedade se organizou segundo os moldes das sociedades oligárquicas e excludentes; acontecendo o mesmo com a organização dos meios de informação que adota uma construção extremamente verticalizada de propriedade (rádios, jornais, revistas, TV's abertas e fechadas, dentre outros meios) o que não se coaduna com uma atividade informativa plural, isenta e democrática da notícia.

Não são raros os casos de abuso, deturpação e interferência direta do poder relacionado à mídia tanto na vida de personagens comuns quanto de celebridades das mais variadas esferas, que com o passar do tempo a sociedade ou a justiça revelou como inconcebível esse ou aquele caso; e este tipo de fato está plenamente divulgado nos mais variados meios, como na internet; para conhece-los nos basta a realização de alguns cliques que teremos acesso às mais estapafúrdias ocorrências realizadas pela chamada “imprensa livre” no Brasil.

Mas, de quem é a culpa da concentração de renda verificada no país? Porque os meios de informação não revelam aos seus seguidores os reais motivos do fato de que no Brasil 10% da população detém cerca de 50% da renda nacional, inclusive com a participação neste “seleto” grupo, de conglomerados ligados ao setor das comunicações?

Gostaria que as mídias massificantes ao menos colocassem profissionais mais competentes para comentar de forma eficiente, coerente, imparcial e justa os fatos e ocorrências históricas e cotidianas, de forma a prover sua

audiência de informações realisticamente corretas; pois, boa parte dos comentaristas, principalmente econômicos, gozam de alto grau de fraqueza de lógica, conhecimento e argumentação; o que não permite que o outro lado da notícia consiga obter uma informação de qualidade inquestionável.

Em muitos casos, o “quarto poder” como é denominada a imprensa, além de ter vivido e sobrevivido à sombra do poder e do Estado (principalmente os de exceção), se locupletou das diversas oportunidades de transformação do patrimônio público em privado através de um processo de "alquimia" político-partidária que sempre buscou privatizar o bônus e socializar o ônus; além de atuarem no sentido de justificar o puro e simples extermínio, com afínco e sordidez, de direitos sociais e trabalhistas com a denominação de "flexibilização" que trará incalculáveis perdas para todos aqueles que só possuem a força de trabalho como meio de subsistência.

A sociedade está farta!

Eu também!

Augusto Dornelas

Eis a notícia: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/09/sardenberg-comenta-o-que-mudou-na-desigualdade-de-renda-do-brasil.html>



24. Bovespa volta a recuar nesta quarta-feira

No radar está expectativa em torno da nova equipe econômica do governo. Na véspera, Ibovespa encerrou o dia com valorização de 3,62%.

“O tom negativo prevalecia na abertura da Bovespa nesta quarta-feira (29), com a expectativa em torno da nova equipe econômica ainda no radar, mas com as atenções também voltadas para os Estados Unidos, em particular para a reunião de política monetária do Federal Reserve na parte da tarde.

O banco central norte-americano deve anunciar que não vai mais expandir seu portfólio de títulos do Tesouro norte-americano e de ativos lastreados em hipotecas, finalizando o programa de compra mensais, hoje em US\$ 15 bilhões. A foco está voltado para o comunicado e sinais sobre o rumo dos juros.”

Leia mais:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/10/bovespa-volta-recuar-nesta-quarta-feira.html>

Meus comentários:

“IBOVESPA E AÇÕES DE EMPRESAS ESTATAIS DESPENCAM E DÓLAR SOBE AO SABOR DA CORRIDA PRESIDENCIAL”

Esta tem sido a tônica das principais matérias jornalísticas relacionadas ao mundo das finanças desde que foi dada a largada da disputa pela cadeira do Palácio do Planalto.

Normalmente estas notícias normalmente vêm carregadas de profundos e reais interesses de grupos especuladores domésticos e internacionais que têm um nítido e forte interesse num amplo processo de privatização das grandes corporações brasileiras relacionadas ao setor de energia (petróleo e gás, hidrelétricas e mineração, por exemplo) dentre outras.

Antes de explicar o que vem a ser índice IBOVESPA relativo ao mercado acionário, vamos esclarecer outros pontos, também importantes.

O lançamento de ações, dentre outros ativos (debêntures, opções sobre ações, bônus de subscrição e notas promissórias), no mercado de bolsa fica circunscrito a empresas de capital aberto (sociedades anônimas), ou seja, que colocaram parte de seu capital social para ser negociado e se configura como uma alternativa para captação de recursos para suas decisões de investimentos em, por exemplo, ampliação de sua capacidade produtiva.

Quando os recursos que foram captados são agregados ao capital da empresa ela os direciona para materializar suas decisões de investimento para elevar sua capacidade produtiva de forma a ampliar a qualidade e a quantidade dos produtos que produz, sua participação de mercado e desenvolver sua atuação dentro e fora do mercado doméstico.

As ações que foram vendidas e adquiridas passam a compor o quantitativo de ativos que circulam nos recintos da

bolsa, com livre movimentação de compra e venda, ou seja, de troca de titulares em termos de propriedade.

É justamente neste momento em que os chamados especuladores passam atuar de maneira decisiva influenciando os preços para compra e venda destes papéis e isto pode influenciar profundas altas e baixas nestes preços, demonstrando uma atuação muitas vezes predatória não apenas no mercado de bolsa como no sistema financeiro e econômico como um todo.

George Soros, considerado um dos maiores especuladores do mundo vendeu suas ações da PETROBRAS (1,5% do total) e muitos outros detentores destes papéis acompanharam sua decisão (comportamento de manada) e passaram a vender também os seus o que veio a provocar uma queda significativa das ações da petrolífera e quando elas atingiram um mínimo aceitável, certamente, ele voltou a compra-los por um preço bem mais baixo e ampliou sua participação na empresa em detrimento de prejuízos que pequenos aplicadores tiveram ao longo desse processo.

Mas, o que vem a ser o IBOVESPA?

Trata-se de um índice que mede o desempenho de cerca de 400 grandes empresas que têm forte participação de seus papéis em negociação no mercado acionário e é calculado instantaneamente levando em consideração ao comportamento dos preços de suas ações que compõem a carteira formada por carteira de ativos que compõem este indicador.

Certamente é importante a liquidez proporcionada pelo mercado de ações às necessidades das empresas de captar recursos para materializar suas tomadas de decisões quanto a investimentos de todos os níveis que venham a proporcionar

uma importante alavancagem financeira e operacional aos seus negócios.

Infelizmente os meios de informação não se dão ao “trabalho” de orientar e disponibilizar aos indivíduos não só com relação a este mercado, como também aos demais esferas que compõem o mercado financeiro o que pode provocar perdas consideráveis aos pequenos aplicadores e investidores.

Por isso, antes de adentrar neste mercado, informação e experiência são fatores que podem influenciar de maneira substancial os ganhos ou perdas nas quais você pode vir a incorrer.

Quanto às constantes flutuações da moeda americana no mercado brasileiro, podemos elencar diversos motivos para tal constatação, dentre elas:

i) Forte demanda brasileira pela moeda americana, que gastou até setembro US\$ 19,641 bilhões no exterior, enquanto os estrangeiros gastaram aqui no mesmo período US\$ 5,427 bilhões, o que certamente contribui para uma redução da oferta de dólares doméstica e influencia uma desvalorização do real frente ao dólar;

ii) Decisão do Federal Reserve (banco central americano) de redução de injeções de dólar na economia de US\$ 85 bilhões para US\$ 75 bilhões em dezembro de 2013 e hoje se encontra no patamar de US\$ 15 bilhões – por meio da recompra de títulos da dívida pública - para ajudar a economia do país a sair da crise, o que contribui para uma apreciação da moeda americana e por consequência uma depreciação das moedas de diversos países no mundo;

iii) Movimentos especulativos no mercado brasileiro frente a situação política proporcionada pelas eleições

presidenciais encerradas no último dia 26 de outubro de 2014, o que contribuiu para a ocorrência de variações significativas no câmbio doméstico brasileiro.

Certamente o mercado de títulos e moeda no Brasil, a partir da consolidação da campanha eleitoral brasileira há de voltar a apresentar um comportamento mais previsível e com menos oscilações (ou “volatilidades”, como é comum conceituar esses movimentos) a partir de agora, até mesmo porque, com a questão política resolvida, os diferentes mercados hão de dar maior atenção à esfera econômica real que é quem verdadeiramente gera riquezas aqui e em qualquer parte do mundo.

O portal da BM&FBOVESPA (<http://www.bmfbovespa.com.br/>) é um importante canal de informações para você se inteirar sobre o mercado bursátil e em meu livro intitulado NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS – MEUS COMENTÁRIOS – disponibilizado gratuitamente através do site (<http://pt.slideshare.net/augustodornelas/livro-notcias-de-economia-e-finan-as-meus-comentarios-augusto-dornelas>) você pode obter outras tantas informações sobre este e outros temas de relevância relacionados ao mundo das finanças.

Espero que tenha ajudado com meus comentários e sugiro: antes de investir, independente do mercado do ativo, informe-se e sempre aja com cautela!

Um abraço,

Augusto Dornelas

Portal G1 – Globo 30/10/14



25. Dólar tem queda após alta da Selic, e é cotado abaixo de R\$ 2,40

BC elevou a taxa básica de juros de 11% para 11,25% ao ano. Na véspera, moeda caiu 0,23% frente o real, cotada a R\$ 2,4684 na venda.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/10/dolar-tem-queda-apos-alta-da-selic-e-chega-ser-cotado-abaixo-de-r-240.html>

Meus comentários:

Através deste texto vou comentar e complementar de maneira didática as informações de Economia e Finanças veiculadas nos principais veículos de informação que tratam do assunto.

Normalmente, os comentaristas econômicos se utilizam de alguns artifícios para levar à população uma ideia de que a inflação está fora de controle, se utilizando da medida de inflação nos últimos 12 meses (por exemplo set/2013 a set/2014), ao invés de se ater às ocorrências inflacionárias relacionadas ao ano corrente.

Vejamos: o IPCA de 2013 ficou no patamar de 5,91% e, portanto, dentro da meta máxima adotada pelas autoridades monetárias de 6,5%.

Quanto ao ano de 2014, o IPCA, Índice de Preços ao Consumidos Amplo, que é medido mensalmente nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória e Porto Alegre, Brasília e municípios de Goiânia e Campo Grande e mensuram as variações nos preços dos principais gastos de famílias que ganham de 1 a 40 salários mínimos nas seguintes categorias: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuário, que são subdivididos em 465 produtos e serviços.

No ano de 2014 apresentou durante os meses de janeiro a setembro as seguintes alíquotas: 0,55%; 0,69%; 0,92%; 0,67%; 0,46%; 0,4%; 0,01%; 0,25% e 0,57%, acumulando durante o ano corrente um total de 4,6%; contrariando alguns comentários veiculados pelos meios de comunicação que apregoa outras formas de interpretação.

Com relação à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) pode ser considerada de duas formas:

a) Instrumento de Política Monetária disponível pelas autoridades para conter altas no processo inflacionário; além de outros tais como os Depósitos Compulsórios, Operações de Compra e Venda de Títulos Públicos, etc.

b) Taxa de juro utilizada como rendimento para aplicações em títulos públicos, como por exemplo as LFT's (Letras Financeiras do Tesouro).

A utilização da taxa SELIC como instrumento de controle da inflação se dá de forma que, com sua elevação,

desestimula o consumo a medida que impulsiona um aumento nas demais taxas do mercado como as cobradas no CDC (Crédito Direto ao Consumidor) que financia a compra de bens duráveis, influenciando um aumento dos estoques a nível de produtor e comércio varejista que, para se desfazerem deste incômodo custo, promovem uma queda generalizada nos preços e diminuindo, por conseguinte, a taxa de inflação.

Este tipo de política monetária surte efeito em termos de curto prazo, o que não garante uma queda permanente da inflação por motivos de elevação dos níveis de custos de estoques das empresas e exerce o poder de provocar uma redução de preços generalizada e consequentemente do índice de inflação.

Devemos salientar que em termos de longo prazo, o que pode verdadeiramente conter a inflação dentro de patamares mínimos aceitáveis é uma expansão dos estoques físicos de fatores de produção: terra e tudo que dela provém (inclusive matérias-primas, energia, minérios, etc.), capital físico (máquinas, equipamentos e instalações produtivas) e financeiro, trabalho (mão-de-obra especializada, profissionais de nível superior e capacidade gerencial) e tecnologia; que compõem a Curva de Possibilidades de Produção (CPP) que estudamos em Economia.

Numa situação de pleno emprego de recursos (por exemplo apresentamos uma taxa de desemprego inferior a 5% no Brasil), os estoques de fatores de produção (quantidades físicas disponíveis) passam a se tornar mais escassos, o que pressiona para cima os preços e consequentemente o índice de inflação.

A saída é a realização de investimentos que venham a proporcionar uma elevação das disponibilidades físicas de fatores, por exemplo a través do investimento privado (construção de novas unidades fabris) e do investimento público em infraestrutura (caso do PAC – Programa de Aceleração do Investimento), o que também eleva a oferta de bens e serviços disponíveis para o público consumidos e pressionando os preços para baixo.

O efeito perverso de adoção de taxas de juros mais elevadas se dá pelo fato de que tem o poder, não apenas de inibir o consumo, como também do investimento produtivo por alterar para menor as expectativas de lucros futuros por parte do investidor e consequentemente uma redução da oferta e das expectativas empresariais quanto a ampliação de sua estrutura produtiva.

As matérias jornalísticas comumente tratam os aplicadores em títulos públicos e privados como investidores internos e externos e salienta que o mercado e seus especuladores ficam mais “felizes” pelo aumento na taxa de juros; discordo plenamente desta definição; pois, investidores são aqueles que empregam recursos no sistema produtivo – gerando receitas, custos, maior oferta e renda – os “felizes” são indivíduos ou grupos especulativos que têm como grande objetivo a remuneração do juro, não tendo nenhum compromisso com a economia real.

Quanto à alta e posterior queda do nível da taxa de câmbio podemos identificar tanto pressões reais quanto especulativas nestas ocorrências de oscilações.

Certamente a demanda interna por dólares está bastante aquecida e isso se deve por diversos motivos, dentre os quais:

pagamentos de juros e amortizações devido a empréstimos contraídos por empresas brasileiras públicas e privadas por estrangeiros, aquisição de matérias-primas compradas no exterior pelo fato de não as produzirmos ou em quantidade inferior a nossas necessidades, aos pagamentos de gastos e viagens de brasileiros no exterior, de importações de bens finais, de remessas de lucros por parte de empresas estrangeiras produtoras em território nacional para suas matrizes, dentre tantas outras ocorrências.

Se a oferta de dólares em território nacional é mais ou menos rígida no curto prazo, como toda e qualquer “mercadoria” (moeda estrangeira é classificada como *commoditie financeira*) seu preço (cotação = taxa de câmbio) no mercado interno tende a valorizar-se, provocando uma depreciação do real frente ao dólar.

As autoridades monetárias (Banco Central, Conselho Monetário Nacional, por exemplo) tomam medidas para evitar uma depreciação forte da moeda nacional, o que acarretaria graves consequências em termos de déficits no balanço de pagamentos, no equilíbrio financeiro de empresas e governos que tomaram empréstimos no setor externo e até mesmo sob a inflação doméstica.

Para tentar conter uma depreciação forte da moeda nacional, o Banco Central tem a seu dispor diversos instrumentos que viabilizem um maior controle sobre desvalorizações acentuadas e suas reais consequências sobre a economia doméstica.

Dentre os principais instrumentos praticados pelo BC temos a venda de dólares no mercado interno, aumentando sua oferta e consequentemente provocando uma queda da taxa de

câmbio ao nível que as autoridades monetárias acreditam ser razoável; combinadamente, o BC também adota a venda de títulos públicos que utilizam a variação do dólar como indexador (Swap Cambial) que também atua no sentido de enxugar a oferta interna de reais no mercado e consequentemente provocando ligeiras depreciações da moeda americana e colaborando para manter o câmbio dentro de patamares satisfatórios com relação à política econômica adotada pelo governo.

Podemos ainda argumentar a respeito da matéria jornalística sobre a elevação da taxa SELIC que, um outro motivo para ter sido elevada em 0,25% para conter pressões inflacionárias, também se deve ao fato do governo americano vir injetando US\$ 85 bilhões de dólares no mercado internacional (através da recompra de títulos públicos da dívida dos EUA) desde 2009 e encerrando no dia 29 de outubro que provocavam depreciações da moeda americana frente a outras moedas no resto do mundo, com nítidos apelos para aumentar suas exportações e ajuda-los a sair da crise econômica que criaram.

O aumento da SELIC evita que aja uma fuga expressiva de capitais do resto do mundo para os Estados Unidos, o que poderia provocar graves problemas estruturais e desequilíbrios financeiros nas suas respectivas economias.

Como podem ver, uma análise de eventos nas esferas econômica e financeira não pode ser realizada de maneira simplória e carregada de ranços e juízos de valor tão comum na cobertura de matérias jornalísticas relativas às finanças como tão comumente é adotada pelos principais meios de informação e seus respectivos articulistas.

Eu sei, que a grande maioria dos brasileiros gostariam que não houvessem distorções de âmbitos financeiros, econômicos, sociais, políticos, internacionais, ..., dentre tantos outros e adianto que isso só será possível no Reino dos Céus; se você for para lá antes de mim, me espere que teremos muito a conversar.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

BBC Brasil – 07/11/14



26. O que as crianças devem aprender sobre dinheiro e negócios?

Rhea WesselDa BBC Capital

“Carolin Hasse aprendeu algumas das suas primeiras lições sobre economia em um mercado de pulgas na sua cidade natal de Kronberg, na Alemanha, quando tinha apenas seis anos de idade.”

Leia mais acessando:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141106_vert_ca_p_crianças_negócios_dg

Meus comentários:

No atual grau de desenvolvimento econômico e financeiro no qual se encontra a sociedade brasileira, faz-se necessário que os indivíduos se habilitem a compreender as nuances que envolvem as frequentes transações econômico-financeiras às quais estão sujeitos em seus inter-relacionamentos pessoais e profissionais numa sociedade que apregoa o consumo imediato e muitas vezes sem levar em consideração a necessidade da realização de planejamentos e análises econômicas e financeiras que são primordiais no trato de questões envolvendo a construção e a aplicação de habilidades e competências nas relações de consumo, captação e aplicação de recursos.

Diariamente nos deparamos com situações financeiras e econômicas que vão desde simples operações de desconto para pagamento à vista, que requerem conceitos simples como o de porcentagem, até operações mais complexas como as de crédito, financiamento, seguros, aplicações e investimentos, que requerem dos agentes econômicos envolvidos – indivíduos e instituições – pleno conhecimento dos modelos e procedimentos utilizados para que não se incorra em situações desagradáveis que envolvam perdas e endividamento.

Infelizmente, um dos motivos que exercem forte influência nas questões que envolvem perdas, endividamento, inadimplência, dentre outros, é justamente a carência de conhecimento por parte dos indivíduos de conceitos simples abordados pela Educação Financeira e de modelos

matemático-financeiros ensinados pela Matemática Comercial e Financeira.

Nem todos os indivíduos têm o tempo e porque não dizer o interesse necessário na realização de cursos de curta duração que envolvam a aprendizagem destes conceitos e procedimentos, o que fatalmente lhes levará a conviver cotidianamente com situações de desequilíbrio financeiro negativo (gastos maiores que receitas), o que fatalmente impulsionarão a ocorrência de fatos subsequentes como inadimplência, esfacelamentos familiares, problemas psicológicos e endividamentos.

Mas, o que fazer?

Em que a escola formal pode contribuir para a minimização de situações financeiras adversas presentes e futuras dos alunos?

Se recorrermos aos documentos oficiais que regulamentam a educação básica no Brasil, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), sobre o papel e objetivos da educação básica – e mais especificamente a educação matemática - no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sugere um encaminhamento para a construção de uma escola voltada para a formação de cidadãos, em resposta a uma era marcada pela competição e pela excelência, em que o progresso científico e os avanços

tecnológicos norteiam novas exigências para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho e que “tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país” (PCN, 1997); “que ela capacite as habilidades e competências para enfrentar o mundo moderno” (LDB, 1996) e ainda que “contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa em primeiro lugar assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto” (DCN, 1998).

Vemos que a escola deve estar voltada para a promoção e construção de cidadãos que sejam capazes de lidar e se relacionar com as diferentes faces adotadas para o exercício da cidadania: social, política, profissional, familiar, ecológica e financeira.

Esta última face citada – a financeira – se configura justamente no objetivo fundamental deste anteprojeto de tese, onde estaremos evidenciando os papéis da Educação Financeira e da Matemática Financeira como recursos didáticos que permitam a construção de sujeitos com habilidades e competências que sejam capazes de materializar o aprendizado através do conhecimento, da análise e da tomada de decisões no âmbito das finanças pessoais e profissionais dos – hoje – alunos do ensino médio e num futuro próximo dos (as) profissionais e chefes de família que estarão interagindo, cotidianamente, com diferentes aspectos econômicos e financeiros presentes nas complexas sociedades modernas.

A adoção desta temática como norteador desta proposta de trabalho não se deu por modismo ou por mera casualidade, dentro de uma perspectiva didático-pedagógica podemos elencar diversos motivos que nortearam a decisão de realizar uma verdadeira proposta de inserção dos princípios básicos da Educação Financeira e da Matemática Financeira nas abordagens conteudinais da disciplina de Matemática nos currículos referentes ao Ensino médio, permitindo que o aprendiz tenha acesso a um conjunto de informações e conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

As inúmeras relações e ações econômicas e financeiras às quais estamos expostos cotidianamente quando realizamos as mais diversas transações com o mercado, as decisões de caráter financeiro que somos forçados a tomar diante das inúmeras demandas que expressamos para mantermos determinado nível de bem estar, os inúmeros apelos ao consumo e ao endividamento com os quais nos deparamos diariamente são fenômenos cuja magnitude e efeitos sobre os orçamentos familiares e empresariais são evidentes e responsáveis, muitas vezes, por desequilíbrios que podem gerar profundas reações sobre o patrimônio familiar e empresarial.

A utilização de conteúdo econômico-financeiro na concretização desta proposta de pesquisa, como também pelo fato do autor da mesma ter atuado cerca de dez anos em atividade docente como professor de Matemática na Educação Básica - Fundamental e Médio - e se encontrar a catorze anos

ministrando disciplinas relativas ao “mundo das finanças” (Matemática Financeira, Mercado Financeiro, Análise de Investimentos, dentre outras) em cursos de graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino superior, onde ao longo do tempo ficou evidenciada uma carência intelectual dos alunos, relativa às áreas de Matemática e conhecimentos básicos de finanças o que vem a constatar uma inabilidade dos discentes em lidar com temas abordados por estas duas vertentes do conhecimento, o que contribui para a não realização de uma aprendizagem significativa de conteúdos econômico-financeiros; aliás, possibilitando uma constatação evidenciada pela teoria cognitiva de Ausubel (in MOREIRA e MASINI, 1982) que defende que “o fator preponderante que se encontra influenciando a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe”, justificando a preocupação central deste anteprojeto de tese em assegurar que a adoção de temas relativos à Educação Financeira e da Matemática Financeira nos componentes curriculares do ensino médio da Educação Básica, como elemento fundamental na construção de competências para o trato hábil de temas financeiros por parte do aluno-cidadão, dotando-o de recursos intelectuais necessários ao seu desenvolvimento pessoal, profissional, político e social.

Como fora acima descrito, esta proposta se fundamenta em dois pilares pedagógicos básicos, que descreveremos sucintamente a seguir:

- Educação Financeira: se fundamenta num conjunto de definições, conceitos metodologias e práticas

pedagógicas que norteiam e propiciam uma transformação positiva do sistema educativo e contribuem para uma consolidação do processo de ensino-aprendizagem e que venham a proporcionar, de maneira contextualizada e conexa com a realidade econômico-financeira, ao aprendiz a capacitação de suas habilidades e competências para atender de forma eficiente às demandas pessoais, sociais e econômicas do mundo moderno.

- Matemática Financeira: ramo da Matemática Aplicada que estuda o comportamento do dinheiro no tempo, levando em consideração outras variáveis constantes de modelos econômico-financeiros, tais como, taxa de juros, fluxos de caixa, valores futuros e presentes e os diferentes critérios ou processos de capitalização, no sentido de mensurar magnitudes de desembolsos realizados e ganhos a serem auferidos, relativos a operações financeiras, auxiliando no processo de tomada de decisão dentro de um enfoque que relaciona custos e benefícios.

No transcorrer da apresentação desta proposta, pormenorizamos suas características básicas, no sentido de não apenas validá-la, como também para contribuir de maneira enfática com a formação de sujeitos socialmente e financeiramente responsáveis e competentes no trato de temas que envolvam a realidade financeira à qual estejam expostos, posicionando-se de maneira crítica frente às inúmeras interações que realizam com o ambiente financeiro e contribuindo para o aprimoramento e desenvolvimento continuado do conhecimento pessoal e coletivo dos diferentes agentes econômicos - indivíduos, empresas e governo – através

de uma verdadeira e eficiente “inclusão financeira” necessária à construção de alunos-cidadãos críticos e competentes, frente às suas inserções no complexo, dinâmico e desafiador mundo das finanças, aos quais todos nós estamos invariavelmente inseridos e expostos.

Logo, em todas as abrangências que abordaremos no curso desta proposição, denotaremos a importância de nossa proposta como elemento fundamental para a formação de cidadãos dispostos da competência financeira necessária para o gerenciamento de suas próprias finanças pessoais de maneira eficiente, atender às demandas profissionais relativas à disponibilização de postos de trabalho em instituições inseridas em contextos econômico-financeiros, além de contribuir para a realização de operações financeiras saudáveis, onde a assimetria de informação e conhecimento não se configure como um fator inibidor e comumente contributivo de desequilíbrios financeiros tanto no âmbito pessoal como mercadológico, aliás, tão presente na realidade da maioria dos lares e das empresas brasileiras.

A escolha destes temas se deve a diversas constatações que os mesmos possuem uma abordagem ineficiente no Ensino Médio, além de acreditarmos que através deles podemos capacitar o aluno a entender melhor suas próprias práticas e as nuances econômicas e financeiras do mundo no qual se encontra inserido, desenvolvendo seu espírito crítico ao receber e perceber informações dos mais diferentes meios, em suas interações com o mundo do trabalho, em suas relações de consumo e seus recorrentes financiamentos; além de contribuir

para o entendimento de seus direitos e obrigações perante o mercado – inclusive o do trabalho - e a vida.

Uma abordagem didática e realista da Educação Financeira e da Matemática Financeira virá possibilitar a construção de competências e habilidades na abordagem de situações-problemas, estimulando o aluno a desenvolver sua formação em um amplo sentido relativamente a sua autonomia, criatividade e poder de análise e proposição de solução das diferentes situações que se lhe apresentem em seus inúmeros relacionamentos com os demais atores sociais e organizações com as quais mantêm relacionamentos.

Portanto, incentivemos e pratiquemos a educação financeira como forma de aprendizado e sobrevivência!

A parte mais sensível do corpo humano - o bolso - agradece!

Augusto Dornelas

Blog do IPEA – 28/04/2014



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

27. Estudo aponta elevação da renda como fator para aumento do uso do transporte individual

“Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) aponta o aumento da renda das famílias como fator determinante na redução do uso de transporte público e, por consequência, no aumento dos gastos com transporte individual privado. Para o autor do estudo *Elasticidade-renda dos gastos das famílias metropolitanas brasileiras com transporte urbano e aquisição de veículos privados*, Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, essa constatação é um elemento importante para a formulação de políticas de mobilidade urbana”...

Leia mais acessando: <http://www.ipea.gov.br/blog/?p=2264>

Meus comentários:

Fui indagado pelo aluno [Ridley Renan sobre Elasticidade](#):

“Professor, boa noite. Sou seu aluno da turma 1A-N, no curso de administração. Estou com dúvidas em relação à elasticidade-renda e gostaria de saber se o senhor poderia me ajudar ou tem alguma fonte que poderia me ceder, porque no slide está muito resumido, agradeço desde já. Abraços!

Vamos lá!

O conceito de Elasticidade se reporta ao grau de sensibilidade relativamente a possíveis variações de uma variável com relação a outra(s).

Nesse sentido podemos citar: ritmo de vendas no varejo versus taxa de juro de financiamentos, preços e quantidades demandadas, velocidade e tempo gasto em determinado percurso, medida do lado do quadrado e área do mesmo, ...; como se pode verificar, existem inúmeras possibilidades de contextualizações associadas a este conceito.

Agora, no que se refere ao conceito econômico de Elasticidade, podemos relacioná-lo ao quociente entre a variação percentual em uma variável em relação a outra; como exemplo podemos citar:

a) Elasticidade-preço da demanda: quociente entre a variação percentual na quantidade demandada relativamente a uma variação no preço de um bem, *coeteris paribus*; ou seja,

supondo que as outras variáveis que afetam a demanda de um bem ou serviço permanecem constantes (preços dos bens substitutos e complementares, gostos, preferências e renda do consumidor, etc.

b) Elasticidade-preço cruzada da demanda: quociente entre a variação percentual na quantidade demandada de um bem relativamente a uma variação no preço de outro bem substituto ou complementar.

c) Elasticidade-renda da demanda: quociente entre a variação percentual na quantidade demandada de um bem em resposta a uma variação na renda do consumidor.

d) Elasticidade-preço da oferta: quociente entre a variação percentual na quantidade ofertada relativamente a uma variação no preço de um bem, *coeteris paribus*; ou seja, supondo que as outras variáveis que afetam a oferta de um bem ou serviço permanecem constantes (preços dos bens substitutos na produção, preços dos fatores de produção, tecnologia, expectativas empresariais quanto ao comportamento futuro da conjuntura da economia, etc.

e) Elasticidade das exportações: quociente entre a variação percentual na quantidade exportada de um bem em resposta a uma variação na taxa de câmbio.

f) Elasticidade da demanda por moeda: quociente entre a variação percentual da demanda por moeda em relação à variação na taxa de juros de mercado em empréstimos, financiamentos e aplicações de recursos.

Como se vê, são inúmeras possibilidades de associarmos o conceito de Elasticidade ao comportamento de variáveis no ambiente econômico.

No caso da notícia veiculada no blog do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), se refere ao comportamento da demanda por veículos automotores em resposta a uma variação na renda do consumidor deste tipo de bem.

Relativamente a este ponto estamos nos referindo ao conceito econômico de Elasticidade-renda da demanda que, como já frisamos anteriormente, reflete o grau de sensibilidade da demanda por automóveis a uma variação da renda dos potenciais consumidores deste tipo de bem.

O conceito de elasticidade-renda divide os bens em categorias distintas quanto ao grau de sensibilidade da demanda em resposta a variações na renda do consumidor, a saber:

i) Bens superiores: variação no consumo excede mais que proporcionalmente a variação na renda; por exemplo, automóveis.

ii) Bens normais: variação no consumo acompanha proporcionalmente a variação na renda; por exemplo, vestuário.

iii) bens inferiores: variação no consumo reduz proporcionalmente à variação na renda; por exemplo, carne-de-segunda.

iv) bens de consumo saciado: não há alteração no consumo em resposta a uma variação na renda; por exemplo, gás-de-cozinha.

Segundo matéria veiculada pelo site UOL Economia no dia 28/05/14 estampava que, IBGE: Salário do brasileiro foi de R\$ 1.943, em média, por mês.” E que “... De 2008 a 2012, o total de salários e outras remunerações pagas pelas empresas brasileiras acumulou crescimento real de 35,3%. Tomando-se apenas o salário médio mensal, houve aumento real de 10,1% nesse período. ”

Isto nos revela que houve um crescimento real dos salários no período considerado e se considerarmos uma outra matéria veiculada pelo site G1 – Globo (<http://g1.globo.com/carros/noticia/2013/01/brasil-fecha-2012-com-novo-recorde-de-vendas-aponta-fenabreve.html>) sobre vendas de automóveis no período de 2010 a 2012, atesta que houve um crescimento de 8,16% nas vendas totais de veículos automotores no mercado brasileiro, o que nos induz a constatar que existe uma correlação positiva entre as variáveis salário e demanda por automóveis.

Em dados constantes no site da revista Quatro Rodas (<http://quatorrodas.abril.com.br/autoservico/top50/2008.shtml>) podemos calcular que houve uma variação nas vendas de automóveis de diferentes marcas no período compreendido entre 2008 a 2012 da ordem de 24,56%.

Se dividirmos a variação percentual do consumo de veículos de passeio e a variação apresentada pelo salário médio real no mesmo período chegaremos a um índice de elasticidade-renda da ordem de 1,43; o que reforça que este tipo de bem se caracteriza como um bem superior com uma variação percentual do consumo superior à variação da renda e com elasticidade-renda maior que 1.

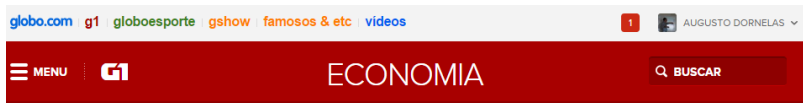
Como se nota, este conceito é de suma importância para o planejamento e tomada de decisões empresariais relativamente ao comportamento de suas respectivas produções e vendas; o que por sua vez irá interferir em outras importantes variáveis do sistema econômico, tais como: empregos, produção, renda, consumo, arrecadação tributária, sinistros automobilísticos, saúde, previdência, seguros, dentre várias outras.

Espero que tenha contribuído para o entendimento de todos.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Portal G1 – Globo – 01/12/14



Alexandro Martello

28. Balança comercial tem pior resultado para novembro em 20 anos

Em novembro, importações superaram exportações em US\$ 2,35 bilhões. No acumulado do ano, saldo está no vermelho em US\$ 4,22 bilhões.

“Com a economia mundial ainda patinando e com a Argentina – um dos principais compradores de produtos brasileiros – mergulhada em uma crise econômica, a balança comercial brasileira teve no mês passado seu pior resultado para meses de novembro em 20 anos.”

Leia mais acessando:
<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/balanca-comercial-tem-pior-resultado-para-novembro-em-20-anos.html>

Meus comentários:

Vamos começar com um importante conceito – presente no livro Economia Micro e Macro de Marco A. Sandoval Vasconcelos - referente ao Balanço de Pagamentos: “É o registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo. Envolve tanto transações com bens e serviços, como transações com capitais físicos e financeiros”.

O Balanço de pagamentos é subdividido em quatro grupos de contas:

1) Balança Comercial: registra o Comércio de bens (exportações e importações) com o setor externo, podendo apresentar saldo positivo (superávit) quando as exportações superam as importações ou negativo (déficit).

2) Balanço de Serviços e Rendas: contabiliza as remunerações pagas ou recebidas relativamente a juros, royalties, remessas de lucros, assistência técnica, turismo, fretes, seguros e transporte.

3) Transferências unilaterais Correntes: registra doações entre países, como exemplo o envio de recursos financeiros de brasileiros radicados em outras partes do mundo para parentes no Brasil, bem como mercadorias (bens, vacinas, por exemplo) enviadas e recebidas de outras nações.

4) Balanço de Transações Correntes: resulta do somatório das contas de Balança Comercial, de Serviços e Transferências, cujo resultado comporá o Saldo em Conta Corrente; podendo apresentar superávit (positivo) caso tenhamos enviado um quantitativo de bens e serviços superior ao que recebemos e negativo se ocorrer o contrário.

5) Capitais: contabiliza as entradas e saídas de recursos referentes a investimentos diretos (na produção), empréstimos e financiamentos tomados ou recebidos do resto do mundo.

6) Erros e Omissões: diferença entre o saldo do Balanço de Pagamentos e a Variação das Reservas do país, sendo admitido internacionalmente um valor máximo de 5% do saldo entre importações e importações; podem ser computados, por exemplo, contrabando, desvio de capitais, dentre outros.

O saldo do Balanço de Pagamentos será obtido através do somatório de todos os saldos parciais das contas acima mencionadas.

No que se refere a matéria jornalística, aponta que em novembro o saldo da Balança Comercial apresentou um déficit da ordem de US\$ 2,35 bilhões; bem como apresenta um déficit de US\$ 4,22 bilhões com o exterior.

Apesar dos números veiculados de forma alarmante por parte da imprensa brasileira, há uma expectativa por parte do Banco Central que apresentemos um superávit da ordem de US\$3 bilhões quando contabilizarmos todos os movimentos no ano de 2014.

Logicamente que existem uma série de fatores, internos e externos que podem ter influenciado o resultado apresentado até agora, dentre eles podemos destacar:

- Fraco desempenho das principais economias com as quais mantemos relações comerciais, que têm apresentado dificuldades reativamente à conjuntura econômica desde 2008, quando da eclosão em território americano e se estendendo a níveis mundiais, refletindo negativamente no comércio entre países.
- Gastos das famílias brasileiras no exterior que, por exemplo, no mês de setembro totalizou US\$ 2,38 bilhões e no acumulado do ano, até este mesmo mês, de um total de US\$ 19,64 bilhões; para você ter uma ideia este valor é mais de 61% superior que o empréstimo tomado ao FMI ao final do governo de Fernando Henrique-PSDB em 2002.

- Compras de bens de famílias residentes no exterior, quando temos similares nacionais; o que contribui para o aumento no volume de exportações.
- Importações de matérias primas de matérias-primas (cobre, cereais, plásticos, dentre outros) e bens acabados (automóveis e aeronaves, por exemplo).
- Remessas de lucros de empresas estrangeiras instaladas no país.
- Queda nos preços internacionais de commodities no mercado internacional.

Dentre tantos outros motivos que contribuíram para um crescimento da saída de capitais do país com destino ao resto do mundo.

Com base em dados referentes a dados consolidados da Balança Comercial Brasileira de 2013 (disponíveis em <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/index.php?area=5>), podemos destacar, relativamente ao período compreendido entre 2003 e 2013:

- As importações brasileiras representaram – em média – 9% do PIB brasileiro, enquanto a participação média das exportações relativamente ao PIB foi de aproximadamente 12%;
- A participação percentual das importações brasileiras no total mundial foi da ordem de 0,96%, já no caso das exportações brasileiras nossas exportações representaram em média 1,1% das exportações mundiais;

- O número de empresas importadoras cresceu no período de 2004 a 2013 quase 97%, enquanto o de empresas exportadoras recuou cerca de 14%;
- Em 2013 os principais produtos importados foram combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos, seguidos de automóveis e químicos. Já no que se refere às exportações, os itens de maior importância foram minérios, material de transporte, complexo soja, petróleo e combustíveis, carnes, químicos, açúcar e etanol e metalúrgicos;
- O desempenho das exportações brasileiras em 2013 reduziu-se em 0,2% em relação a 2012, enquanto as importações avançaram 7,4% no mesmo período;
- A evolução percentual das exportações brasileiras acompanhou o ritmo de crescimento das exportações mundiais, com ligeira vantagem para o Brasil. Com relação às importações, o comportamento das brasileiras foi superior ao comportamento das mundiais.

A partir da análise dos dados constantes dos relatórios, podemos elencar alguns pontos importantes para uma maior alavancagem do saldo de nossa balança comercial, a citar:

- Aumentar a participação de produtos de elevado valor agregado em nossas exportações;
- Reduzir a importação de bens que possuem similares nacionais em disponibilidade no mercado doméstico;

- Maior fomento governamental e privado à evolução da participação brasileira na corrente de comércio mundial;
- Aumento do investimento doméstico em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que contribuam na redução de custos de produção e aumento da produtividade;
- Aperfeiçoamento e crescimento de nossa disponibilidade de mão-de-obra especializada, capacidade técnica e científica em todos os níveis no sentido de acompanharmos o que está acontecendo nas nações que dominam o comércio mundial;
- Maior controle sobre a taxa de câmbio doméstica;
- Ampliação de acordos comerciais bilaterais e fortalecimento do Mercosul;
- Fortalecimento do relacionamento com as demais nações componentes do BRICS, ...

Como se vê, uma análise mais pormenorizada dos dados não nos deixa seduzir pelas opiniões catastróficas plantadas diariamente por comentaristas econômicos presentes nos principais veículos midiáticos.

A situação brasileira é de longe mais confortável que a apresentada pela esmagadora maioria dos países do mundo.

No mais, espero que tenha colaborado para um melhor entendimento de nosso relacionamento econômico com a comunidade internacional.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

IBEDec – 08/05/13



29. Cuidado com promoções de veículos sem juros destaque

É nítido em todos os jornais o aumento da oferta de veículos a venda de forma parcelada, com “juros zero”. Só que por trás da propaganda, os “juros zero” podem esconder algumas práticas que lesam o consumidor.

José Geraldo Tardin, presidente do IBEDEC, alerta que neste tipo de oferta há mais nebulosidade do que verdade.

Em primeiro lugar, todo dinheiro tem um custo. Se a empresa anuncia a venda parcelada, ela tomou dinheiro em algum agente financeiro e vai vender o veículo para o consumidor a prazo, obviamente incluindo este custo do dinheiro no preço do veículo....

Leia mais acessando: <http://www.ibedec.org.br/informativos/item/98-cuidado-com-promo%C3%A7oes-de-ve%C3%ADculos-sem-juros.html>

Meus comentários:

É Natal, época de festas, do nascimento do Papai Noel que nasceu na sua manjedoura e que adorna as atitudes,

pensamentos, sentimentos e emoções nos lares, nas pessoas e no comércio em geral.

Nesta data os filhos de Papai Noel ficam mais cândidos e amáveis, desejando ao próximo milhões e milhões de felicidades e sucesso.

Adornam suas árvores de Natal com bolinhas, luzinhas, presentinhos e mimos dos mais variados, além de suas ricas mesas serem adornadas com todos os quitutes, guloseimas, frutas, aves, tenderes, pratos recheados com os mais saborosos sabores regionais e globais que se possa imaginar, além de refrigerantes e bebidas nacionais e importadas que são contraindicadas a passarinhos degustarem.

Todo esse afã convida a um aumento considerável no consumo dos mais variados bens e serviços que farão a alegria, também, dos ofertantes presentes na economia real e dos agentes financiadores que fazem parte do mercado financeiro.

Tudo está à venda no mercado, principalmente dinheiro que tem alta disponibilidade e em todas as modalidades, sendo oferecido sob as mais diversas formas de crédito, empréstimo e financiamento.

Hoje em dia não é mais negócio vender à vista, dado que existe um volume de crédito acima de 50% do PIB à disposição dos tomadores finais para realizarem os seus mais variados sonhos de consumo, que vão desde bens reais a passagens aéreas e hospedagem, férias, financiamentos estudantis, compras internacionais e domésticas pela internet, automóveis, tecnologias domésticas, despesas extras de início de ano como matrículas escolares, livros, fardamentos, e impostos em geral (IPVA, IPTU, IR, dentre outros), além das

festividades e presentes pra celebrar o nascimento de Papai Noel, o "bom velhinho".

É justamente nesta hora que as preocupações com encargos, juros, IOF evaporam das mentes incautas e levam boa parte dos consumidores à busca incessante do prazer hedônico de consumir, assumindo os mais elevados graus de insanidade financeira.

Este tipo de consumidor é a presa perfeita para engolir as “iscas” financeiras e mercadológicas disponíveis do mercado, que apelam para chavões do tipo “não pague nada agora e deixe para começar a pagar no próximo ano”, “compre tudo em 10 vezes fixas”, “aproveite: à vista “tanto” ou em 12 vezes de “tanto dividido por dez””, “seu carro zero na palma de sua mão com taxa de juro zero”, “compre o computador e leve uma impressora grátis”, dentre outros “mimos” de bondade espalhados pelos quatro cantos do mercado.

Ora, ora: como alguém pode acreditar em tantas "bondades"?

Como o consumidor pode crer que vai ganhar algum bem sem custos?

Como uma empresa pode vender algo a prazo e sem juros adicionais se seu fornecedor não lhe concede as mesmas “facilidades”, nem os credores do financiamento de suas vendas não realizam este tipo de modalidade de financiamento "de pai para filho"?

Mas, existe quem acredite, inclusive em Papai Noel e em todas as magias do Natal do consumo desenfreado e porque não dizer até mesmo – muitas vezes – irresponsável.

Infelizmente, alguns se utilizam dos recursos de conteúdos pedagógicos de disciplinas relacionadas à Psicologia, ao Marketing e da Matemática Financeira para envolver consumidores crédulos na acreditação de propagandas enganosas que são tipificadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Vejamos um caso de “modelização” que pode explicar a existência de vendas a “juro zero”:

Pick-up 3.0, cabine dupla, ano modelo 2014/2015, 4x4

Condições para aquisição:

Preço: R\$ 128.900,00

Entrada (60%): R\$ 77.340,00

Valor financiado: R\$ 51.560,00

Esse restante será financiado com “taxa de juro zero” em 24 vezes de R\$ 2.148,33.

Difícil é acreditar que um valor de R\$ 51.560,00 terá seu retorno sem nenhum ganho – e sim perda - financeiro e a ser postergado durante dois longos anos.

Certamente existe um agente financeiro que irá arcar com o risco e o recebimento dos valores referentes à operação, demonstrando assim, a primeira ilegalidade que pode ser encarada como propaganda enganosa.

Para comprovar isto, basta comparar o preço que vinha sendo praticado para o veículo e o preço que vem sendo cobrado na venda parcelada com “juros zero””, como atesta na reportagem o presidente do IBEDEC, José Geraldo Tardin.

Vejamos uma simulação de uma operação semelhante, onde me baseei no preço de R\$ 105.700,00 que está disponível no site da própria montadora; o que nos remete a constatar que

há a cobrança de juros e que podemos identificar da seguinte forma:

Preço anunciado – preço real = R\$ (129.900,00 – 105.70,00) = R\$ 23.200,00 que correspondem ao sobre-preço que o consumidor está verdadeiramente pagando.

Agora, vamos determinar a taxa de juros praticada na operação de financiamento:

Tomando como preço base o valor total do veículo como sendo R\$ 105.700,00, pagando uma entrada de R\$ 77.340,00, valor financiado de R\$ 28.360,00 que será amortizado em 24 parcelas de R\$ 2.148,33 e utilizando o ferramental de fórmulas disponibilizadas pela Matemática Financeira e pela utilização da calculadora financeira HP 12C chegaremos a um resultado correspondente de taxa de juros da ordem de 5,46% ao mês ou 11 vezes maior que a remuneração da caderneta de poupança que paga 0,5%am de juros reais.

Como se pode notar, Papai Noel não é tão bonzinho como parece e contando com consumidores avessos à realização de cálculos e avaliação de propostas (que é o ideal para quem está vendendo), o “bom velhinho” deita e rola na lucratividade.

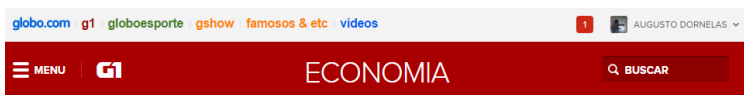
Além deste exemplo existem muitos e muitos outros no mercado.

Não acredite em operações financeiras sem ônus de juros, muito menos em promoções mirabolantes; pois, tem uma antiga música que já dizia: “...laranja madura, na beira da estrada, tá bichada Zé ou tem marimbondo no pé...”.

Um abraço e abra o olho!!!

Augusto Dornelas

Portal G1 – Globo, 31/12/14



30. O que esperar da economia em 2015?

Após período difícil, analistas apontam suas avaliações para o próximo ano. Momento será de ‘arrumar a casa’, sem grande expectativa de crescimento.

“Ano de Copa e eleições apertadas, 2014 prometia dar alento e prosperidade à economia que cambaleava no período anterior. Mas não foi bem assim. O país avançou fracos 0,2% nos três primeiros trimestres. Saiu da recessão técnica, mas a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) deve ser a menor desde 2009, segundo o último boletim Focus, do Banco Central...”

Leia mais: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/o-que-esperar-da-economia-em-2015.html>

Meus comentários:

Infelizmente nos deparamos com o dia último do ano nos deparando com notícias catastróficas veiculadas por diferentes meios de comunicação e diversos analistas de mercado.

Se não fosse o bastante a promoção do “apocalipse” econômico disseminado durante os 365 dias de 2014, são insinuadas previsões para os próximos 365 de 2015, sem levadas em considerações o atual contexto recessivo pelo

qual passa o mundo não há menção a construções erigidas pelo nosso país nos campos econômico e social, que nos coloca em condições favoravelmente melhores que tantas outras de mesmo porte econômico que o nosso, maiores como também menores.

A conjuntura apresentada pela economia brasileira não é nem de longe similar a que passa com países como México, Itália, França, Inglaterra, Portugal, Espanha dentre outros tantos países que compõem a tão propalada economia globalizada mundial.

As verdadeiras catástrofes anunciadas não se limitaram às esferas política, econômica e social, mas se espalharam por todos os setores, eventos e acontecimentos que permearam o território brasileiro de ponta-a-ponta; muitas dessas “previsões” que não se evidenciaram:

- 1) A Copa de futebol iria ser um desastre em termos de público, infraestrutura, violência, ..., não se concretizou!
- 2) Apostaram na ascensão de Marina e depois Aécio à presidência da república, erraram!
- 3) Estouro da bolha imobiliária no Brasil, não aconteceu!
- 4) Dólar iria bater a casa dos R\$ 3,00, não bateu!
- 5) A inflação iria estourar o teto da meta (6,5%), ficou abaixo!
- 6) País iria entrar em recessão, não entrou!
- 7) O Brasil perderia a condição de “grau de investimento”, não perdeu!

8) O investimento estrangeiro direto iria escassear no país, erraram!

9) Não conseguiríamos aumentar nossa produção de petróleo através do pré-sal, conseguimos!

10) Os investimentos públicos em infraestrutura, energia, petróleo, sociais, econômicos não se consolidariam, erraram!

...

Dentre tantas outras notícias falaciosas veiculadas por meios de comunicação, comentaristas econômicos, consultorias e analistas de mercado internos e externos que não se confirmaram!

Fica uma pergunta: a quem interessa toda essa avalanche de notícias pessimistas? Certamente alguém está faturando alto na ocorrência delas!!!

Vamos agora listar algumas ocorrências relativas a 2014:

1) Brasil se consolida como a sétima maior economia do mundo, apresentando uma das maiores taxas de crescimento desde 2006, inclusive da produção industrial.

2) Brasil apresentou média de crescimento econômico de 3,2%aa; o consumo das famílias no evoluiu em média 4%aa, a formação bruta de capital fixo 5,5%aa entre 2006 e 2014.

4) Os investimentos em infraestrutura variaram 19%, a potência instalada de energia elétrica 19,6% e o plano safra 56% entre 2010 e 2013.

- 5) A taxa de desemprego do país foi reduzida de 6,7% para 4,8% da População Economicamente Ativa (PEA) entre 2010 e 2014, ostentando o 4º menor índice do mundo.
- 6) Entre 2003 e 2014 foram gerados 21,2 milhões de empregos formais.
- 7) Tempo médio de escolarização no Brasil passou de 6,9 anos em 2003 para 8,7 anos em 2013.
- 8) Hoje, 49 milhões de brasileiros estão nas classes D e E, 118 milhões na classe C e 29 milhões nas classes A e B, contra 96, 66 e 13 em 2003, respectivamente.
- 9) O salário mínimo real evoluiu 68,47% entre 2004 e 2014.
- 10) A massa salarial real elevou-se 55% entre 2005 e 2013.
- 11) O rendimento médio do trabalho obteve alta de 43% entre 2005 e 2013.
- 12) Operações de crédito evoluíram de 30,9% do PIB em 2006 para 57,3% em 2014.
- 13) Crédito Imobiliário passou de 1,8% do PIB em 2007 para 9,5% em 2014, acompanhado por significativas reduções na taxa SELIC, juros reais e do spread médio.
- 14) O mercado financeiro e de capitais ascendeu em volume de negócios na BOVESPA, na ampliação de novos instrumentos financeiros, em ativos totais, em lucro líquido, em investimentos do BNDES, BB e CEF.

15) As despesas financeiras da dívida decresceram de 7,5% do PIB em 2005 para 5,6% em 2014.

16) Dívida líquida do setor público cai de 60,4% do PIB em 2002 para 36,1% em 2014, acompanhada de uma redução da dívida externa líquida que caiu de US\$ 165 bilhões para US\$ 88,2 bilhões em 2014.

17) O resultado primário do governo como porcentagem do PIB manteve uma média de 2,5% entre 2009 e 2014.

18) Redução acentuada do déficit previdenciário foi acompanhado pelo aumento das receitas previdenciárias e pela concessão de benefícios.

19) Transferências de renda (bolsa-família, benefícios assistenciais, abono e seguro desemprego e benefícios previdenciários) em 2014 passam a representar 9,7% do PIB, enquanto em 1997 representava 5,5%.

20) Orçamento do MEC evolui de R\$ 37,1 bilhões em 2002 para R\$ 112,3 bilhões em 2014.

Além de tantas outras conquistas podemos enfatizar que os chamados Fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, dentre eles as nossas reservas monetárias internacionais (que hoje somam US\$ 376 bilhões), a elevação do investimento estrangeiro direto (evolução de US\$ 45 bilhões para US\$ 66 bilhões em 2014), a ampliação do mercado consumidor interno, associado ao crescimento do volume de empregos e da renda do trabalho, a manutenção dos índices de inflação dentro do intervalo da meta, a redução da

dívida líquida sobre o PIB, fortalecimento do fluxo de comércio com um diversificado número de nações aliados a uma evolução social e político-administrativa do país endossou o reconhecimento externo para com a amadurecida democracia brasileira e para com a ampliação de nossas relações político-diplomáticas e econômicas e humanitárias com o resto do mundo e com os principais organismos multilaterais mundiais.

Para um maior aprofundamento das reformas e desonerações tributárias e de medidas microeconômicas implementadas sugiro a leitura da edição especial do Boletim da Economia Brasileira editado em dezembro de 2014 pelo Ministério da Fazenda e que se encontra disponível no endereço:

<<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/dezembro/em-12-anos-brasil-deixou-de-ser-economia-vulneravel-para-se-tornar-a-7a-do-mundo-avalia-mantega>>.

No mais, um forte abraço e um feliz e produtivo 2015 a todos os amigos e amigas!!!

Augusto Dornelas

Carta Campinas, 12/01/15



31. Brasil dos oligopólios: 10 empresas dominam até 70% das vendas dos supermercados

“Dez grandes companhias – entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola – abocanham de 60% a 70% das compras de uma família e tornam o Brasil um dos países com maior nível de concentração no mundo. O que sobra do mercado é disputado por cerca de 500 empresas menores, regionais.”

Leia mais: <http://cartacampinas.com.br/2015/01/brasil-dos-oligopolios-10-empresas-dominam-70-das-vendas-dos-supermercados/>

Complemente a leitura da matéria acessando a matéria “Brasil dos oligopólios: em 50 anos, país consolidou uma economia cartelizada” acessando: <http://cartacampinas.com.br/2015/01/brasil-dos-oligopolios-em-50-anos-pais-consolidou-uma-economia-cartelizada/>

Meus Comentários:

Em Economia, as estruturas de mercado diferenciadas da concorrência perfeita, são consideradas distorções de mercado.

A livre concorrência ou concorrência perfeita pressupõe um grande número de produtores e compradores, o que por sua vez impede que um e outro tenha o poder de determinar os preços finais de mercado, o que se deve ao fato de que – tomados individualmente – as quantidades produzidas ou consumidas por ambos são ínfimas relativamente ao que é comercializado no mercado, tornando-os tomadores de preços; ou seja precisam adequar a sua produção e seu consumo aos preços vigentes de mercado.

O termo ou estrutura de mercado denominada de oligopólio pressupõe a existência de poucos produtores em diferentes mercados, como também pelo fato de deterem parcelas substanciais de mercado como um todo.

Diferentemente da competição pura, no caso do oligopólio a produção fica concentrada em um pequeno conjunto de empresas que detém parcelas significativas da produção (em muitas situações rateando o mercado entre si através de conluio explícito e acordos de cartel) e consequentemente do mercado e dos gastos do público

consumidor como bem atesta as duas reportagens relativas ao tema.

A situação brasileira reflete uma tendência mundial que atesta que um seletivo grupo de 147 empresas detém 40% de toda a economia mundial e que 500 são responsáveis pela produção dos bens e serviços que o mundo consome.

Em seu artigo denominado “A Rede do poder Corporativo Mundial (2012)”, o professor Ladislau Dowbor atesta que *“Controlar de forma organizada uma cadeia produtiva gera naturalmente um grande poder econômico, político e cultural. Econômico através do imenso fluxo de recursos – maior do que o PIB de numerosos países – político através da apropriação de grande parte dos aparelhos de Estado, e cultural pelo fato da mídia de massa mundial criar, através de pesadíssimas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que lhes interessa, gerando boa parte dos problemas globais que enfrentamos.”*

Walter B. Wriston, ex-presidente do Citicorp, em seu livro “O crepúsculo da Soberania” complementa que com o desenvolvimento da comunicação instantânea em todos os níveis tem como resultado fundamental – além dos produzidos pelas grandes corporações econômicas – *“é que as fronteiras nacionais estão se tornando cada vez mais irrelevantes e o poder tradicional e os requisitos prévios da soberania estão desaparecendo”*.

A economia brasileira se encontra quase que completamente oligopolizada em seus diferentes setores, se evidenciando desde a mídia, as telecomunicações e internet, setor financeiro, produção de gêneros alimentícios, setor de

higiene pessoal e limpeza, alimentos em geral, bebidas e refrigerantes, chocolates, embutidos, óleo comestível, automóveis, dentre tantos outros, restando apenas ao setor de hortifrutigranjeiro a consolidação de um mercado aos moldes da concorrência perfeita, com um grande número de produtores (principalmente a agricultura familiar) e consumidores.

Uma constatação importante que é derivada do alto grau de oligopolização da economia brasileira se reflete no índice de inflação oficial (IPCA) que mantém-se firme e em ascendência – apesar da adoção de políticas monetárias restritivas - também devido ao fato da evolução dos preços livres ser superior a dos preços dos bens e serviços administrados (por exemplo gás de cozinha, passagens de ônibus, combustíveis, etc.) e do próprio IPCA desde 2007, evidenciando o poder dos mais variados oligopólios em manter seu poder de determinar os preços de mercado e a magnitude de suas margens de lucro em detrimento dos interesses dos consumidores e da nação como um todo.

Portanto, duvide de certos comentários normalmente presentes na mídia em geral nas pessoas de seus formadores de opinião de que o grande culpado pelos robustos índices de inflação serem vinculados exclusivamente ao governo, escondendo os reais responsáveis pelos aumentos de preços mensurados pelos mais variados índices de inflação, isentando seus anunciantes - que por acaso são os oligopolistas - da redução do poder de compra de sua renda e de seu salário.

No mais, um abraço e seja bastante crítico (a) ao informar-se e ao emitir opiniões muitas vezes influenciadas por

noticiários tendenciosos daqueles que tentam desvirtuar a verdade dos fatos.

Augusto Dornelas

INFOMONEY, 04/02/15

The screenshot shows the top section of the Infomoney website. At the top, there's a row of market indices: IBOVESPA (+0,39%), NASDAQ (+0,84%), SHANGHAI (+0,46%), IFIX (+0,10%), DÓLAR (+0,08%), EURO (-0,33%), CDI (13,64% a.a.), and FOUFANÇA (0,71% a.m.). Below this is the Infomoney logo with the tagline 'Informação que vale dinheiro'. To the right of the logo is a search bar with the placeholder text 'Notícias, ações e muito mais'. Further right are links to 'Assine a REVISTA Infomoney', 'Entrar', and 'Cadastro'. At the bottom of the header is a navigation bar with links: últimas, mercados, onde investir (highlighted in orange), minhas finanças, imóveis, franquias, negócios, carreira, educação, blogs, and a Bloomberg logo.

32. Título público é a melhor aplicação deste século, afirma estudo

InfoMoney / Leonardo Pires Uller

“Os títulos públicos foram o melhor investimento desde o início do século XXI, segundo levantamento feito pelo Instituto Assaf com base na rentabilidade de janeiro de 2001 a dezembro de 2014.

Segundo o levantamento os títulos públicos apresentaram ganho nominal de 816,44% e ganho real (descontada a inflação) de 280,02% neste período.”

Veja mais em: http://www.infomoney.com.br/onde-investir/renda-fixa/noticia/3843696/titulo-publico-melhor-aplicacao-deste-seculo-afirma-estudo?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=nlmercados

Meus comentários:

Como atesta a reportagem e o estudo os títulos públicos ganharam disparados de outras modalidades de aplicação de recursos, tais como títulos de renda fixa

(122,49%), Bolsa (35,91%), imóveis (27,53%) e ouro (106,71%).

Diferentemente das demais alternativas, os títulos públicos são considerados sem risco pelo fato do governo levar ao aplicador possibilidades mínimas – ou nulas - de oferecer risco de crédito, ou seja, quase nula possibilidade de perdas resultantes do fato do ente público não vir a honrar o recebimento dos valores contratados junto aos aplicadores como decorrência da incapacidade econômico-financeira.

Disponibilizo abaixo uma breve análise de uma das modalidades deste tipo de título, no caso, as chamadas Letras Financeiras do Tesouro (LFT):

Trata-se de um título pós-fixado cuja rentabilidade está atrelada ao índice de variação da taxa SELIC – taxa de juros básica da economia, definida pelo COPOM/BACEN – e sua remuneração é determinada pela variação da taxa SELIC diária compreendida entre as datas de compra e de vencimento do título.

Esta modalidade de título público é indicada para aplicadores mais conservadores pelo fato da mesma apresentar baixa volatilidade (alterações de valores proporcionadas por desequilíbrios de mercado), proporcionando ao aplicador a ausência de perdas em decorrência de venda antecipada.

A LFT possui um fluxo de pagamento simples com praticamente dois eventos: o desembolso do valor aplicado e o valor recebido que é composto do valor aplicado acrescido da rentabilidade na data do resgate.

Vejamos o seguinte exemplo, presente no site do Tesouro Nacional
(<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/25826>)

[2/C%3%A1nculo+da+Rentabilidade+dos+T%3%ADtulos+P%3%BAblicos+ofertados+via+Tesouro+Direto+-+LFT.pdf/582e2ca6-adab-459b-b841-ef33d4863b3b\)](http://www.bcb.gov.br/2/C%3%A1nculo+da+Rentabilidade+dos+T%3%ADtulos+P%3%BAblicos+ofertados+via+Tesouro+Direto+-+LFT.pdf/582e2ca6-adab-459b-b841-ef33d4863b3b)

Data da compra: 01/10/2007

Data do resgate: 18/03/2009

No site do tesouro

(<http://www.bcb.gov.br/?SELICACUMUL>) pode-se obter o valor nominal do título que será calculado através da variação da SELIC diária compreendida no período entre a compra e a venda durante os 366 dias úteis da aplicação e uma variação da SELIC no período de 18,30%. O que acumulará um valor de R\$ 3.820,74.

Rentabilidade efetiva = (preço de venda/preço de compra) – 1 = (3.820,74/3.231,41) – 1 = 0,1824 = 18,24% no período, que transformada para termos anuais teremos:

$i = [(1,1824)^{(252/366)}] - 1 = 0,1223 = 12,23\%$ ao ano.

Deve-se frisar que a taxa de rentabilidade (bruta) acima ainda está sujeita a uma retenção de Imposto de Renda 15% e Taxa de Administração, o aplicador receberá uma rentabilidade líquida de aproximadamente 10,4%.

Mas, este ainda não o ganho efetivo do aplicador, por se tratar uma taxa nominal; em termos reais o aplicador deverá descontar a inflação no período compreendido entre as datas da compra e de venda, a taxa resultante será o ganho efetivo proporcionado pela aplicação.

Se supusermos que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) no período acumulou 6%, teríamos uma taxa de rentabilidade real de:

$I = (1,104/1,06) - 1 = 0,0415 = 4,15\%$ aa.

Espero que tenha contribuído com sua aprendizagem sobre esta modalidade de aplicação de recursos.

Um abraço,

Augusto Dornelas

PORTAL TERRA – ECONOMIA, 20/03/2015



Depreciação do real pode intensificar as exportações brasileiras, diz FMI

Foto: Kim Kyung-Hoon / Reuters

33. Real mais fraco é bom para a economia brasileira, diz FMI

Segundo diretor do Fundo, desvalorização do real pode revitalizar a indústria brasileira e reativar o setor exportador

A recente desvalorização do real é um fenômeno "bem-vindo" para o Brasil, uma vez que o País precisa reativar suas exportações e o setor industrial, afirmou na quinta-feira o diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o hemisfério ocidental.

Leia mais: <http://economia.terra.com.br/real-mais-fraco-e-bom-para-a-economia-brasileira-diz-fmi,015b25605a63c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>

Meus comentários:

Analisar o desempenho da balança comercial brasileira levando em consideração apenas o seu saldo negativo no ano de 2014 é no mínimo superficial; aliás, como o fazem boa parte dos chamados meios de informação.

Ao longo dos últimos 14 anos o desempenho externo do país foi bastante substancial, comparativamente podemos citar:

- 2003: Exportações de US\$ 73,1 bilhões, Importações de US\$ 48,3 bilhões e saldo de US\$ 24,8 bilhões;
- 2004: Exportações de US\$ 96,5 bilhões, Importações de US\$ 62,8 bilhões e saldo de US\$ 33,7 bilhões;
- 2011: Exportações de US\$ 256,1 bilhões, Importações de US\$ 226,2 bilhões e saldo de US\$ 29,8 bilhões;
- 2013: Exportações de US\$ 242,6 bilhões, Importações de US\$ 239,6 bilhões e saldo de US\$ 2,6 bilhões;
- 2014: Exportações de US\$ 225,1 bilhões, Importações de US\$ 229,0 bilhões e saldo de US\$ - 3,9 bilhões;

Como pode ser notado, o desempenho da balança comercial brasileira não pode e não deve ser desprezado uma vez que tivemos um crescimento de nossas exportações da ordem de 250% em nossas exportações, enquanto que no mesmo período as importações cresceram 370%.

Embora a economia mundial tenha entrado em recessão desde a eclosão da crise econômica dos EUA no último trimestre de 2008, conseguimos quase que triplicar nossas exportações, já nossas importações foram quase que quadruplicadas no período compreendido entre 2003 e 2011.

Alguns poucos países, como os EUA, começaram a ensaiar uma retomada do crescimento a partir de 2012, o que

fatalmente começa a influenciar negativamente nossas exportações, o que combinado com uma redução das taxas de crescimento da China – nosso principal parceiro comercial – de 10%aa para cerca de 7,5%aa que contribuiu para uma queda de nosso nível de exportações em 2012, 2013 e 2014.

O Real valorizado que foi um perverso indutor ao aumento de nossas importações e declínio das exportações, a queda nos preços das commodities, a crise econômica na Argentina (nosso principal parceiro comercial no Mercosul), a importação de combustíveis (aumentamos consideravelmente nossa produção nos últimos 36 anos e não tínhamos construído refinarias neste período, até que 2014 concluímos a Refinaria Abreu e Lima) e um aumento significativo de importações de produtos com similares nacionais de qualidade foram as principais ocorrências que puxaram para baixo o nosso desempenho comercial com o resto do mundo.

Ao virarmos o ano de 2014 e iniciamos o de 2015 nos deparamos com mudanças significativas relativamente ao nosso relacionamento com o setor externo, talvez um dos que irão impactar de modo mais efetivo o aumento de nossas exportações e uma redução das importações deverá ser a desvalorização do Real frente ao Dólar será um elemento impulsionador de uma retomada de apresentação de saldos positivos em nossa balança comercial, além de dar novo fôlego à indústria doméstica que vinha sofrendo forte concorrência internacional devido à sobrevalorização do Real e à redução de taxas de determinados importados.

Certamente, com a significativa desvalorização da moeda nacional deverá impulsionar de maneira importante as exportações brasileiras, aumentando a competitividade do

produto nacional no mercado externo com o efeito combinado dos atuais níveis de importações deveremos reativar a manutenção de saldos positivos em nossa balança comercial; além de torcermos para que as economias dos nossos principais parceiros comerciais retomem seu dinamismo característico.

A hora é de revermos posições, colocarmos as contas em dia e desenvolvermos nosso relacionamento externo de forma mais eficaz para colhermos melhores resultados ao longo de 2015.

Infelizmente o catastrofismo pregado pela imprensa nacional não contribui para alavancarmos melhores resultados; cabe a todos nós: empresários, trabalhadores e governo lutarmos para reverter esta incômoda situação.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

FOLHA – UOL – Colunistas: Marcia Dessen, 02/02/15



34. Como investir em títulos Públicos.

“Na semana passada, vimos como investir em depósitos bancários, que financiam grande parte das operações de crédito concedidas pelos bancos a pessoas físicas e jurídicas que precisam de dinheiro.

Hoje vamos ver como investir em títulos públicos, viabilizando o financiamento de inúmeros projetos do governo. Qualquer pessoa física pode investir via Tesouro Direto, um programa de venda de títulos públicos desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBovespa.

OS TÍTULOS

Títulos públicos são considerados os de menor risco da economia de um país, sendo garantidos pelo Tesouro Nacional. O investidor escolhe o prazo da operação e a rentabilidade que deseja receber. Para facilitar a compreensão dos investidores, a partir deste mês o nome dos títulos passa a identificar com clareza a rentabilidade que o título oferece. ”

TESOURO DIRETO

Títulos, rentabilidade, riscos e indicação

Nome dos títulos		Compre se a expectativa é de...
De	Para	
LFT (Letra Financeira do Tesouro)	Tesouro Selic	Juros em alta ou incerteza
LTN (Letra do Tesouro Nacional)	Tesouro Prefixado	Juros em queda
NTN-F (Nota do Tesouro Nacional - Série F)	Tesouro Prefixado com juros semestrais	Juros em queda
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B) Principal	Tesouro IPCA	IPCA em alta e queda na taxa de juros pré do título
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B)	Tesouro IPCA com juros semestrais	

Fonte: Marcia Dessen e Tesouro Direto (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto>)

Leia mais:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marciadessen/2015/02/1583779-como-investir-em-titulos-publicos.shtml>

Meus comentários:

Afinal de contas, o que são títulos públicos?

São ativos de renda fixa, cuja rentabilidade geralmente é conhecida no exato momento da aplicação e a rentabilidade está associada a uma recomposição das perdas proporcionadas pela inflação através da correção monetária (indexação, como dizemos em Economia) que pode ser representada pelo índice de inflação oficial no Brasil – o IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo acrescida de uma taxa de rentabilidade que pode ser caracterizada pela taxa Selic.

As emissões dos títulos públicos são de responsabilidade do Governo Federal através do Tesouro Nacional (acesse <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>) e posteriormente serão negociados pelo Banco Central do Brasil

através de leilões ou de venda direta, como é o caso do Tesouro Direto (para maiores informações acesse:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto/>) e

colocados no mercado através dos diversos bancos e corretoras presentes e atuantes no mercado financeiro.

Vamos iniciar a nossa conversa explicando porquê o governo emite e negocia com os chamados títulos públicos?

Podemos dizer que umas das principais razões do governo os emitir se dá por:

- Atender as necessidades urgentes de fluxo de caixa, ou seja, para cobrir déficits momentâneos de caixa do governo;
- Financiamento da dívida pública;
- Captar recursos para suas decisões de investimento público em educação, saúde, infraestrutura de serviços públicos, dentre outros;
- Utilizar a emissão como instrumento de política monetária.

Nossa conversa se dará levando em consideração o terceiro motivo apresentado, basear-nos na emissão e negociação de títulos públicos como instrumento de política monetária, que dentre outros objetivos tem por principal missão é o de regular a quantidade de moeda em circulação ou liquidez no sistema econômico-financeiro (base monetária) com a finalidade de manter o índice geral de preços (que mede a inflação) dentro dos níveis determinados pelo sistema de

metas de inflação (<http://www.bcb.gov.br/?sismetas>) adotado no Brasil.

Para tanto as autoridades monetárias administram e determinam os níveis da taxa Selic, que é considerada a taxa básica da economia e influencia os patamares das demais taxas praticadas no mercado pelos diferentes agentes financeiros, tais como bancos comerciais e de investimentos, corretoras, financeiras, etc.

Ao aumentar os patamares da Selic, o governo interfere também nos níveis das taxas de juros de mercado e no caso de aumento interfere no “preço” do crédito para empréstimos e financiamentos e como consequência inibe tanto as decisões de consumo por parte dos consumidores como nas relativas a investimento produtivo com fins, por exemplo, de ampliação da capacidade produtiva das empresas, que tomam recursos no mercado para financiá-las.

Agora que sabemos o que são títulos públicos e algumas finalidades de sua emissão vamos explicar algumas de suas características:

- Risco de Crédito praticamente nulo: a ocorrência do governo não vir a honrar seus compromissos na hora de sua liquidação é bastante remota; pois, além da possibilidade de completa falência da economia do país, tem-se o fato do governo ter a possibilidade de emitir moeda para saldar seus compromissos.
- Risco de Mercado: como qualquer outra modalidade de títulos de crédito negociados no mercado, os títulos públicos estão sujeitos à conjuntura econômica e

financeira presentes na data de sua liquidação e, portanto, seu valor está sujeito à desvalorização destes títulos em função de possíveis oscilações das taxas de juros, que pode proporcionar perdas na data do resgate.

- Risco de fraudes: a ocorrência deste tipo de risco é bastante improvável devido à grande segurança no sistema de negociação, além do governo realizar constante fiscalização das instituições operadoras, tais como bancos, corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- Liquidez: o aplicador tem a possibilidade de revender seu (s) título(s) nas quartas e quintas-feiras diretamente com o Tesouro o negociá-lo a qualquer momento com as instituições que operam com esses títulos no mercado.
- Custos: são relativamente reduzidos quando comparados a outras modalidades de aplicação de recursos disponibilizadas no mercado tais como fundos de investimento e planos de previdência privada.

Passaremos no momento a comentar de uma das modalidades de títulos públicos negociados no mercado: a LFT's ou Letras Financeiras do Tesouro.

As LFT's são títulos cuja rentabilidade diária está atrelada à taxa de juros básica da economia (SELIC). Sua principal característica é ser pós-fixado (a rentabilidade final só será conhecida no final da operação, ou seja, quando da sua

liquidação), onde o pagamento do principal será acrescido dos juros e da correção monetária em uma única parcela na data de seu vencimento. Este tipo de ativo financeiro é mais indicado a poupadores desejosos por uma rentabilidade pós-fixada indexada à variação da taxa de juros básica da economia (SELIC), da correção monetária pelo IPCA (como proteção da inflação) e que acreditam na alta dos juros e preferem ganhar no mínimo a taxa do mercado.

Imagine que você aplicou R\$ 5 mil numa LFT com prazo de resgate em um ano, com a ocorrência de inflação na casa dos 6,0% e a taxa Selic esteja no patamar atual de 12,75%:

Fica a ressalva que você, ou seu título será remunerado não durante os 365 dias do ano e sim sobre os 252 dias úteis que seu título ficou aplicado, logo, a taxa de rentabilidade total será de $1,1275^{(252/365)} = 8,7\%$ e quando descontada a inflação de 6%, $[(1,087/1,06) - 1]$ lhe proporcionará um ganho real de aproximadamente 2,5% durante o período da aplicação.

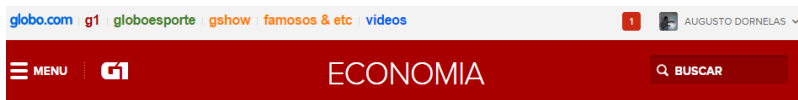
Embora a taxa real de ganho real pareça extremamente baixa, segundo estudo realizado pela Fundação Assaf (<http://www.institutoassaf.com.br/2012/>) os títulos públicos foram, nos últimos sete anos, a aplicação mais rentável do mercado de ativos financeiros.

Por enquanto ficamos por aqui!

Um forte abraço e como diz Paulo Henrique Amorim:
“Boa Sorte”!

Augusto Dornelas

Portal G1 – Globo - 31/03/2015



35. Dilma diz que fará 'de tudo' para cumprir meta fiscal

Presidente concedeu entrevista à agência de notícias Bloomberg. Ela reafirmou que fará um 'grande corte' de gastos para equilibrar contas.

Nathalia Passarinho

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta terça-feira (31), em entrevista à agência de notícias Bloomberg, que fará "de tudo" para cumprir as metas fiscais deste ano. A declaração ocorre após o Tesouro Nacional divulgar que as contas do governo registraram em fevereiro o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1997.

Conforme o Tesouro, foi registrado um déficit primário (receitas menos despesas, sem contar os juros) de R\$ 7,35 bilhões no mês passado.

Leia mais: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/em-entrevista-agencia-dilma-diz-que-fara-de-tudo-para-cumprir-meta-fiscal.html>

Meus comentários:

Primeiramente vou fazer menção a alguns conceitos importantes:

1) Superávit/Déficit Primário: resultado do confronto entre receitas e despesas governamentais; ou seja, se a arrecadação superou os gastos públicos temos superávit, do contrário temos um déficit.

2) Superávit/Déficit Nominal: Quando do confronto entre receitas e despesas governamentais subtraímos os juros da dívida pública.

Agora vamos lá!

Nos meses de janeiro, fevereiro e março o governo obteve os seguintes saldos, respectivamente, R\$ 21,06 bilhões, - R\$ 2,3 bilhões e - R\$ 7,35 bilhões; logo, apresentou no primeiro trimestre um saldo positivo de R\$ 11,41 bilhões.

Logicamente que o ideal seria apresentar sempre superávits; mas, isso também acontece nas contas empresariais e familiares, devido à manutenção do nível de gastos diante de uma leve queda na arrecadação.

Certamente que parte da imprensa nacional adoraria que tivesse apresentado déficits nos três meses, consecutivamente, mas isso é outra história!

Em sala-de-aula de Economia, nas disciplinas de Macroeconomia e de Mercado Financeiro (quando abordamos Políticas Econômicas – Fiscal, Monetária, Cambial e de Rendas) sempre procuro analisar as ocorrências econômicas tomando como base a teoria e o conhecimento que construí ao longo dos anos, evitando partidarismos e alheio aos pontos de vista de alguns (mas) comentaristas adeptos do “quanto-pior-melhor”.

Enfatizo que as metas de Política Econômica são formuladas para a consecução de Crescimento Econômico, Estabilidade da Inflação, Equilíbrio das Contas Externas (Balanço de Pagamentos) e Distribuição de Renda, onde a autoridade governamental busca influenciar positivamente o sistema econômico – muitas vezes como reflexo de suas próprias ações, através do investimento público, por exemplo – na busca de um círculo virtuoso da economia com aumento da produção, do consumo, do investimento privado, do emprego e da renda.

A Política Fiscal engloba tudo que se referir a gastos do governo e arrecadação, a Política Monetária se atém à quantidade de moeda em circulação, crédito, taxas de juros e inflação, a Política Cambial com taxa de Câmbio, equilíbrio de nossas contas com o setor externo e a Política de Rendas se refere a influências do governo relativamente a salário, juros, lucros e aluguéis.

Neste comentário vou me ater, principalmente às Políticas Fiscal e à Política Monetária que exercem uma influência mais contundente na determinação do superávit ou déficit governamental.

Nos últimos seis anos, mais propriamente desde 2009, com a eclosão da crise econômica no fértil solo estadunidense, as autoridades monetárias trataram de executar políticas econômicas expansionistas para evitar que uma severa retração econômica descansasse no berço esplêndido de nossa nação.

Para tanto, em termos de Política Fiscal Expansionista o governo aumentou seus gastos – inclusive os de investimentos e maior disponibilização de serviços públicos

com educação, saúde e infraestrutura – e desonerou impostos (redução ou eliminação) de setores dinâmicos de nossa economia, tais como os de automóveis, eletroeletrônicos, construção civil, móveis, tecnologias domésticas, dentre tantos outros, contribuindo para uma redução de preços a nível de consumidor final.

Por outro lado, adotou uma Política Monetária também expansionista, com corte de juros para empréstimos e financiamentos, elevação substancial do crédito tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas e o reflexo destas medidas foi um crescimento econômico da ordem de 7,5% no ano de 2010 e da geração de emprego e renda em níveis bastante significativos em todas as regiões do país.

Este modelo teve fôlego positivo até praticamente 2012 e parte de 2013 e um dos motivos apontados foi a elevação do grau de endividamento das famílias; mas deveu-se ao fato destas mesmas famílias já terem adquirido os bens e serviços necessários à complementação do seu bem-estar.

No momento, de acordo com as medidas anunciadas desde o início de 2015 pelos responsáveis pela condução da política econômica governamental e diante de uma queda da arrecadação da arrecadação tributária ocorrida no ano de 2014, o governo precisou rever os rumos de sua política econômica com a adoção de políticas monetária e fiscal restritivas como por exemplo, elevação das taxas de juros e redução dos gastos públicos para garantir um superávit primário e nominal compatíveis com sua determinação de agradar aos de Pindorama e de Além-mar.

Acredito que a adoção de políticas restritivas não sejam a melhor saída para reverter um quadro desagradável, pois, este

tipo de política inibe consumo, investimentos públicos e privados e podem provocar retrocessos não desejados nos níveis de atividade econômica, de geração de emprego e renda, arrecadação governamental e oferta de serviços públicos, de elevação da dívida pública interna, dentre outros fatores, mesmo que haja uma queda no nível geral de preços (inflação); pois é como se para livrar o boi dos carrapatos se matasse o boi!

No terreno da Política Cambial defendo a atitude tomada pelas autoridades de deixar de realizar intervenções e deixando o câmbio ao sabor do mercado (já que em 1999 adotamos no governo FHC o câmbio flutuante) para impedir uma maior desindustrialização da nossa economia, fomentar as nossas exportações e frear a insaciedade importativa de alguns brasileiros que vêm gastando com viagens e compras mais de US\$ 20 bilhões nos últimos dois anos o que certamente contribui significativamente na construção do pequeno déficit apresentado na conta de transações correntes referente ao ano de 2014.

Logicamente que isto também provoca reflexos de alta inflacionária uma vez que importamos matérias-primas, máquinas e equipamentos do setor externo; mas é um risco que temos que incorrer.

No mais, torço para que as medidas tomadas pelo governo não venham a produzir resultados insatisfatórios para a economia e para a sociedade brasileiras, que coloquemos as contas em dia e que os ganhos econômicos e sociais não sejam afetados negativamente.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas



Gustavo Melo compartilhou a foto de Assassinos do Português.

14 h - ②

como assim, a coisa já ta feia e ainda querem piorar? SOS



Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 2 pessoas curtiram isso.



Bruno EMAione Almeida Fernandes Em qual matemática, 5,91 é maior que 6.50? rs

12 h - Curtir - 1



Gustavo Melo Isto é a Globo para passar a ideia de que o que tá feio pode piorar kk

12 h · Curtir · 1



Gustavo Melo Somente meu Amigo **Augusto Dornelas** para explicar este gráfico.

12 h - Descurtir -  1

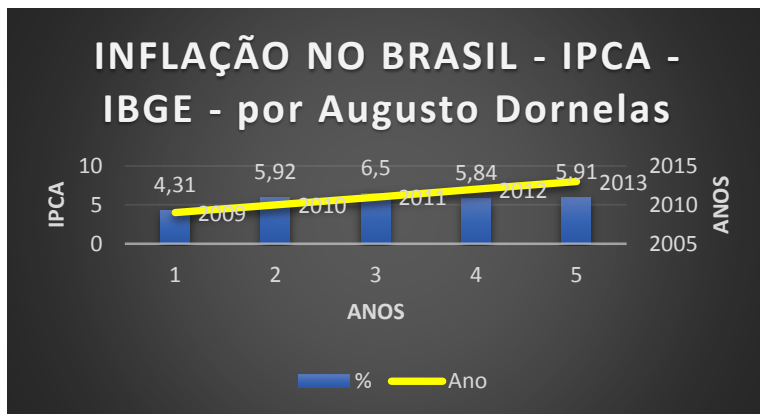
Meus comentários:

Prezado amigo Gustavo Melo, bom dia e obrigado pela
confiança!

Quanto ao gráfico apresentado em sua indagação, ele apenas reflete uma parte da forma como – não somente – as notícias de Economia e finanças são veiculadas pelos diferentes meios de informação no Brasil.

“A coisa...” não está tão “feia” como alguns pintam, sempre com as cores e os comentários do “quanto pior melhor”!

Segue um gráfico de minha autoria que reflete de forma mais adequada o comportamento do índice de preços ao longo dos anos considerados:



O Sistema de Metas de Inflação adotado no Brasil, adotado desde 1999 (através do Decreto nº 3.088 pelo Presidente da República, em 21 de junho de 1999. Em 30 de junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 2.615, tratando da definição do índice de preços de referência e das metas para a inflação) durante o governo de FHC/PSDB prevê um regime monetário no qual o Banco Central (que faz parte do Conselho Monetário Nacional –

CMN) que permite às autoridades monetárias atuar de forma a controlar a inflação efetiva dentro de um intervalo pré-estabelecido e este regime se caracteriza por quatro premissas básicas, sendo elas: básicos:

- 1) Conhecimento público de metas numéricas de médio-prazo para a inflação, que hoje estão no intervalo de 4,5 a 6,5% ao ano;
- 2) Utilização de instrumentos de Política Monetária para garantir a estabilidade do nível geral de preços;
- 3) Estratégia de atuação transparente através da comunicação ao público dos planos, objetivos e razões que justificam as decisões de política monetária;
- 4) Construção de mecanismos que permitam às autoridades monetárias atuarem no sentido de garantir o cumprimento das metas pré-estabelecidas.

A escolha deste regime deveu-se ao fato de – a partir – da década de '80 terem havido a ocorrência de dois relevantes fatores: forte queda da taxa de crescimento da economia brasileira combinado com substanciais elevações da taxa de inflação, ocorrências que se estenderam até a primeira metade dos anos '90 e durante este período proporcionou efetivação de sete planos de estabilização pelos diferentes governos ao longo destes dez anos.

A adoção deste sistema visou permitir a ocorrência não apenas da estabilidade de preços, como garantir as condições necessárias de um crescimento econômico sustentável, evitar a

penalização das camadas mais pobres da população (que são as principais vítimas de altas taxas de inflação), além de permitir uma maior desconcentração de renda.

A meta para a inflação definida como parâmetro foi a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, que é o índice de preços ao consumidor que é a medida mais adequada para mensurar a evolução do poder aquisitivo da população, incluindo em seus cálculos domicílios com renda entre 1 e 40 salários-mínimos.

Os comentaristas de Economia dos diferentes meios sempre procuram executar manipulações da notícia de forma a confundir e até mesmo provocar interpretações errôneas tais como: “a inflação dos últimos 12 meses”, “o governo perdeu as rédeas do controle da inflação”, ..., dentre outros comentários que de certa forma provocam instabilidades no comportamento de agentes econômicos menos desavisados.

Como o gráfico e os dados podem demonstrar, nos últimos 12 anos não houve superação do teto da meta (6,5%aa) e no período referente à notícia a média no período considerado foi de 5,693%aa e se incluirmos o ano de 2014 (IPCA = 6,41%) a média passa para 5,812%aa o que é quase um ponto percentual inferior ao teto.

Não sou adepto a adoção de políticas monetárias e fiscais restritivas (como as que vêm sendo adotadas desde janeiro de 2015) dentro dos números apresentados pela atual conjuntura econômica, uma vez que podem conduzir a

inibições no consumo, no investimento privado e público e consequentemente na arrecadação tributária, no endividamento estatal, na geração de empregos, na condução de políticas sociais de inclusão, dentre tantas outras variáveis de conotação econômica, política e social.

No mais, espero que goste do comentário e deixo-lhe um forte abraço!

Augusto Dornelas

INFOMONEY, 20/04/15

The screenshot shows the top section of the Infomoney website. At the top, there's a row of market indices with their respective logos and values: IBOVESPA (+0,45% 53.140 pts), NASDAQ (+0,84% 5.142 pts), SHANGHAI (+0,46% 3.823 pts), IFIX (+0,14% 1.479 pts), DÓLAR (+0,08% R\$ 3,14), EURO (-0,48% R\$ 3,42), CDI (13,84% a.a.), and FOUFANÇA (0,71% a.m.). To the right is the BlackRock logo with a 'VEJA MAIS' button. Below this is the Infomoney logo with the tagline 'Informação que vale dinheiro'. A search bar contains the text 'Notícias, ações e muito mais'. To the right of the search bar are links to 'Assine a REVISTA InfoMoney', 'Entrar' (Identifique-se), and 'Cadastro' (É fácil, é grátis). At the bottom of the header is a navigation bar with links: últimas, mercados, onde investir, minhas finanças, imóveis, franquias, negócios, carreira, educação, blogs, and a Bloomberg logo.

36. Desemprego teria de subir para inflação convergir para 4,5% - InfoMoney

Leia mais:

http://www.infomoney.com.br/carreira/emprego/noticia/3987593/desemprego-teria-subir-para-inflacao-convergir-para?fb_action_ids=359791934219994&fb_action_types=og.comments

Vejamos as ”belas” constatações que alguns economistas chegaram acerca da inflação no Brasil e sobre quem deve pagar a conta:

- André Perfeito (Economista-chefe da Gradual Investimentos): “ A taxa de desemprego deveria avançar do patamar atual de 5,9% para 7,5% a 8,0% e o salário médio deveria ser reduzido de 3% a 5% para que o IPCA voltasse aos 4,5% ao ano”.
- Alexandre Schwartzman (Economista e sócio da Schwarzman & Associados) Para que a autoridade monetária possa entregar em 2016 uma taxa de inflação

de 4,5% seria necessário que 8,5% da população economicamente ativa ficasse sem emprego no país”.

- Manoel Caparoz (RC Consultores): “ Os programas de transferência de renda (a exemplo do Bolsa Família; observação minha) distribuem 60 milhões de contracheques e isso é renda que entra no mercado e vai direto para o consumo independentemente do mercado de trabalho e para fazer uma blindagem do efeito deste tio de renda no consumo de bens e serviços é preciso que o desemprego cresça (8,0%) e a renda caia”.
- Marcelo Castello Branco (Economista-chefe da Saga Capital): “ A taxa de sacrifício da política monetária restritiva necessária para controlar a inflação e fazê-la recuar para o centro da meta (5,55) seria necessário que a taxa de desemprego atinja o patamar de 8% e que permaneça nesse nível por um tempo considerável. ”
- Fábio Romão (LCA Consultores): “ Os sinais já existentes do enfraquecimento do mercado de trabalho podem contribuir para uma inflação menor em 2016”.
- Rodrigo Soares de Abreu (Caixa Asset Management): “Para que a taxa da inflação de serviços diminua para a faixa de 6% , a taxa de desemprego deveria subir para ao redor de 8,0%”.

Como é fácil notar, dos seis entrevistados, houve uma opinião unânime de quem deve ser penalizada a realizar o sacrifício para que a inflação permaneça entre a base (4,5%)e

o centro da meta (5,5%) é o fator trabalho (emprego) e sua remuneração (o salário).

Trata-se de uma ideia bastante controversa (para não dizer outra coisa!) e que coloca os demais instrumentos de política econômica em último plano.

Defender a redução da demanda agregada via redução do emprego e do salário é o tipo de medida que já foi adotada no país durante as últimas décadas sem surtir o efeito necessário sobre os índices de inflação, tendo sua última versão sido adotada por Pedro Malan durante os governos de FFHHCC, que entregou o IPCA ao presidente Lula na casa dos 12% nos idos de 2002, apesar da adoção de políticas econômicas altamente restritivas.

Numa visão estruturalista pautada na teoria do Desenvolvimento Econômico que estuda modelos de desenvolvimento que proporcionem a elevação do padrão de vida (bem-estar) da sociedade, como resultado de atuação governamental em questões estruturais de longo prazo que garantam a consecução qualitativa e quantitativa de variáveis como crescimento econômico, renda per capita, distribuição de renda, política industrial e evolução tecnológica, dentre outras variáveis macroeconômicas, onde os resultados apresentariam completamente diferentes para o conjunto social e econômico do país.

Se esquecem que os objetivos de Política Econômica podem ser resumidos da seguinte maneira:

1) Crescimento econômico sustentável: elevação do bem-estar e do nível de emprego e produção;

2) Estabilidade do nível geral de preços: controle da inflação dentro de patamares aceitáveis para o conjunto social e econômico do país;

3) Promoção do equilíbrio das contas externas: promover um crescimento de forma equilibrada do balanço de pagamentos, mais significativamente a de transações correntes e a de capitais;

4) Distribuição mais justa e participativa na renda nacional.

Se esquecem também que políticas monetárias geralmente ficam restritas ao curto prazo, no sentido de não interferir negativamente sobre importantes variáveis macroeconômicas (emprego, renda, investimento, poupança, consumo, produto nacional, dentre outras) e que no caso de políticas monetárias restritivas promovem a inibição do consumo e do investimento privados que aliados a uma política fiscal também restritiva (redução dos gastos e do investimento públicos) podem levar o país a mais um período de recessão econômica.

Durante parte dos anos '70, '80 e '90 quando vivíamos delineando nossa política econômica tomando por base o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) – um dos nossos principais credores – onde adotamos políticas fiscal e monetária restritivas para garantir a consecução de superávits fiscais que fizessem jus às nossa obrigações junto aos nossos credores e a adoção deste tipo de política ameaçava de maneira

significativa justamente o bem-estar social, o emprego e o salário; mas, os resultados todos nós conhecemos bem.

Gostaria de ouvir os entrevistados defendendo a adoção de medidas que proporcionassem crescimento e desenvolvimento econômico e que promovessem a evolução econômica e social da nação, coisa que as opiniões unânimes deles não foram evocadas, ficando no terreno relativamente fácil do arrocho político, econômico e social com a população pagando um preço altíssimo pela solução contida nos principais manuais de Economia.

Ao longo dos últimos anos dotamos políticas fiscal e monetária expansionistas que promoveram desoneração fiscal e aumento da liquidez do sistema aliada a uma redução das taxas de juros praticadas no mercado, além de uma política de investimentos estatal como propulsor do investimento privado que nos levou a uma quase situação de pleno emprego, com a geração de mais de 21 milhões de empregos e aumento significativo da produção, do consumo e da demanda agregada.

A proposta dos missivistas é que coloquemos essas importantes conquistas em xeque e voltemos a indesejáveis momentos históricos que vivemos num passado recente.

Poderiam ter proposto, por exemplo, uma redução das margens de lucro dos oligopólios que dominam os diferentes setores da economia brasileira, o que certamente provocaria uma redução nos preços finais dos mais variados bens e serviços disponibilizados no mercado e que incentivaria o

consumo, o investimento e a geração de empregos e da produção no setor privado e que garantiria uma redução nos níveis atuais do IPCA.

Desejo a eles uma releitura do passado e uma maior atenção a outros tipos de políticas econômicas que melhor satisfaçam a consecução dos objetivos de política econômica aventados acima, antes de simplesmente repetir de maneira enfática os receituários monetaristas dos velhos manuais.

Um abraço,

Augusto Dornelas



Diário de Pernambuco

37. Terceirização aprovada na câmara. E agora?

Com 230 votos à favor e 203 contra, o projeto de lei da terceirização foi aprovado de vez na Câmara e segue para o Senado. A emenda votada ontem incluiu a polêmica liberação de contratação de trabalhadores terceirizados também para as atividades principais das empresas. Veja como a lei pode mudar as relações trabalhistas no país.

Esta é a capa do Diário de Pernambuco desta quinta-feira, 23 de abril de 2015.

Meus comentários:

Há mais de uma década existe uma forte tendência à terceirização de atividades por parte das empresas nas principais economias do mundo, mais notadamente nos Estados Unidos, Japão e Europa.

Setores produtivos como limpeza, segurança, transporte de carga e de funcionários, serviços de contabilidade e fiscal, auditoria, fiscalização, departamento pessoal, faturamento, cobrança, marketing e tantos outros que não fazem parte da atividade fim da empresa são repassados para empresas contratadas (terceiros).

A lei permite esse repasse de atividades a empresas terceirizadas na qualidade de prestadores de serviços com objetivos de redução de custos, aumento de eficiência e qualidade relacionados às necessidades empresariais desde que relacionadas às chamadas atividades-meio das organizações.

É ilegal a terceirização ligada diretamente ao produto ou serviço final, ou seja, a atividade-fim. Excetuando-se a atividade-fim, todas as demais podem ser legalmente terceirizadas.

A atividade-fim é a constante no contrato social da empresa, pela qual foi organizada. As demais funções que nada têm em comum com a atividade-fim são caracterizadas como acessórias, ou de suporte à atividade principal, as quais podem ser terceirizadas.

Mas, o que diz a CLT?

No seu art. 581, § 2º dispõe que se entende por *“atividade-fim a que caracterizar a unidade do produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as*

demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional”.

Sendo considerada atividade-fim aquela que consta no contrato social da empresa, motivo pelo qual foi organizada e é objeto de sua existência, sendo vedada qualquer repasse de atividades que estejam diretamente ligadas ao produto ou serviço final para a consecução do qual a empresa foi criada, sendo permitido o repasse para execução de empresas terceirizadas todas as chamadas atividades acessórias que dão suporte à atividade principal da organização.

Isso quer dizer que todas aquelas atividades (meio) acessórias estão em plena disponibilidade relativamente à terceirização por parte da empresa contratante.

É ilegal a terceirização ligada diretamente ao produto ou serviço final, ou seja, a atividade-fim. Excetuando-se a atividade-fim, todas as demais podem ser legalmente terceirizadas.

A atividade-fim é a constante no contrato social da empresa, pela qual foi organizada. As demais funções que nada têm em comum com a atividade-fim são caracterizadas como acessórias, ou de suporte à atividade principal, as quais podem ser terceirizadas.

Mas, quais as reais consequências da adoção que um amplo projeto de terceirização pode trazer para a classe de trabalhadores, tal como propõe o Projeto de Lei 4330/04, que facilita a terceirização de trabalhadores?

Abaixo elenco uma série de pontos que a aprovação irrestrita da proposta de mudança constitucional pode trazer a quem vive de trabalho e salário

- Redução considerável de salários, direitos e benefícios trabalhistas e elevação da quantidade de horas trabalhadas;
- Elevação do número de horas trabalhadas por empregados e redução no volume de empregos.
- Redução substancial no poder de barganha por parte dos trabalhadores no pleiteamento de reajustes reais de salários em resposta a ganhos de produtividade.
- Possibilidade de aumento do número de acidentes no atendimento das exigências por parte da contratante relativamente à contratada.
- Geração de dificuldades no relacionamento relativo a negociações com patrões e perda de capacidade de negociação com entidades classistas (sindicatos).
- Dificuldade de responsabilização de empregadores que desrespeitam direitos trabalhistas devido ao fato da relação entre os trabalhadores terceirizados e a empresa contratante se torna mais distante e difícil porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e ser de difícil comprovação.
- Redução de arrecadação por parte do Estado devido à redução de salário imposta pela terceirização e consequentemente da capacidade do mesmo de atender a contento as diferentes demandas da classe laboral.
- Hoje o mercado formal de trabalho possui cerca de 50 milhões de trabalhadores e desses 12 milhões são terceirizados. Com a adoção do novo projeto estima-se

que os terceirizados chegarão a um número superior a 30 milhões num prazo de até cinco anos.

- Elevação da rotatividade, do desemprego e da jornada média e redução da produtividade e do direito constitucional de greve da força de trabalho.
- Estímulo à criação de empresas para atendimento de apenas um contrato, o que comprometeria ainda mais na redução de direitos trabalhistas para os empregados terceirizados.
- Ocorrência de situações de flagrante desigualdade relativamente a trabalhadores desempenhando funções equivalentes, porém apresentando salários e benefícios distintos, sendo um funcionário da empresa contratante e outro da empresa contratada.

Vejamos um exemplo:

Como exerço minhas funções trabalhistas no ramo educacional, imagine uma escola contratar – além dos profissionais de limpeza, informática e vigilância, por exemplo – todo o seu corpo docente através de um contrato de terceirização entre a escola e uma empresa especializada em alocar profissionais de educação. Em primeiro lugar não haveria garantia alguma acerca do compromisso desse corpo docente – sem coesão com os objetivos da escola – com a realização de esforços e atividades que viessem a colaborar com a construção de educação de qualidade e consequentemente comprometendo a qualidade dos serviços, no caso, educacionais.

Imagine, agora, que antes da terceirização o docente recebia uma remuneração de R\$ 2.000,00 por 200 horas-aulas,

que após a assinatura do contrato de terceirização entre as duas empresas certamente se transformariam em R\$ 1.500,00, devido à inserção dos custos e da margem de lucro da empresa contratada.

Os custos da escola contratante seriam reduzidos uma vez que não teria mais gastos com folha de pagamento, reajustes salariais devido a negociações relativas a acordos coletivos de trabalho, dentre outros.

Os sindicatos perderiam força e poder de barganha devido ao estabelecimento de novas relações de trabalho entre a contratante, a contratada e a força de trabalho terceirizada, como também de redução de receitas devido à diminuição dos salários dos professores.

A Previdência Oficial estaria arrecadando menos contribuições dos trabalhadores devido à redução do salário, mas as demandas relativas a benefícios, seguridade social e saúde continuariam nos mesmos patamares., logo, haveria uma perda dupla para o Estado e para o contribuinte, além do fato que iria afetar de maneira significativa um conjunto de cidadãos que vivem e sobrevivem dos repasses da previdência pública, tais como os aposentados que teriam suas aposentadorias reduzidas devido à queda na arrecadação, a concessão de benefícios especiais – como o LOAS – seria bastante afetada com a redução de receitas, por exemplo.

Os setores econômicos também perderiam, uma vez que com a redução da massa salarial as demandas para os diferentes bens e serviços seriam reduzidas, comprometendo a oferta e a demanda agregadas do sistema econômico, contribuindo para uma relevante redução do emprego, da

renda, da arrecadação tributária, da prestação de serviços por parte do Estado.

Como pode ser notado, neste exemplo fictício, que haveria uma considerável precarização do bem-estar de toda a população, uma redução da capacidade do Estado de prover bens e serviços públicos, numa diminuição de direitos e receitas provenientes do trabalho e do próprio sistema econômico em todas as suas esferas.

A Europa, Estados Unidos e Japão adotaram no passado regimes semelhante de contrato de prestação de serviços trabalhistas e não há registros de ganhos efetivos para o conjunto dos trabalhadores; por outro lado, neste mesmo período houve uma evolução dos lucros das empresas capitalistas e aumento no grau de concentração de renda nestes mesmos países.

Se você é a favor da alteração significativa nas leis trabalhistas através da aprovação da emenda constitucional descrita acima e de todas as consequências que ela pode trazer para o conjunto do tecido social, aplauda sua e defenda sua aplicabilidade.

Caso contrário, atue de forma cidadã para a rejeição da proposta.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

ESTADÃO, ECONOMIA E NEGÓCIOS, 24/04/15



38. Juro do cheque especial chega a 220,4%, maior nível em quase 20 anos

Leia mais acessando

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,juro-do-cheque-especial-chega-a-220-4-maior-nivel-em-quase-20-anos,1675373>

Meus comentários:

Indubitavelmente os patamares das taxas de juros relativos ao crédito em geral estão extremamente acima das reais possibilidades dos tomadores em adquiri-los.

A adoção da atual política monetária que elevou a taxa básica da economia (Selic) para 12,75%aa não justifica as taxas abusivas que estão praticadas pelo mercado, demonstrando o alto grau de oligopolização do sistema bancário demonstrando o alto grau de oligopolização do sistema bancário que é capaz de praticar margens de lucro extraordinárias dos tomadores de crédito.

Segundo a reportagem temos para cada modalidade de financiamento as seguintes taxas:

- Cheque Especial: 220,4%aa ou 10,19%am;
- Cartão de Crédito: 345,8%aa ou 13,26%am;
- Crédito livre para pessoa física: 54,4%aa ou 3,69%am;

- Aquisição de veículos: 2407%aa ou 1,87%am.

Somando-se a estas ocorrências temos as constatações de que a inadimplência ficou estável num patamar de 5,2% que segundo a reportagem é o menor índice desde 2011, além do recuo da inadimplência no crédito livre, para pessoas físicas e jurídicas e na aquisição de veículos.

O volume de crédito hoje gira em torno de R\$ 3,06 trilhões que correspondem a 58,6% do PIB (R\$ 5,22 trilhões em 2014).

Como se pode notar, houve uma estabilidade na inadimplência o que significa que o agente credor irá incorrer em riscos menores; por outro lado temos uma disponibilização farta de crédito que chega a quase 60% do PIB que demonstra uma oferta bastante volumosa de crédito à espera de tomadores.

Nas modalidades instrumentos de captação de recursos – como a Caderneta de Poupança – que envolve alta liquidez e demanda associadas a baixo risco a taxa de rentabilidade beira os 0,5%am; já os instrumentos de aplicação de recursos pelas instituições financeiras – como a aquisição de veículos e o crédito pessoal – que também envolvem baixo risco as taxas são astronômicas. Qual o porquê dessa constatação?

Não é à toa que os três maiores representantes do setor financeiro (BB, Bradesco, Itaú) tiveram lucro líquido em 2014 acima dos R\$ 15 bilhões, fazendo inveja a importante instituições estrangeiras mundo afora.

Todos devem se lembrar que no início de 2009, quando o governo adotou uma política monetária expansionista, agindo na maior disponibilização de crédito a taxas a níveis

muito baixos, o governo precisou de se utilizar de seus operadores de mercado (BB, CEF, BNDES) para forçar a resistência dos grandes bancos em reduzir os custos do crédito.

Por mais significativo que esteja o nível da taxa Selic é plenamente injustificável a adoção por parte do sistema financeiro de taxas de crédito e financiamento tão elevadas, refletindo uma extrema dissociação e descompromisso com a economia do país e com seus cidadãos e um apetite voraz sobre a renda e a economia de seus próprios clientes.

A grande resultante deste tipo de prática pelo sistema financeiro reflete em números preocupantes relativamente à economia como um todo; pois, provoca redução nas vendas e no consumo, na produção, na arrecadação tributária e no volume de emprego, podendo causar um círculo vicioso que por si só é capaz de levar o conjunto de nossa economia a uma situação de recessão pela qual passa a maioria dos países com economia semelhante à nossa.

Espero que com o passar do tempo esta questão se reverta e que o governo abandone a política monetária restritiva que vem adotando e utilizar-se – mais uma vez – das instituições públicas para forçar o sistema financeiro privado a adotar taxas mais compatíveis com as possibilidades e necessidades dos tomadores de recursos.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Folha de São Paulo, 29/05/15



39. Consumo das famílias tem maior queda desde 2008, aponta IBGE

BRUNO VILLAS BÔAS
GUSTAVO PATU

“Um dos motores da economia nos governos Lula, o Consumo das Famílias encolheu 1,5% neste primeiro trimestre, na comparação aos três últimos meses do ano passado, quando havia subido 1,1%.”

Leia mais:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1635292-consumo-das-familias-tem-maior-queda-desde-2008-aponta-ibge.shtml>

Meus comentários:

Diariamente vejo, leio e escuto comentaristas econômicos, telejornais e mídia em geral e repetidamente conceituar o atual momento pelo qual passa a economia brasileira de “crise econômica”, o que é prontamente transmitido por cidadãos desinformados ou mal informados para o máximo de outros cidadãos que o seu convívio social possa atingir.

Não sei se por desconhecimento ou má fé utilizam o termo para retratar quedas momentâneas em variáveis macroeconômicas como o PIB, produção industrial, índice de vendas do varejo, dentre outras.

Comparativamente, o comportamento destas mesmas variáveis brasileiras com as de países do resto do mundo com economias complexas como a nossa, revelam sensíveis vantagens para o desempenho das brasileiras.

Desde a crise econômica construída no fértil solo americano em 2008 que as economias mais atuantes – tanto com relação a suas economias domésticas quanto no comércio internacional vem apresentando resultados nada promissores para o bem-estar econômico e social das nações.

A mídia nacional geralmente utiliza este tipo de noticiário – além de tantos outros - como instrumento de oposição ao governo instalado no Palácio do Planalto sem exercer o papel democrático de bem informar inclusive – ou principalmente – sobre temas financeiros para que contribuam com a construção de cidadão hábeis relativamente ao trato de assuntos relacionados ao mundo das finanças.

Podemos citar diversas concepções sobre a conceituação do termo “crise econômica” que discorreremos a seguir:

A partir da leitura do artigo intitulado **CRISE ECONÔMICA: INTERPRETAÇÕES MARXISTAS** de Paulo Felix Gabardo e do Professor Doutor Francisco Paulo Cipolla da Universidade Federal do Paraná, quatro são as teorias explicativas acerca do tema, sendo elas:

- De subconsumo: tem sua origem em situações de superprodução e ocorre quando a demanda é incapaz de consumir integralmente todos os bens e serviços produzidos pelo sistema, o que acarreta uma derrocada nos preços e induzindo a economia a adentrar em uma

derrocada afetando os diversos mercados componentes do sistema.

- De desproporção: a causa das crises econômicas é a desproporcionalidade na produção de mercadorias entre os setores interdependentes do sistema capitalista que ao acumularem de forma diferenciada provocam a produção de excedentes produtivos que são incapazes de serem absorvidos pelo conjunto da demanda, provocando um excedente de oferta sobre a demanda e consequentemente uma queda acentuada no nível geral de preços, dos lucros, dos níveis de produção e emprego.
- De queda na taxa de lucro: em virtude da diminuição da composição orgânica do capital (fator de trabalho que propicia a ocorrência da mais-valia) e sua substituição por máquinas e equipamentos - que não produzem mais-valia – e gerando um aumento do exército de desempregados que por sua vez reduzem conjuntamente o consumo e consequentemente os preços, a produção, o lucro, o emprego.
- Do estrangulamento do lucro pelos salários: esta teoria se baseia em duas vertentes: a primeira que preconiza que um aumento da força de trabalho que devido a um aumento do volume e da força de trabalho e do acirramento da luta de classes e a outra que defende que devido a uma elevação do processo de acumulação de capital aumenta a demanda por trabalho e consequentemente eleva o salário real.

Já Marx defendia a ideia de que “ *a possibilidade da crise reside na metamorfose da mercadoria, mas sua efetiva realização só se torna latente com a forma capitalista de*

acumulação, cuja aparência é o lucro monetário. Isso porque o processo que define o circuito do capital responde à incentivos diferentes que o da simples obtenção de valores de uso. A figura do capitalista, para Marx, encerra o desejo de acumulação de capital e não de maximização de utilidade. E essa acumulação é submetida a uma taxa usual de lucro que perpetue o incentivo capitalista ao reinvestimento do excedente gerado no processo produtivo e realizado no processo de circulação”.

Outros estudiosos trataram o tema com mais ou menos intensidade de observação; vejamos a posição de alguns deles:

- Malthus: associa desequilíbrios na dinâmica capitalista que acarreta superprodução que, não sendo consumida em sua integralidade pela demanda de mercado acarretaria os movimentos de crise tais como: queda nos preços, produção, lucro, emprego, consumo e consequentemente desencadeando crise econômica.
- Ricardo: elaborou a teoria dos rendimentos decrescentes que associa uma queda no ritmo de produção ao crescimento dos salários reais, provocando redução nos lucros e consequentemente na criação das condições necessária à eclosão de crises.
- Escola Neoclássica: os defensores do “laissez-faire”, sem dar muita ênfase à ocorrência de crises, apenas consideram-nas como reduzidas e normais flutuações em torno de situações de equilíbrio devido a fatores exógenos ao sistema econômico.
- Keynes: atribui a ocorrência de crises como um aspecto intrínseco à dinâmica capitalista, sem apresentar

caráter sistemático e regular, devido à tomada de decisões sob condições de incerteza. Atribui ao governo como agente econômico determinante que através da adoção de ações de políticas econômicas expansionistas estimuladoras da demanda agregada – principalmente sobre o consumo e o investimento - é capaz de equilibrar distorções no sistema.

Podemos também associar situações de ocorrência de crises econômicas a fortes e rápidas perdas de riqueza, de equilíbrio social, de desagregação político institucional em um sistema econômico e estas perdas podem ser sentidas, medidas e avaliadas através do acompanhamento das ocorrências verificadas em importantes variáveis macroeconômicas, tais como: PIB, inflação, consumo das famílias e índice de vendas no varejo em franco declínio, quedas acentuadas nos preços dos ativos, perda substancial nos níveis de produção (recessão) e emprego, déficit público incompatível com a arrecadação tributária, desestabilização da moeda interna, falência do sistema bancário e falta de liquidez no sistema, descrédito internacional e fuga de capitais, ataques especulativos externos, cessação de investimentos produtivos diretos externos, quebras de condições contratuais, dentre outras.

Um olhar mais atento entre as veiculações midiáticas e a análise do comportamento das variáveis acima descritas nos leva à conclusão de que as condições necessárias e suficientes para a tirada de conclusões acerca da existência de crise econômica no atual momento da economia brasileira não se configuram, apesar de parte da imprensa nacional

incansavelmente veicular este tipo de notícia e, conseqüentemente, ser reproduzida por parte da população em função de sua intensiva repetitividade.

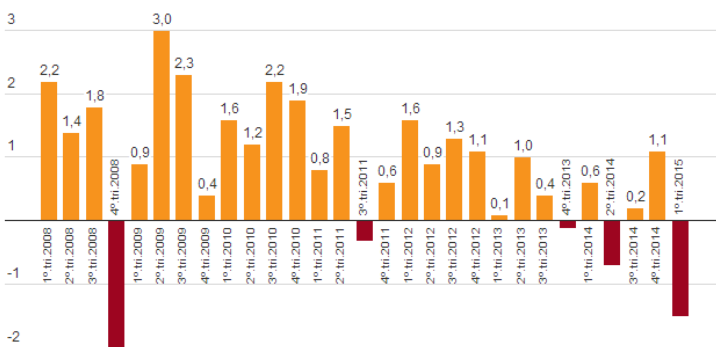
O comportamento da inflação brasileira (medido pelo IPCA que é o índice oficial brasileiro), que exaustivamente veiculado pelos meios de informação, se nos detivermos na análise de seu comportamento podemos verificar que na última década não houve nenhum momento que ultrapassou o teto da meta de inflação (6,5%aa) estipulado pelas autoridades monetárias, embora que reiteradamente essa informação seja dada de forma equivocada, medindo a inflação do ano em curso pelas medidas registradas entre dois meses idênticos de anos diferentes, provocando distorção de análise.

Em um comentário televisivo um economista relacionado ao sistema financeiro indagou que o “problema da perda de controle da inflação” devia-se a dois motivos: o aumento de tarifas da energia elétrica e à depreciação do real (alta do dólar), o que é uma conclusão bastante simplória para explicar sua ocorrência; pois poderíamos citar alguns fatores contributivos para a sua ocorrência, como por exemplo: resultados do aquecimento da economia interna que contribui para o escassez dos recursos produtivos no curso prazo, alto grau de oligopolização da economia brasileira que possibilita a manutenção e até mesmo elevação das taxas de lucros dos oligopolistas a níveis de lucros extraordinários devido à falta de concorrência, encarecimento de matérias-primas importadas e das importações de bens e serviços finais que não produzimos ou que não temos produção suficiente para atendimento da demanda doméstica, inexistência de consumo consciente e criterioso por parte da população que

insistentemente admite desembolsar recursos sem a devida realização de pesquisas ou até mesmo recusa em adquirir determinados bens com substitutos similares; como se vê, existem uma série de variáveis a analisar para buscar explicações sólidas para ocorrência inflacionárias.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Varição comparada com o trimestre anterior, em %



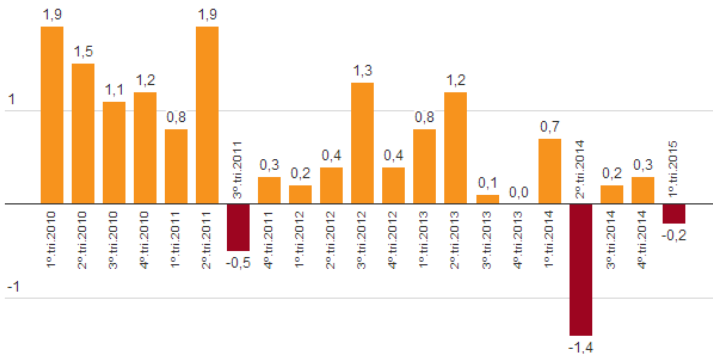
Fonte: IBGE

Confira mais infográficos da Folha

PIB - Crédito: Editoria de Arte/Folhapress

PIB

Evolução do Produto Interno Bruto na comparação com o trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE

Confira mais infográficos da Folha

A simples verificação de importantes variáveis constantes da matéria – PIB e Consumo das Famílias – demonstra que seus comportamentos médios ao longo dos trimestres analisados pela reportagem revelam um comportamento médio do PIB e do consumo das famílias de 0,6% 0,75%, respectivamente, de crescimento; o que à primeira vista podem ser considerados pífios, mas, quando levamos em consideração que o mundo passa por um momento de crise global desde 2008 podemos crer que estamos numa situação confortável comparativamente com outras economias de mesmo porte de complexidade e grandeza.

Certamente que com a continuidade da aplicação de medidas econômicas – mais precisamente fiscal e monetária –

restritivas podem agravar o quadro de perda de capacidade de reação de importantes variáveis macroeconômicas.

Espero que os resultados finais das políticas econômicas traçadas pelas autoridades governamentais suscitem a ocorrências positivas para o país, sua economia e para o conjunto da população, embora que continue acreditando que a adoção de políticas econômicas expansionistas sejam a melhor forma de dar continuidade nos importantes avanços sociais e econômicos que foram evidenciados na última década.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

Revista Exame, 31/05/15, Karla Mamona

ECONOMIA - 31/05/2015 12:25



Rafael Neddermeyer/ Fotos Públicas



Em 2015, foram necessários 151 dias só para pagar impostos

40. Brasileiros trabalharam até domingo para pagar impostos

São Paulo - Os brasileiros trabalham exatamente até 31 de maio somente para pagar impostos, taxas e contribuições para a União, os Estados e os municípios.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), neste ano, 41,37% de todo o rendimento que os brasileiros ganharem, em média, serão destinados para pagar tributos.

Em 2005, o brasileiro destinou 38,35% do seu rendimento para pagar tributos. E foram necessários 140 dias de trabalho para arcar com esses valores. Em 2015, foram necessários 151 dias.

Leia mais:

http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasileiros-trabalharam-ate-hoje-so-para-pagar-impostos?fb_action_ids=372510756281445&fb_action_types=og.comments

Meus comentários:

Fazendo contas simples e contrariando reportagem:

PIB Trimestral 2015 (fonte IBGE) = R\$ 1, 408 trilhão;

Arrecadação Tributária trimestral 2015 (fonte SIAFI) = R\$ 315 bilhões
= R\$ 0,315 trilhão.
Percentual da AT/PIB = $0,315/1,408 = 22,37\%$ do PIB.

As notícias deveriam ser mais bem analisadas e explanadas para não incorrer em erros de interpretação por terceiros!!!

Esclareçamos, agora, alguns aspectos característicos acerca da carga tributária:

Definição: “é a medida do esforço da sociedade para o financiamento das políticas públicas”. De uma forma mais didática podemos conceituá-la como a receita econômica obtida pelo ente estatal sob a forma econômica de tributo e pode ser representada pelo percentual da riqueza produzida pela sociedade em um ano que é arrecadada pelo Estado

Governo Federal, Estados e Municípios) para o financiamento da oferta de bens e serviços públicos (educação, saúde, segurança, energia, rodovias, portos e aeroportos, habitação, financiamento à atividade produtiva, políticas assistenciais, dentre outras) para o conjunto da sociedade e esta relação pode ser descrita como: $CT = (\text{Arrecadação Tributária}/\text{PIB})$.

Em sua distribuição por ente federativo podemos elencar:

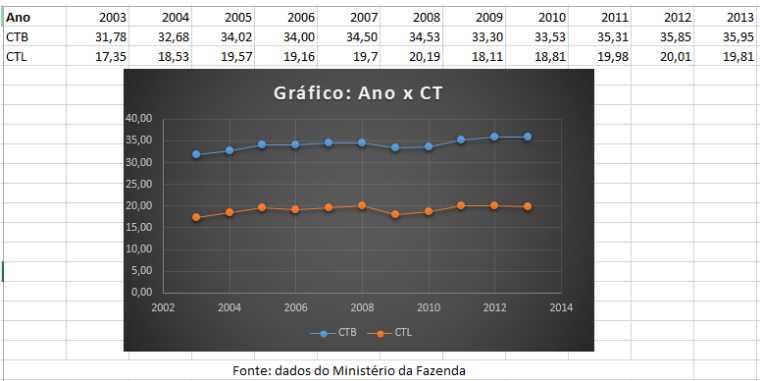
- Governo Federal: Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas (IRPF e IRPJ), COFINS, Contribuições para o FGTS e Previdência Social, Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e demais tributos federais;
- Governos Estaduais: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e demais tributos estaduais;
- Governos municipais: Imposto sobre Serviços (ISS) e demais tributos municipais.

Por exemplo, em 2013, dos 35,95% do PIB que foram arrecadados, a União foi responsável por 68,92%, os Estados por 25,29% e os municípios com os restantes 5,79%.

Devemos salientar que existem os conceitos de Carga Tributária Bruta -que é percentual do total arrecadado – e o de Carga Tributária Líquida que é o resultado da CT diminuída das transferências de assistência social (bolsa família, LOAS), previdência (seguro desemprego, benefícios previdenciários), e subsídios, afetando consideravelmente a renda disponível do

setor privado. Quando computadas as transferências governamentais o percentual realmente arrecadado cai sensivelmente, a exemplo do ano de 2012 no qual a CTB alcançou 35,85% do PIB e a CTL 19,82%.

Vejamos, agora, uma tabela que relaciona as cargas tributárias bruta e líquida entre o período de 10 anos compreendido entre 2003 e 2013:



Devemos também salientar acerca das desonerações tributárias (folha de salários, cesta básica, combustíveis, IPI, álcool, IOF, transportes, dentre outros) praticadas pelo governo federal desde 2009 com o intuito de promover crescimento econômico e promoção social que, em 2013, por exemplo deixou de arrecadar R\$ 77,794 bilhões.

Desonerações, bem como as transferências governamentais relacionadas a previdência e assistência social e subsídios ao setor privado são variáveis que – quando computadas negativamente com relação ao total arrecadado - contribuem para que o percentual da carga tributária líquida

reflita a arrecadação líquida governamental, ou seja, o verdadeiro montante de recursos que o governo tem disponível para manter a máquina pública em funcionamento e parta realizar ações de investimento.

Espero que com estes dados você se sinta mais bem informado (a) e seja mais criterioso (a) com a escolha de suas fontes de informação.

Um abraço,

Augusto Dornelas



[Folha de São Paulo, Izabel Versiani, 26/05/15](#)

41. Gasto brasileiro no exterior cai 30%, e tem menor nível em abril em 5 anos

O gasto de brasileiros com viagens no exterior caiu 30% em abril comparado com o mesmo mês do ano anterior, e chegou a US\$ 1,6 bilhão. Trata-se do menor patamar para o mês em cinco anos.

Quando considerado o intervalo de janeiro a abril comparado com o mesmo período de 2015, esse tipo de despesa teve queda de 16%, para US\$ 6,9 bilhões. Os valores menores vêm em um contexto de alta do dólar —que subiu cerca de 19% do começo do ano até hoje— e queda na renda.

Leia mais:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1633746-deficit-externo-do-pais-recua-124-no-periodo-ate-abril-com-demanda-menor.shtml>

Meus comentários:

A reportagem referente aos gastos de brasileiros no exterior trata de uma queda substancial neste tipo de dispêndio a partir de janeiro de 2015.

Antes de tecermos nossos comentários de maneira mais direcionada para este tipo específico de gastos, vamos antes situar esta modalidade de transação econômica numa grande conta denominada de Balanço de Pagamentos.

O Balanço de Pagamentos representa a contabilização de todas as transações econômicas (bens, serviços e capitais) entre a economia doméstica e o resto do mundo, ou seja, entre o país e todos os outros com os quais mantêm relacionamento econômico.

A metodologia utilizada para esta contabilização ou registro de transações reais e monetárias é realizada através do System of Nations Accounts elaborado pelo Fundo Monetário internacional (FMI) que a partir de 2001 passou a ser referenciado no registro das contas nacionais dos diferentes países que participam do comércio internacional.

No Balanço de Pagamentos estão inclusas as duas principais contas constitutivas nas relações econômicas com o exterior:

a) Transações Correntes e suas subcontas:

- Balança Comercial: registro de bens (mercadorias) entre residentes e não-residentes e onde não são contabilizados pelo sistema FOB (Free on Board) os valores referentes a fretes, taxas portuárias, seguros e corretagem.
- Serviços: são contabilizados os registros referentes a transportes, viagens internacionais, seguros, serviços financeiros, royalties, aluguel de equipamentos, serviços governamentais, de comunicação, de

construção, empresariais, profissionais, recreação, dentre outros

- Rendas: referentes às remunerações ao capital (investimento) e ao trabalho (salários e ordenados).
- Transferências Unilaterais: transações internacionais que não estabelecem uma contrapartida em termos de obrigação, dentre elas podemos citar: doações, donativos, ajudas a calamidades, etc.

b) Capital e Financeira:

- Capital: transferências unilaterais referentes a direitos autorais, patentes, marcas, concessões, etc.
- Financeira: onde são contabilizados os fluxos financeiros ativos e passivos entre o país e o resto do mundo.

c) Erros e Omissões: conta onde são contabilizadas transações internacionais que não foram identificadas (contrabando, por exemplo), devido a erros de mensuração ou deficiências na apuração de resultados tanto de atividades legais quanto ilegais.

O resultado final do Balanço de Pagamentos será obtido através da diferença entre as contas de Capital/Financeira e Transações Correntes, acrescido do saldo de Erros e Omissões.

O início de nosso comentário se referia à queda substancial nos gastos com viagens de brasileiros no exterior da ordem de 30% e esta ocorrência se deve a algumas mudanças ocorridas em variáveis decorrentes ou implicativas do setor externo que iremos comentar a seguir.

As reportagens de caráter econômico-financeiro geralmente nos trazem informações não tão completas, abrangentes e didáticas como deveriam ser destinadas ao público em geral, contrariamente, contemplam sempre noticiários relacionados ao tema “crise” com referência ao atual estado da economia brasileira, quem nem de longe pode ser associado à conjuntura econômica apresentada - por exemplo pela Europa – muito menos ao início dos anos 2000.

No ano de 2002 estávamos em uma situação bastante delicada, exibindo um comportamento não muito positivo e animador de algumas variáveis constitutivas dos ambientes econômico e social: reserva internacionais de US\$ 30 bilhões, inflação oficial acima de 12%, desemprego superior a 20% da PEA (População Economicamente Ativa), taxa básica de nossa economia (Selic) em torno de 23% em termos reais, dentre outras ocorrências.

Neste cenário não era difícil imaginar como se comportavam a conjuntura interna da economia brasileira e seus rebatimentos relativamente ao nosso setor externo e mais precisamente aos gastos das famílias referentes a viagens e compras pessoais internacionais.

Segundo o relatório do IBGE intitulado Sistema de Contas Nacionais - Brasil - 2000/2002 (disponível no endereço:

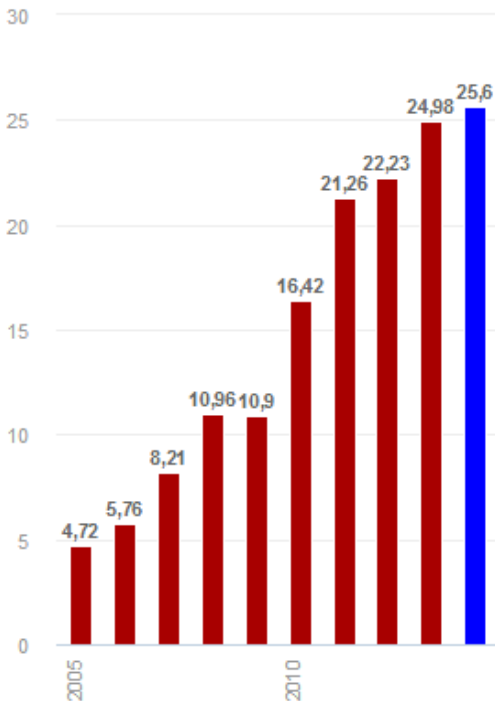
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/09122003contasnacionais.pdf>) é disponibilizado o dado de que “*Nos serviços, os itens viagens e transportes foram os que mais se destacaram, com quedas de US\$ 1,1 bilhão e de US\$ 870 milhões no déficit de suas respectivas contas*”.

A partir de 2003, com mudanças na condução da cadeira presidencial e dos comandos dos postos relacionados às áreas de Economia e Finanças houve também alterações na condução dos instrumentos de Políticas Econômicas que passaram a privilegiar políticas expansionistas, mais propriamente as relacionadas às áreas fiscal e monetária.

Passaram-se os anos e com a melhoria de indicadores sociais e econômicos a conta referente a Viagens – participante do Balanço de Pagamentos - também apresentou um crescimento mais que vertiginoso com relação ao total de gastos de residentes (brasileiros) no exterior, como pode ser verificado através do gráfico abaixo (disponível em; <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/01/gasto-de-brasileiros-exterior-somam-us-25-bilhoes-em-2014-novo-recorde.html>) , onde foi registrado um crescimento no montante desta conta da ordem de 442% no período compreendido entre 2005 e 2014.

GASTOS NO EXTERIOR

Em US\$ bilhões



Fonte: BC

Fonte: Portal G1

Certamente que não se trata de uma quantia desprezível e que também influenciou sobremaneira o resultado final das contas externas referentes ao ano de 2014.

Realmente é uma condição privilegiada dos brasileiros relativamente a gastos no exterior uma vez que saímos de uma situação bastante delicada no final de 2002 e alcançamos gastos médios de cerca de US\$ 15 bilhões ao longo dos últimos dez anos em gastos de viagens, enquanto boa parte do resto do mundo se encontra em pleno processo de recessão econômica, é bastante animador, principalmente quando a imprensa já decretou há algum tempo que o país se encontra em processo de estagnação.

Com a recondução da Presidenta Dilma ao Governo Federal e com a mudança dos ocupantes das pastas econômicas e financeiras também houve uma mudança de postura na condução de uma política econômica restritiva objetivando um ajuste nas contas governamentais e de um controle eficiente dos patamares inflacionários.

Com a ocorrência de mudanças nas esferas de políticas fiscal e monetária o governo tratou de reduzir gastos e investimentos públicos, reduzir drasticamente as desonerações ocorridas em setores dinâmicos de nossa economia,, redução substancial de interferências do Banco Central relativamente ao mercado de câmbio que proporcionou uma desvalorização de nossa moeda da ordem de 50% e uma elevação da alíquota de impostos relativos à área financeira a despeito do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) que tornou compras com cartão de crédito, cheques de viagem e importações e viagens para o exterior.

Essa combinação de instrumentos relativos aos mercados interno e externos contribuíram para que os gastos com viagens apresentassem uma queda substancial em seu volume a partir do primeiro quadrimestre de 2015 (US\$6,877

bolhões) relativamente a 2014 (US\$ 8,187 bilhões) o que reflete uma queda de 16% comparativamente aos dois períodos.

A continuarem as mesmas adoções de política econômica ao longo de 2015 os resultados de viagens internacionais não são nada animadores para a classe média e aproveito para indicar-lhe viagens domésticas, principalmente para o nosso querido, aconchegante, belo e prazeroso nordeste brasileiro.

Relativamente ao comportamento de outras variáveis, confesso que analisando a condução da política econômica os resultados não são nada animadores.

A demanda agregada (= consumo + investimento + gastos governamentais + exportações – importações), é responsável por cerca de 85% do consumo no país – ou seja responde por 85% da oferta agregada – e é bastante sensível à adoção de instrumentos de política econômica restritivos, tais como redução dos gastos e investimentos públicos, des-desoneração de impostos (política fiscal), elevação das taxas de juros, maiores restrições ao crédito, aumento na captação de recursos através elevação da dívida pública (política monetária).

Esta modalidade de política econômica é capaz de inibir variáveis importantes como o consumo das famílias e o investimento privado e tem a capacidade de inibir o consumo e a produção e por rebatimento o emprego e a arrecadação tributária que é capaz de trazer consigo prejuízos incalculáveis ao bem-estar socioeconômico da população.

Quanto à desvalorização do real em níveis substanciais – e nisto as questões são basicamente mercadológicas – há de

continuar havendo um aumento dos custos de produção naqueles produtos oriundos de setores econômicos que necessitam de insumos importados e que terão seus preços finais repassados aos consumidores finais, revelando um quadro de elevação nos índices de inflação, que por sua vez irá penalizar triplamente todo aquele que tem no trabalho a sua principal ou única opção de obtenção de renda.

Tenho visto a defesa de alguns economistas quanto a adotar “um remédio amargo” em 2015 para termos direito ao paraíso em 2016.

Quem viver verá!!!

Um forte abraço e até o próximo comentário.

Augusto Dornelas

Infomoney



42. Como os bancos determinam taxa de juro de um empréstimo?

Veja mais

em: <http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/525726/como-bancos-determinam-taxa-juro-emprestimo>

Meus Comentários:

Antes de conceituarmos a variável taxa de juros acredito ser mais pertinente explicarmos o que vem a ser juro.

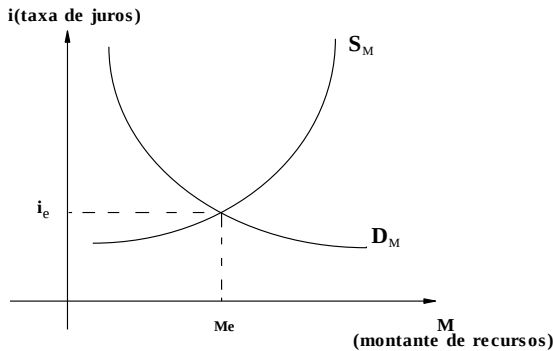
Segundo o dicionário Aurélio, o significado de Juro se remete a *“rendimento de dinheiro empestado, recompensa”*.

De uma forma mais didática e acadêmica podemos conceituar juro como remuneração econômica proporcionada pela aplicação de um capital por certo período de tempo ou remuneração devida pela tomada de recursos a terceiros; podendo também ser conceituado como prêmio auferido pela aplicação de recursos financeiros para o atendimento às demandas ou ofertas de operações de crédito destinadas a atividades produtivas ou à demanda e oferta de serviços financeiros à produção, empréstimo, financiamento ou investimento.

Podemos encará-lo, também, como a diferença entre o valor presente e o valor futuro de um mesmo capital, que fora aplicado ou tomado emprestado em determinada operação financeira envolvendo recursos monetários, ou seja, como a diferença entre o montante e o capital inicial: $J = \text{Valor Futuro} - \text{Valor Presente}$.

Já o termo taxa de Juros pode ser conceituado como um coeficiente monetário que determina a magnitude da remuneração do fator capital, resultante do confronto entre a demanda e a oferta de recursos financeiros, onde os grupos de agentes econômicos (superavitários e deficitários) interagem entre si, propiciando a determinação de um preço de equilíbrio de mercado entre recursos demandados e ofertados no sistema.

Graficamente temos:



Onde i_e e M_e são a taxa de equilíbrio e o montante de recursos de equilíbrio, respectivamente.

O equilíbrio de mercado será determinado por uma taxa de juros acrescida de outras remunerações relativas a impostos (IOF), comissões (flats, taxas de administração), custos da intermediação financeira, margem de lucro e risco de inadimplência. Esta taxa de juros real (i_R) representará o custo real proporcionado pelas inúmeras operações financeiras disponibilizadas pelo sistema de intermediação e pode ser expressa como:

$$i_R = \text{custos} + \text{riscos} + \text{flat} + \text{IOF} + \text{margem de lucro} + \text{riscos}$$

À taxa real ainda pode ser agregada a expectativa de inflação (i_0) por parte das instituições financeiras, o que resultará na determinação da taxa efetiva (i_e) de juro:

$i_e = (1 + i_R) \cdot (1 + i_0)$, conhecida como Equação de Fischer.

Não entendeu bem?

Então vamos contar a estória de uma outra forma!

Na sociedade existe um conjunto de pessoas e empresas, que chamamos de agentes econômicos que tem sobras monetárias, ou cujos gastos são inferiores às suas rendas, a esses agentes econômicos chamamos de superavitários.

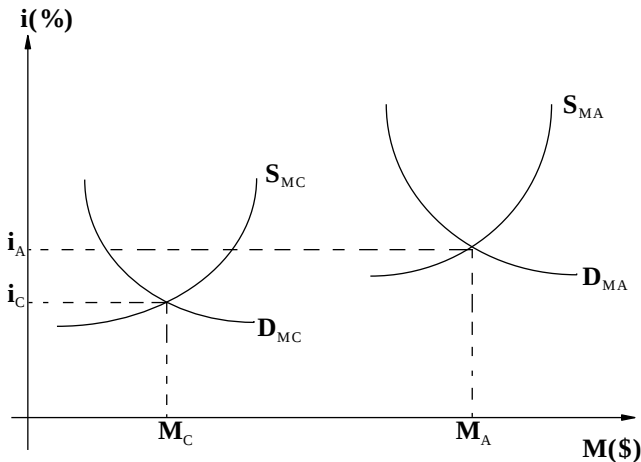
Existe um outro grupo que tem carência monetária, ou sejam aqueles cujos gastos superam suas rendas, a esses chamamos de agentes deficitários.

Quem tem sobras monetárias possui o objetivo de ampliar seu patrimônio e quem possui carência gostaria de obter recursos disponíveis para as suas necessidades de consumo que será viabilizado através de operações de empréstimos e financiamentos e esta intermediação entre agentes econômicos é realizada pelo sistema financeiro, que capta de quem tem sobras e empresta a quem tem carência, executando um processo de canalização de recursos entre agentes econômicos.

A atividade de captação de recursos entre as instituições financeiras bancárias é realizada mediante o pagamento para os agentes superavitários de um prêmio pela disponibilização de recursos pelos bancos, a taxa de juros utilizada na captação de recursos denominamos de custo de captação.

Parte dos recursos captados pelos bancos é direcionado para o mercado financeiro sob as mais diferentes formas de crédito, empréstimo e financiamento para atender a necessidades de consumo, para tanto é utilizada uma taxa de juros de aplicação de recursos e a diferença entre as taxas de juros utilizadas na captação e na aplicação de recursos

chamamos de spread e podemos visualizar através do gráfico a seguir:



Como exemplo podemos citar a taxa de remuneração da poupança que é de 0,5%am para captação e a do Construcard é da ordem de 1,85%am (na aplicação de recursos), podemos dizer que o spread é igual a $1,85\% - 0,5\% = 1,8\%am$.

Vejamos algumas das mais importantes taxas médias de juros pré-fixadas para pessoas físicas e por modalidade presentes no mercado (taxas médias calculadas pelo autor a partir de dados do Banco Central e disponível no endereço:

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txc cred/txjueros/Paginas/default.aspx>):

1. Selic = 13,75%aa
2. Aquisição de veículos (pessoa física) = 28,50%aa

3. Cartão de crédito parcelado = 146,09%aa
4. Cheque especial = 156,55%aa
5. Crédito pessoal consignado INSS = 27,83%aa
6. Crédito pessoal consignado privado = 38,10%aa
7. Crédito pessoal consignado público = 29,21%aa
8. Crédito pessoal não consignado = 175,91%aa
9. Financiamento imobiliário com taxas reguladas = 13,54%aa
10. Financiamento imobiliário com taxas de mercado = 16,029%aa

Embora que a taxa Selic seja considerada a taxa básica da economia e consequentemente se apresente como um custo de oportunidade para operações bancárias executadas pelas instituições financeiras, como vemos, existe uma enorme discrepância entre a taxa básica e a média das demais taxas de crédito pessoal praticadas pelo mercado; não se configurando como justificativa a inadimplência uma vez que nos primeiros cinco meses do ano houve um recuo nos níveis de inadimplência (e, portanto, risco).

Logo, como uma explicação plausível devido a cobrança de taxas extremamente elevadas pelo sistema financeiro dever-se ao alto grau de oligopolização de nosso mercado financeiro, onde três dos maiores bancos detém mais de 75% de todas as operações e consequentemente têm aumentado seu poder de estabelecer as taxas praticadas no mercado uma vez que o nível de concorrência é bastante baixo, pelo menos no que se refere ao número de concorrentes verdadeiramente concorrenciais no mercado.

Só podemos ser e exercer de forma consciente e eficiente as nossas competências e habilidades financeiras se

tivermos conhecimento e capacidade de negociar com os demais agentes presentes no mercado.

Exerça sua cidadania e conte comigo.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Valor Econômico, 26/05/15



43. Dívida Pública cresce em maio e chega a quase R\$ 2,5 trilhões.

Leia mais:

<http://www.valor.com.br/brasil/4104872/divida-publica-federal-cresce-em-maio-e-vai-quase-r-25-trilhoes>

Meus Comentários:

A dívida pública é o somatório de todo o endividamento do Estado nacional, incluindo o governo Federal, os Estados e Municípios e empresas públicas.

A dívida pública pode ser dividida em interna – se configurando naquela que é paga em moeda nacional e a externa que deve ser paga em moeda estrangeira.

O endividamento público reside em três principais origens, a saber:

- Manutenção de gastos com a máquina pública;
- Investimentos públicos;
- Gastos com os serviços da dívida pública (amortização do principal e juros);
- Custos relacionados com a política econômica (fiscal, monetária e cambial).

A partir de 1994, com o real sobrevalorizado o Brasil passa a apresentar acentuados déficits em sua conta de Transações Correntes, mais especificamente a Balança Comercial, pagamento de juros e serviços da dívida externa e remessa de lucros; para tentar equilibrar suas contas o país necessitava captar grandes volumes de capitais externos de curto prazo a taxas de juros bastante elevadas, o que contribuía também para a valorização do real.

Com a intensificação deste processo a dívida pública interna líquida passou de 20,7% do PIB em 1994 para 40% do PIB no final de 1999, estimando-se um total de pagamento de juros no período considerado em mais de R\$ 250 bilhões.

Em seu artigo intitulado “Como a Dívida Interna dobrou durante o Plano Real” (disponível em < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/dividainternafabio.html> >), Fábio Pereira ressalta que *“O crescimento da dívida interna não ocorreu devido ao excesso de gastos com funcionalismo, previdência social ou com outros gastos em educação, saúde etc., como tenta fazer crer o governo FHC e os profetas do neoliberalismo. Na verdade, durante os seis anos do Plano Real o chamado resultado primário - diferença entre receitas e despesas, excluídos os gastos financeiros - foi positivo na média desse período. Ou seja, houve superávit primário, e não déficit.”* O que demonstra a real situação da evolução do endividamento público ao longo da história recente brasileira.

A elevação do endividamento brasileiro vem registrando elevações que – até certo ponto – são normais quando não impactam de maneira intensa a manutenção das atribuições relativas à esfera pública e às suas necessidades de

investimento com objetivo de promover o bem-estar da população.

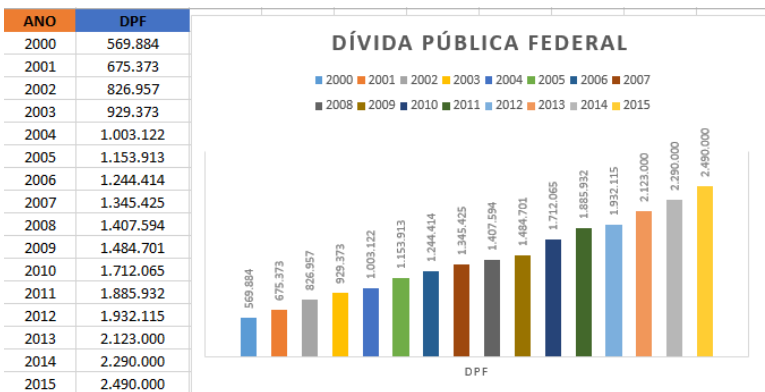
Similarmente podemos utilizar como situação análoga as finanças familiares ou empresariais que, quando não comprometem a condução normal das atribuições familiares ou corporativas no sentido de promover bem-estar – no caso das famílias – e de consolidação da maximização do lucro, para o caso das empresas, o endividamento pode ser encarado de maneira saudável para a consecução de determinados objetivos familiares ou empresariais.

O Estado se enquadra nos mesmos termos, se o endividamento é realizado para promover o bem-estar social e o investimento público para que promova uma maior disponibilização de serviços de infraestrutura pública é mais que salutar se não compromete de maneira significativa a situação financeira das finanças públicas.

Existem importantes sinalizadores quanto à capacidade do Estado de administrar seu endividamento de maneira eficaz e de forma a não comprometer o orçamento e o poder do Estado de promover o bem-estar social; abaixo descreveremos alguns desses pontos.

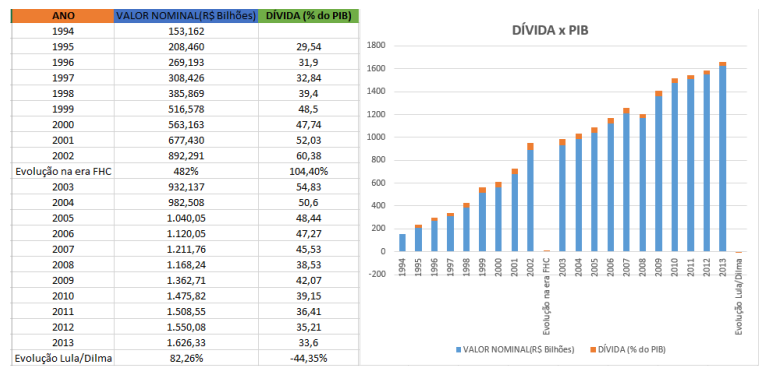
O gráfico/tabela 1, abaixo, que disponibiliza a evolução do endividamento público ao longo dos 16 anos relacionados nos remete a calcular uma taxa de crescimento anual médio de 9,65% da despesa pública, enquanto que a arrecadação tributária e o PIB cresceram às taxas de 11,35%aa e 10,40%aa (em termos nominais) durante o período compreendido entre os anos de 2002 e 2013 (conforme gráficos/tabelas 2 e 3).

Gráfico/tabela 1



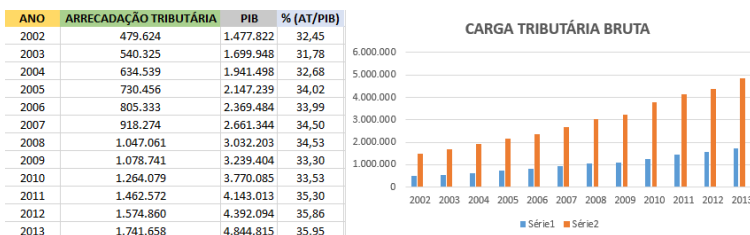
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, em R\$ milhões; construção própria do autor.

Gráfico/tabela 2



Fonte: Fundação Perseu Abramo, Banco Central, Ipeadata; construção própria do autor.

Gráfico/tabela 3



Fonte: Receita Federal do Brasil; construção própria do autor.

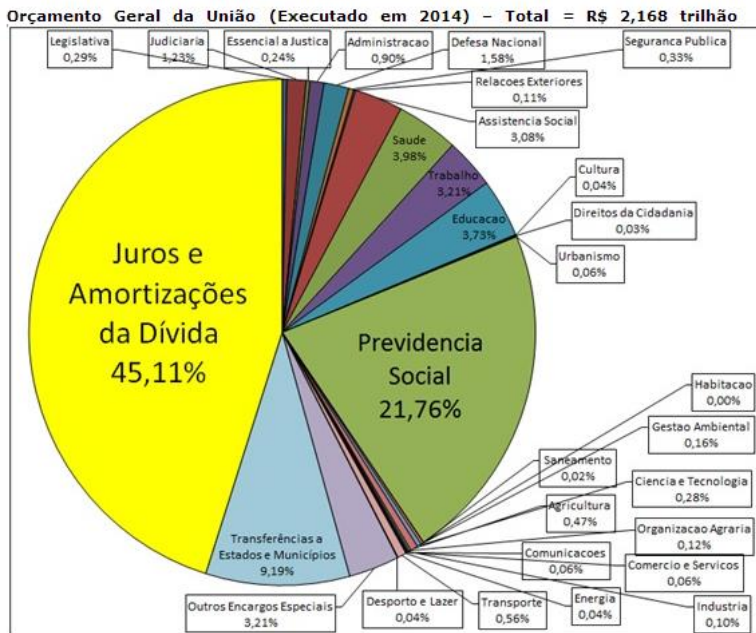
Quanto à participação tributária no PIB a média anual tem girado em torno de 35% em termos brutos e de 20% em termos líquidos ao longo do período considerado.

Certamente que em termos comparativos com o resto do mundo nossa situação é bem mais confortável que a dos demais países, uma vez que temos uma participação percentual da dívida pública no PIB inferior aos 55,00%.

Longe de ser uma situação ideal devemos levar em consideração de como os recursos da dívida são utilizados, quem verdadeiramente se apropria dos mesmos, qual a verdadeira capacidade do Estado em financiar a dívida pública sem comprometer a quantidade e a qualidade dos serviços e investimentos públicos no intuito de elevar o bem-estar social.

A Associação Auditoria Cidadã da Dívida em seu relatório de gastos com a Dívida Pública em 2014, disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> atesta que em 2014 de um total executado do Orçamento Geral da União de R\$ 2,168 trilhão com as mais diversas destinações dos créditos públicos, R\$ 978 bilhões

foram destinados a amortizações e juros da dívida pública o que representou 45,11% do total de gastos, que superaram em 12 vezes o total gasto em educação, duas vezes o de previdência social, 11 vezes o da saúde, 14 vezes o de trabalho, 136 vezes o de segurança pública, dentre outros que superaram qualquer outro gasto realizado pelo governo federal, conforme gráfico 4 a seguir.



Fonte: <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=4434917> Notas: 1) inclui o "refinanciamento" da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. 2) os gastos com juros e amortizações da dívida se referem aos GNDs 2 e 6, e foram desmembrados da Função "Encargos Especiais". 3) as transferências a estados e municípios se referem ao programa 9003 – "Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica", e também foram desmembradas da Função "Encargos Especiais". 4) os demais gastos da função "Encargos Especiais" foram referidos no gráfico como sendo "Outros Encargos Especiais", e representam principalmente despesas com o ressarcimento ao INSS de desonerações tributárias, subsídios à tarifa de energia elétrica, pagamento de precatórios, dentre outras. 5) O gráfico não inclui os "restos a pagar" de 2014, executados em 2015.

A Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, em seu livro intitulado “Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos”, ressalta que um verdadeiro conjunto de engrenagens compostas por “privilégios legais, políticos, econômicos, em conjunto com a grande mídia, sob o domínio do poder financeiro mundial” tem servido para canalizar recursos estatais que ao invés de prover a bases da sociedade de bem-estar, investimentos e serviços públicos tem permitido direcionamento de recursos públicos para o setor financeiro privado.

Os “mecanismos” aos quais se refere a autora podem ser sintetizados em:

- Acumulação crescente da dívida pública (juros, correção monetária e comissões, por exemplo) sem a contrapartida de serviços públicos;
- Constantes refinanciamentos que contribuem para uma aceleração da acumulação da dívida cujos verdadeiros beneficiários são os setores financeiros privados nacional e internacional;
- Esquemas de “salvamentos bancários” que transformam dívidas privadas em públicas a exemplo do PROER que de 1995 a 2000 destinou mais de R\$ 30 bilhões aos bancos brasileiros;
- *“Utilização do endividamento gerado de maneira ilegítima como justificativa para a implementação de medidas macroeconômicas – Planos de Ajuste Fiscal - determinadas pelos organismos internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial), tais como: privatizações, reforma da*

previdência, reforma trabalhista, reforma tributária, medidas de controle inflacionário, liberdade de movimentação de capitais etc. Tais medidas são contrárias aos interesses coletivos e visam retirar recursos públicos para destiná-los ao “Sistema da Dívida”, beneficiando principalmente ao mesmo setor financeiro.”

Como se pode notar, embora a arrecadação tributária possua um volume que certamente poderia prover o tecido social e econômico em todo um conjunto de estruturas e serviços públicos que permitisse a promoção de bem-estar social e econômico isto não é possível devido à própria organização da dívida pública que é orientada no sentido de canalizar recursos para o sistema financeiro privado com amplo e irrestrito apoio dos meios de informação e de quase a totalidade dos congressistas que representam o poder econômico brasileiro em todas as suas esferas.

Cabe aos cidadãos e aos congressistas por eles eleitos um melhor acompanhamento do endividamento público e passarmos a exigir mudanças significativas nas destinações dos recursos públicos, evitando que uma parcela reduzidíssima da população continue a destinar a maior parcela dos recursos públicos a um contingente mínimo da população e das corporações nacionais e estrangeiras.

O conhecimento das constatações acima descritas são mais do que necessárias para a nossa atuação cidadã e para o exercício de uma distribuição democrática dos recursos públicos e espero que tenha contribuído para a elucidação de

importantes conteúdos relativos às áreas de finanças e à economia nacional.

Até o próximo comentário e um abraço,

Augusto Dornelas

UOL ECONOMIA, Sophia Camargo, 01/07/2015



Saiba quanto valem as notas e moedas do real 21 anos depois 10 fotos

Desde que o Plano Real foi lançado, em 1º de julho de 1994, até 1º de julho de 2015, a moeda se desvalorizou 80,1%. Com isso, a nota de R\$ 100, na prática, vale hoje R\$ 19,90, segundo cálculos do matemático financeiro José Dutra Vieira Sobrinho. Clique nas imagens acima e veja quanto valem outras cédulas e moedas de real. Arte/UOL

44. Em 21 anos, real perde poder de compra, e nota de R\$ 100 vale R\$ 19,90

Nesta quarta-feira (1º), o Plano Real completa 21 anos. Segundo o matemático financeiro José Dutra Vieira Sobrinho, a inflação acumulada de 1/7/1994 até 1º/7/2015, medida pelo IPCA, é de 402,4% (considerando um IPCA estimado em 0,7% em junho de 2015).

Em decorrência desse fato, a cédula de R\$ 100 perdeu 80,1% do seu poder de compra desde o dia em que passou a circular.

Apesar de o valor de face da cédula indicar R\$ 100, o poder de compra da nota atualmente é de apenas R\$ 19,90. "O

valor da moeda foi reduzido a um quinto nesses 21 anos", diz Vieira Sobrinho.

Leia mais:

<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/07/01/em-21-anos-real-perde-poder-de-compra-e-nota-de-r-100-vale-agora-r-1990.htm>

Meus comentários:

Muito boa e oportuna a reportagem do site Economia-Uol com o professor José Dutra Vieira Sobrinho, onde – além de outros fatos e abordagem – nos traz um relato desta importante passagem que tivemos de uma situação de hiperinflação para um novo momento de estabilização financeira elaborado e conduzido pelo então Presidente Itamar Franco.

Busquei ser fiel à história, pois, embora que a propaganda massificante atribua a FHC a autoria do Plano Real, o próprio presidente Itamar *“chamou para si a responsabilidade política pela implantação do Real e ressaltou o papel de outros políticos e economistas. O grande ministro do Plano Real chama-se (Rubens) Ricúpero e, em seguida, Ciro Gomes e depois houve Paulo Haddad e Eliseu Resende. O plano não [é só de um ministro e é preciso lembrar que o Plano Real foi assinado pelo Presidente da República, não por uma ordem técnica. A parte política foi garantida pelo presidente da república. ”* (leia reportagem completa acessando:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,itamar-diz-que-psdb-nao-e-o-pai-do-plano-real,396314>).

Bem, retornando ao principal desta reportagem, em seu início se alude que o poder de compra de uma cédula de R\$ 100,00 é de R\$ 19,90 e isto se deve ao fato de diante uma inflação medida pelo IPCA de 402,4% nos 21 anos de sua existência e realizando um cálculo simples $(4,024/5,024)$ obtenhamos uma desvalorização de 0,800955414 que é aproximadamente 80,1% e para os demais valores o procedimento é o mesmo, ou seja: $100 \times (1 - 0,800955414) = 19,90$.

Os principais objetivos do plano foram amplamente alcançados, pois, numa primeira instância permitiu atacar de maneira eficiente a componente inercial da inflação, que se refere à memória inflacionária, onde o patamar da inflação atual tem um componente composto pela inflação passada acrescido da expectativa futura fazendo com que a mesma se mantenha num patamar médio sem apresentar movimento de aceleração. Estes movimentos de reajuste podem se dar de duas formas: i) formal: quando regras legais garantem o reajuste automático de alguns componentes contratuais como aluguéis e mensalidades escolares e ii) informais: quando os agentes econômicos são tomadores de preços, onde uns aumentam porque os outros aumentaram.

Situações como as descritas pelo professor Vieira Sobrinho que relembra que durante o primeiro trimestre de 1990 a inflação acumulada (437,02%) foi superior a de todo o período de existência do plano real (402,4%) e de que *“entre as décadas de 80 e 90, o Brasil viveu uma época de*

hiperinflação. Segundo cálculos do matemático, no período de maio de 89 a abril de 90, a inflação foi de 6.821,3%, o que dá 42,3% ao mês, em média”.

O controle da inflação a níveis baixos e suportáveis beneficia principalmente aqueles que vivem de renda sob a forma de salários e que gasta suas disponibilidades basicamente com consumo, diferentemente das classes mais abastadas que têm como gerar mecanismos de proteção contra a queda do poder aquisitivo da moeda através de aplicações financeiras.

Uma outra vantagem é o aumento substancial da capacidade dos agentes econômicos (indivíduos, famílias, empresas e governo) em poder lidar com previsibilidade através de atitudes normais de planejamento e gestão quanto ao segurança de garantir que ações tomadas no presente propiciem a ocorrência de resultados concretos no futuro, tanto no campo das finanças pessoais, quanto relativamente ao horizonte de planejamento das empresas e do Estado.

Propiciou, também, um processo de estabilização dos preços praticados no mercado, fazendo que a simples previsibilidade de gastos venha a proporcionar que uma importante variável – o consumo – pudesse verdadeiramente assumir seu papel de destaque na demanda agregada nacional, contribuindo para que o consumo interno seja o principal motor da oferta agregada e gerando salários, empregos, produção e renda para o conjunto de agentes econômicos.

Seguramente não existe país que apresente inflação zero e segundo o professor Heron do Carmo (IPEA) "É

natural que se tenha alguma inflação. Uma inflação de 2% a 3% ao ano é saudável porque os preços subindo um pouco ativam a economia." e que a pior coisa que pode acontecer num país é a deflação (queda generalizada de preços). Quando isso acontece, é porque tudo vai mal, há um aumento do desemprego, o salário cai, as pessoas não querem gastar. É muito pior deflação do que inflação."

A reportagem atesta que índice de inflação acima de 10% é danoso para a sociedade o sistema econômico, como atestam os professores Heron do Carmo e Pedro Linhares Rossi, em um outro comentário meu de nº 37 – constante de meu livro “Notícias de Economia e Finanças – Meus Comentários” em que dissertava sobre inflação e aumento da taxa Selic, tratei das abordagens de dois economistas sobre taxas de inflação, que reproduzo agora: “*Segundo estudos desenvolvidos por importantes centros e organizações de pesquisa econômica e consideráveis instituições multilaterais mundiais de que, não existem evidências de que inflação em níveis baixos prejudiquem o equilíbrio da economia; estudos e pesquisas promovidos por instituições como a Universidade de Chicago e o Fundo Monetário Internacional (FMI) atestam que se as taxas de inflação se concentram entre 8 e 10% ao ano, não existem evidências negativas sobre a taxa de crescimento econômico observadas. Robert Barro – importante economista e defensor do livre mercado atesta que inflação moderada entre 10% e 20% tem um efeito negativo baixo sobre a taxa crescimento econômico (Inflation and growth, Review of Federal Reserve Bank of St Louis, 1996, vol. 78, nº 3); já*

Michael Sarel, economista do FMI, a partir de estudos realizados sobre o impacto da inflação sobre variáveis como crescimento, defende que existe um relacionamento positivo entre inflação abaixo de 8% e crescimento econômico (Nom-linear effects of inflation on economic growth, IMF Staff Papers, 1996, vol. 43, março.).”

Embora que não é nada aceitável apresentarmos, como em 1993 um ano antes da adoção do Plano Real, termos convivido com uma inflação anual da ordem de 2.477,15%, com uma taxa média mensal durante o ano de 31,10%am, quando registramos uma inflação medida pelo IPCA de julho de 1994 a maio de 2015 da ordem de 498,86% e uma taxa média mensal de 0,72%am durante o período considerado.

Sem sombra de dúvidas o legado do plano Real foi uma importante conquista para a sociedade e para a economia brasileira, embora que existam outras constatações acerca do comportamento – relativo ao período de 2002 a 2012 - de importantes variáveis econômicas que iremos citar algumas delas (Fonte de dados: BCB):

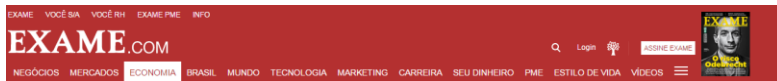
- PIB:
Variação de 95,62%, com uma taxa média de crescimento de 3,2%aa e apresentando em 2014 um total de R\$ 5,521 trilhões.
- Exportações:
Taxa média de crescimento de 416,94%, passando de US\$ 43,5452 bilhões para US\$ 225,1009 bilhões.

- Relação (Balança Comercial/PIB):
Taxa de crescimento de 33,97% durante o período considerado.
- Reservas Internacionais:
Elevação de um patamar de US\$ 38,806 bilhões para US\$ 363,551 bilhões, ostentando uma taxa de crescimento de 836,84%.
- Empregos formais:
Formalização passa de 44,6% para 56,9%;
Volume de empregos formais cresceram 65,7% de 2002 a 2012, passando de 28,6 milhões para 47,4 milhões de trabalhadores;
Renda real do trabalho cresceu 27,1%, passando de R\$ 1.151,00 para R\$ 1.469,00.
- O Brasil ocupava a 10^a posição no ranking das maiores economias mundiais, passando para 12º lugar em 2002 e ocupando a 7ª posição nos dias atuais.
- Mais de 40 milhões de brasileiros entraram para a classe média.
- Forte reconhecimento internacional e mudança radical de postura do país, passando de uma situação de submissão política e econômica para uma situação de ator global.

Logicamente que há muito o que comemorar e o que fazer para que possamos elevar nossa competitividade econômica no mercado externo e interno, além de assegurarmos uma elevação do patamar de bem-estar da população brasileira; defendo a ideia de que a melhor opção de alavancarmos concomitantemente as esferas econômica e social é através de um intenso, universal e qualitativo sistema educacional que venha a contribuir na formação de cidadãos e profissionais aptos e comprometidos com a nação que estamos empenhados em construir.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas



45. Mercado informal movimentou R\$ 826 bilhões em 2014

São Paulo - O mercado informal brasileiro movimentou R\$ 826 bilhões em 2014, o equivalente a 16,1% do Produto Interno Bruto (PIB) - soma dos bens e serviços produzidos no país.

A informalidade na economia é medida pelo Índice de Economia Subterrânea (IES), divulgado hoje (25) pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Considerando a participação do mercado informal em relação ao PIB, o resultado de 2014 representa queda de 0,2%, comparado ao ano anterior. As reduções anuais, nesta década, foram 0,5% em 2013, 0,2% em 2012, 0,8% em 2011 e 0,8% em 2010.

“As medidas tomadas pelo governo para combater a informalidade – como a desoneração de alguns setores da economia e as políticas dirigidas a pequenos empresários –, apesar de efetivas, não são suficientes para refrear a informalidade nesse cenário” destacou a FGV, em nota.

Segundo a pesquisa, para combater a informalidade é necessária maior racionalização do sistema tributário, modernização do sistema de cobrança, aumento do nível educacional da população e redução do índice de desemprego.

Leia mais: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/mercado-informal-movimentou-r-826-bilhoes-em-2014--2>

Meus comentários:

Seu surgimento remonta aos períodos mais difíceis da economia brasileira, mais notadamente a partir do início da década de 80, marcado por período de altas taxas de inflação combinada com processo recessivo e em que houve uma significativa redução do volume de empregos formais e, de certa forma, empurrando esse conjunto de trabalhadores para o exercício de atividades relacionadas à economia informal.

Agora iremos iniciar a nossa conversa conceituando o que vem a ser Economia Informal como sendo o conjunto indivíduos e atividades que se encontram à margem de todas a regulamentações jurídicas e econômicas e não possuem registros ou informações acerca de investimentos, receitas e lucros, mas que participam da população economicamente ativa (PEA) cujas principais características são:

- Normalmente se se organizam sob a forma de empresa familiar;
- Inexistência de registro formal em órgãos de classe econômica com participação da esfera governamental;
- Trabalhadores não possuem registro e sem vínculo empregatício e, portanto, sem encontram alijados de

direitos trabalhistas como: repouso remunerado, horas-extras, férias, 13º salário, FGTS, aposentadoria (seguridade social) dentre outros encargos sociais;

- Não emite notas fiscais onde se configura a venda de um determinado bem ou serviço;
- Não há contribuição e recolhimento de impostos e taxas;
- Redução de salário acompanhada de elevação da quantidade de horas trabalhadas por parte dos trabalhadores.

As principais causas pelas quais são apontados os motivos da existência do mercado informal são:

- Burocracia e custos excessivos na abertura de empresas;
- Altos níveis de impostos;
- Inexistência de tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas relativamente às grandes;
- Desemprego formal;
- Necessidade de sobrevivência;
- Oportunidade de negócio que, de forma empreendedora, procura dar início à abertura de atividade produtiva de forma não convencional;
- Dificuldade de financiamento no mercado financeiro formal.

As principais ocorrências de empreendimentos informais podem ser classificadas em:

- Vendedores ambulantes, feirantes, lavadores de carro;
- Manicures, cabeleireiros, costureiros, diaristas

- Pedreiros, encanadores, eletricitistas;
- Professores particulares, profissionais liberais (advogados, corretores de imóveis)
- Alimentação, confeitaria, salgados e doces;
- Artesanato, bijuterias, móveis.

Elencaremos alguns fatores sobre importantes características do trabalho informal no Brasil, segundo dados do Relatório de Pesquisa sobre o Mercado Informal Brasileiro (2013), desenvolvida pelo CNDL e SPC, (disponível em <[http://www.cdlbh.com.br/portal/2067/Enquetes e Pesquisas /Mercado Informal no Brasil](http://www.cdlbh.com.br/portal/2067/Enquetes_e_Pesquisas/Mercado_Informal_no_Brasil)>):

- Segundo a pesquisa existe praticamente uma divisão do mercado informal entre trabalhadores do sexo masculino e do feminino;
- 88% possuem educação básica incompleta;
- 72% não contribuem para a previdência pública (INSS);
- 78% já ocupou postos de trabalho no mercado formal da economia;
- 39% dos entrevistados atestam que possuem até 5 anos no mercado informal;
- 76% dos consultados atestaram que necessitaram de utilizar-se de capital próprio para abertura do negócio;
- 95% trabalham basicamente com dinheiro em espécie;
- 81% dos participantes não possuem qualquer tipo de gestão financeira do empreendimento.

Abaixo, disponibilizamos gráfico (disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER>]

[358|ABEP2012.pdf](#)) relacionando evolução dos mercados formal e informal entre 1992 e 2009, que demonstra nitidamente um crescimento do mercado formal, enquanto apresenta uma redução da atividade informal no Brasil, mais notadamente nos últimos anos em que apresentou principalmente a partir de 2010 um amplo crescimento do número de postos formais de trabalho, fazendo com que o mercado informal em 2014 apresentasse uma participação percentual de 16,1% do PIB que correspondeu a R\$ 826 bilhões.

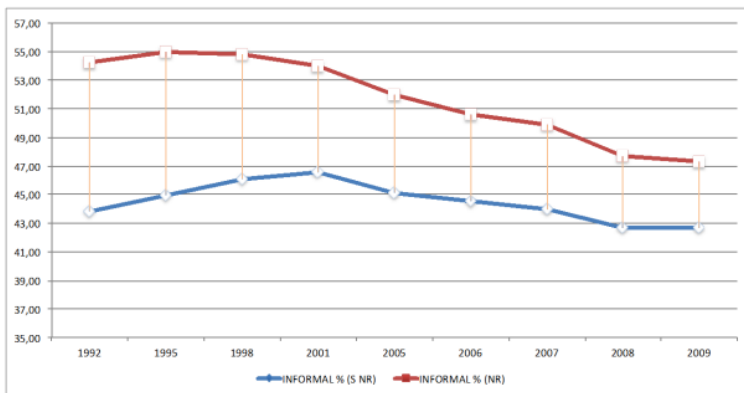


FIGURA 1: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO SETOR INFORMAL – BRASIL – 1992/2009.

FONTE: PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS – PNAD/IBGE

Certamente a existência do mercado informal desestimula a economia formal que gera renda, empregos, garantias trabalhistas, arrecadação de impostos e estimula o comportamento oportunista relativamente a empresas formalmente estabelecidas, diminuindo o potencial de crescimento da economia e consequentemente a redução de recursos governamentais destinados a serviços públicos,

programas sociais e investimentos em infraestrutura para o conjunto da população.

Dá para percebermos que a participação do mercado informal vem perdendo participação no total da economia brasileira, não apenas pela ampliação do volume de empregos formais criados ao longo dos últimos dez anos como também pelos programas governamentais como o MEI (Micro Empreendedor Individual) que possibilitou a formalização dos pequenos empreendedores além de promover mudanças significativas como a inclusão da seguridade social para um contingente expressivo dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Sucesso a todos e um forte abraço,

Augusto Dornelas

Estadão



Aposentado grego se desespera em frente à agência bancária em Atenas

46. Os muitos desastres econômicos da Europa

Paul Krugman, The New York Times

Leia a matéria:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,os-muitos-desastres-economicos-da-europa,1718710>

Meus comentários:

Durante as últimas quase três décadas o vocabulário econômico dos brasileiros foi bastante enriquecido por termos relacionados ao mundo das finanças, dentre eles podemos citar alguns jargões que fizeram parte dos noticiários econômicos e do receituário dos organismos financeiros internacionais (FMI) e nas conversas descompromissadas entre amigos: austeridade, rigidez financeira, medidas drásticas, corte de gastos e aumento de impostos, grau de sacrifício, dentre outras.

Diversas foram as ocorrências de crises financeiras pelas quais passou o nosso continente, dentre elas podemos citar: a do México (1989), a da Ásia (Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong) em 1997, a da Rússia em 1998, a do Brasil em 1999 e em 2001 a da Argentina.

Em todas elas houveram diversas ocorrências em comum, dentre elas podemos citar:

- Pesados déficits fiscais governamentais;
- Alto nível de comprometimento da dívida interna relativamente ao PIB
- Liberalização econômica e financeira;
- Altos níveis de endividamento interno e externo;
- Forte e contínuo processo especulativo;
- Fuga de capitais e forte queda no nível de reservas cambiais e depreciação da taxa de câmbio doméstica;
- Intenso processo de desregulamentações e privatizações;
- Déficits comercial e no Balanço de Pagamento;
- Quedas substanciais nos índices de bolsas de valores e acentuada descapitalização;

- Elevação das taxas de juros;
- Desgaste político e econômico;
- Dentre outras ocorrências.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1944 para socorrer países associados endividados, produzia um verdadeiro receituário para “colaborar” com a solução dos problemas relacionados aos fundamentos macroeconômicos das economias assistidas, dentre elas podemos citar:

- Empréstimo em moeda internacional (dólar) para recomposição de reservas cambiais;
- Política Fiscal restritiva com amplo arrocho em gastos e investimentos públicos, cortes substanciais de gastos em áreas sociais críticas, manutenção de superávit fiscal;
- Política Monetária restritiva: elevação das taxas de juros domésticas, restrições ao crédito;
- Política Cambial: adoção do câmbio flutuante, forte incentivo às exportações, abertura econômica e comercial ao setor externo;

As consequências políticas, sociais e econômicas foram extremamente prejudiciais ao conjunto social e produtivo, levando o conjunto da sociedade a conviver com sérias consequências ao longo do tempo e podemos citar como principais ocorrências:

- Recessão econômica com queda acentuada na produção;

- Elevação substancial das taxas de desemprego e dos salários reais;
- Redução e precarização dos serviços públicos;
- Aumento de impostos com objetivo de compensar a queda na produção de vendas;
- Fuga acentuada de capitais e depreciação da moeda interna;
- Queda nos níveis de demanda agregada;
- Elevação acentuada da dívida pública interna e externa;
- Aumento de impostos
- Fragilização das economias contaminadas.

Como fora dito em uma outra reportagem se tratava de um verdadeiro “austericídio” com fortes e graves consequências para os tecidos social e econômico.

A Grécia e seu povo deram um importante passo para que outras nações passem a não mais adotar políticas econômicas de alta restrição para justificar a adoção de medidas impopulares, impondo pesado grau de sacrifício à população e à classe trabalhadora.

A Grécia deu um importante passo no sentido de não admitir uma “finlandização” de seu país e de outros que se encontram em situação delicada, como a Espanha, Irlanda, Itália e Portugal, forçando as autoridades governamentais e econômica a passarem a adotar medida econômicas de alto níveis de restrição e que geralmente não contribui com a melhoria do comportamento das variáveis econômicas e sociais significativas.

Com a decisão tomada pelo plebiscito grego, agora é avaliar as consequências tomadas de decisão que se farão necessárias para colaborar na recondução da nação grega a patamares econômicos e sociais e econômicos compatíveis com suas necessidades.

Brilhante o texto comentado pelo economista Paul Krugman, que traz de forma bastante didática o tema em questão, além de ir em sentido contrário ao que chamou de “publicidade ruim por parte de jornalistas”, que agem de forma desinformativa para com a população, demonstrando nitidamente uma tentativa de defesa dos interesses dos grupos econômicos aos quais se encontram associados.

Parabéns à Grécia e ao povo grego, sua atitude abre um importante precedente para países em situação similar negociarem junto a instituições credoras internacionais sem mais condenar as populações às arbitrariedades cometidas em nome dos desejos privados do mercado e da banca financeira.

Um abraço,

Augusto Dornelas

ESTADÃO, 09/07/15



Idiana Tomazelli – O Estado de São Paulo

47. Desempregados já somam 8,2 milhões e brasileiros buscam ‘plano B’

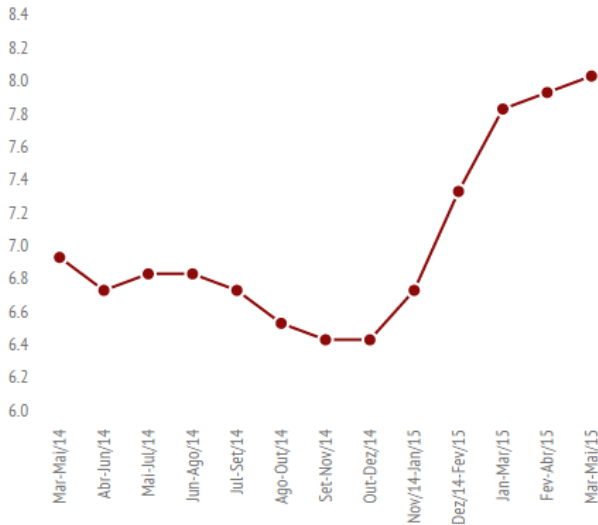
Cresce o número de trabalhadores por conta própria, enquanto o trabalho com carteira assinada recua.

RIO - A desaceleração no mercado do trabalho tem levado alguns brasileiros a buscar outras saídas que não seja sair por aí distribuindo currículos. Com isso, o número de trabalhadores por conta própria e também de empregadores tem aumentado de forma significativa no último ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Leia mais:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-desempregados-chega-a-8-2-milhoes-e-brasileiros-buscam-plano-b,1722233>

Desemprego aumenta



Fonte: Estadão

Meus comentários:

Segundo Marx, o desemprego é algo inerente ao processo de acumulação capitalista e tem por funções primordiais a manutenção de um exército regular de mão-de-obra que tem por finalidade a regulação dos salários que conjuntamente com a inovação e o investimento e o aumento da produtividade garantem uma elevação da taxa de acumulação do lucro e consequentemente da parte da riqueza apropriada pelo capitalista.

Na formulação da teoria econômica de Keynes defende o aumento do investimento do Estado de forma a incentivar

o investimento privado e com ele uma elevação da produção e do consumo e proporcionando a geração de renda (salários, juros, lucros, aluguéis) que estimularão a geração de emprego que por sua vez realimentará o círculo virtuoso no sistema econômico e reduzindo os níveis de desemprego.

Vê-se que o problema do desemprego não é um fenômeno meramente casual ou momentâneo relativamente à conjuntura econômica que se apresenta num determinado momento no tempo e sim uma ocorrência inerente ao processo de produção capitalista que – para garantir a consolidação da taxa de acumulação concretizada pelo lucro – necessita da manutenção de dos valores dos salários dentro de patamares ótimos que não venham a comprometer uma elevação dos lucros devido ao aumentos dos custos representados pelas remunerações relacionadas ao fator trabalho.

Anualmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) publica anualmente o relatório Tendências Mundiais de Emprego que em sua versão de 2014 atesta o fraco crescimento do volume de empregos a nível mundial que continua fraco, contribuindo para um aumento do número de desempregados, principalmente com relação ao segmento de jovens entre 15 e 24 anos que hoje já representam 74,5 milhões de indivíduos que é quase três vezes o número de adultos desempregados, mesmo em regiões com elevado nível educacional.

Ainda segundo o relatório, o número de pessoas sem trabalho no mundo conta hoje com um total de 201 milhões de trabalhadores com expectativa de chegar a um total de 211 milhões até 2018.

Desde a crise desencadeada em 2008 sob o patrocínio dos Estados Unidos, 61 milhões de empregos foram eliminados e estima-se que para os próximos cinco anos seriam necessários 280 milhões de postos até 2019, levando em consideração as perdas proporcionadas pela crise em adição às pessoas que estarão entrando no mercado de trabalho no período.

Embora que algumas economias venham apresentando ligeiras melhoras (porém nada de tão significativo), como os EUA e Japão, estima-se que o total de trabalhadores empregados no mundo (dados de 2014) seja de 1,44 bilhão de pessoas e que 45% do emprego no mundo é conceituado como vulnerável, que apresentam condições precárias de trabalho e sem proteção social (previdência pública, por exemplo).

O aumento do desemprego no mundo é reflexo das políticas implementadas nos setores público e privado nos mais diferentes países no mundo, o que demonstra uma certa tendência média de girar em torno dos 6% (5,5% - 2007, 6% - 2013, 5,9% - 2014 e 5,9% até 2017), o que não difere em muito da média brasileira nos últimos anos que apresentou média de – também – 6% ao longo dos últimos anos, com a vantagem – registradas pela ONU – de que os programas sociais desenvolvidos no Brasil, na Argentina e no Uruguai apresentaram resultados significativos na redução da pobreza em função das políticas públicas adotadas pelos países.

A OIT também aponta como principais influências para a continuidade dos desequilíbrios pós-crise de 2008:

- Índices de crescimento da economia mundial são inferiores aos alcançados antes da crise;

- A principal causa que desencadeou a crise (o setor financeiro) não foi enfrentada como devido, o que pode contribuir para sua perpetuação e até mesmo agravamento da conjuntura econômica mundial;
- Houveram poucas ações de enfrentamento às formas vulneráveis de trabalho.

Para contribuir na redução do nível de desemprego e em certos casos a precarização das condições de trabalho a OIT sugere:

- Fomento à demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo, exportações) como fator primordial para incentivar uma elevação da oferta agregada que proporcionará aumentos na produção, no emprego, na arrecadação do Estado, na disponibilização de serviços públicos e o investimento governamental;
- Elevar a disponibilização de crédito a nível pessoal e para pequenas e médias empresas que são os verdadeiros geradores de postos de trabalho;
- Enfrentamento público, social e empresarial ao elevado nível de desemprego de jovens, mulheres e de longa duração;
- Contribuir para um aumento da qualificação e da qualidade do emprego.

Ao longo dos anos o mundo apresentou um verdadeiro deslocamento produtivo do centro para a periferia, onde as maiores economias do planeta passaram a desenvolver com maior intensidade o setor de serviços e de alta tecnologia e isto

provocou uma redução significativa do volume de empregos na Europa e Estados Unidos, o que provocou um processo de desindustrialização nestas regiões e contribuiu para que 90% dos empregos criados fosse em países emergentes e em desenvolvimento, o que também levou a constatar que entre 2008 e 2011 enquanto a renda per capita dos e desenvolvimento aumentou em média 3,3%, nas economias desenvolvidas houve uma elevação de 1,8% no mesmo período.

No Brasil, através de dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - 2013), no Brasil além do desemprego funcional do sistema econômico capitalista ainda existe uma parcela da população entre 15 e 29 anos, que representa cerca de 20% da população nesta faixa etária – denominada de geração “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) que além da falta de engajamento em ações relativas à aprendizagem e ao trabalho são os mais insatisfeitos com a sociedade e proporcionam uma maior preocupação dos formuladores de políticas públicas.

No tocante ao caso brasileiro, que nos últimos dez anos apresentou um aquecimento econômico e do crescimento do número de empregos gerados – apesar da crise externa – e da demanda agregada como consequência da adoção de políticas econômicas expansionistas, na atualidade houve uma mudança radical por parte do governo que passou a adotar políticas fiscais e monetárias altamente restritivas como ação de combate à inflação.

Até o início do mês de junho a política econômica adotada não surtiu os efeitos esperados, contribuindo para uma elevação das taxas de juros e de uma redução drástica dos

gastos e investimentos públicos o que verdadeiramente tem contribuído para uma redução da produção, do consumo e do emprego, além de contribuir com uma queda na arrecadação tributária do Estado e comprometendo a consecução de importantes investimentos públicos necessários à nação como um todo.

Sinceramente espero e desejo que a equipe econômica mude radicalmente de rumo, ao menos que deseje que os dados de 2016 apresentem resultados piores que os de 2015 apesar da alegria dos especuladores, da oposição e de parte significativa da mídia.

Espero que tenha contribuído para informar-lhes melhor sobre este tema tão sensível e que afeta tão diretamente a vida de milhões de pessoas e de suas famílias.

Deixo-lhe um forte abraço e até o próximo!

Augusto Dornelas

El País



[CRISE ECONÔMICA NO BRASIL »](#)

48. Brasileiro troca marca de produtos para tentar escapar de alta nos preços

Alimentos, roupas e produtos de limpeza de marcas próprias ganham maior espaço. Mudança pode gerar economia de 30%

Com a [forte disparada dos preços](#), os brasileiros vêm trocando marcas tradicionais por marcas próprias de grandes varejistas na hora de fazer as compras. Essa mudança pode acarretar em uma economia de até 30% e acaba aliviando um pouco o bolso dos consumidores que já sentem seu poder de compra reduzido nos últimos meses.

Desde o ano passado, alimentos, roupas e produtos de limpeza de marcas próprias de grandes redes de supermercados foram ganhando espaço na casa da cabeleireira Eliane Helena Silva, de 52 anos. [Diante da inflação alta, estimada em 8,26% para o fim do ano](#), ela resolveu mudar seus hábitos de consumo.

Leia mais:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/politica/1432928284_464019.html



Brasileiros apostam em marcas próprias para driblar alta de preços. / MARCELO CAMARGO (ARQUIVO ABR)

Meus Comentários:

Em nossas abordagens na disciplina de Economia, mais precisamente a Microeconomia, um dos tópicos de real interesse é ao que se refere à função de demanda e as variáveis que exercem influência sobre a quantidade demandada, dentre elas podemos citar:

- Preço do próprio bem;
- Preços dos bens substitutos;
- Preço dos bens complementares;
- Gostos e preferências;
- Renda do consumidor;
- Número de consumidores, dentre outras.

Os chamados bens substitutos, de uma forma geral, são aqueles que cumprem funções semelhantes no tocante ao consumo ou utilidade e se utilizarmos o conceito formal podemos dizer que ***“dois bens A e B são ditos substitutos se ao elevarmos o preço de B – coeteris paribus = tudo o mais constante – a quantidade demandada do bem A será aumentada”***.

Quando nos referimos à hipótese ***Coeteris Paribus*** estávamos dizendo que as demais variáveis implicativas da demanda não sofreram qualquer alteração e que a renda do consumidor continua a mesma, juntamente com o preço do bem “A” e fazendo variar apenas o preço do bem “B”, o que provocaria um aumento na quantidade demandada do bem “A” (no caso de bens normais).

Como exemplo podemos citar:

- Combustíveis: álcool e gasolina: diferença ideal de preço de 30%
- Bebidas: suco e guaraná Antarctica: diferença básica de preço da ordem de 30%;
- Remédios: de marca representada pela pomada Profenid gel – Laboratório Sanofi Aventis - e o genérico Cetoprofeno do Laboratório Teuto cuja diferença de preço fica em torno de 130%;
- Sabões em pó: Bem Te Vi e Omo com diferença percentual de preço em torno de 100%;
- Creme dental: os preços praticados pela Colgate e pelo fabricante Even chegam a apresentar uma diferença percentual da ordem de 300%.

- Bacon e embutidos: as diferenças entre os preços praticados pela Sadia e pelo Frigorífico Aurora são cerca de 25% maiores para os primeiros.
- Desinfetantes de 2 litros: os preços variam acima de 100% dependendo da marca e questão;
- TV's de plasma ou led que dependendo da marca os preços podem variar até 40 ou 50%;
- Carnes de boi, frango e peixe que dependendo do período de safra pode apresentar variações de preços consideráveis;
- Manteiga e margarina cuja diferença de preço pode chegar entre 30 e 50%;
- Crédito em geral: empréstimos e financiamentos tem seus custos bastantes diferenciados dependendo das modalidades oferecidas pelos agentes financeiros;
- Dentre outros.

A reportagem trata de aumento de preços devido à inflação e de bens substitutos, o que tem provocado mudanças no comportamento relativo a compras dos consumidores numa tentativa de adequar suas disponibilidades (representadas por sua renda ou salário) a uma cesta de consumo que pratica periodicamente.

Indubitavelmente o cenário econômico apresenta problemas inflacionários em que – ao contrário do que “insinua” a mídia – a culpa não é do governo, pois, pelo fato de nosso sistema econômico estar caracterizado pela presença de oligopólios (poucos produtores que têm o poder de arbitrar preços com altas margens de lucro relativamente aos custos) os preços praticados são reajustados periodicamente, o que

contribui para a alta dos preços (vide reportagem da revista Carta de Campinas que atesta que 70% dos produtos disponíveis nos supermercados são produzidos por oligopólios) e consequentemente impactam de maneira negativa a renda real dos salários e o volume de compras habituais das famílias.

Devemos levar também em consideração que no atual momento o grau de endividamento das famílias é bastante alto e já se encontra perto dos 50% que combinado com taxas de juros de mercado extremamente elevadas fatalmente provoca um impacto negativo sobre o volume de consumo e vendas na atividade de varejo em geral.

Infelizmente o comportamento normal do público consumidor é só atentar para a similaridade dos produtos e as variações apresentadas pelos preços em momentos de crise e endividamento elevado e seu poder de compra sofre reduções significativas, quando o correto deveria sempre procurar exercer de maneira eficaz um comportamento de consumidor como agente econômico racional, que realmente busca maximizar a utilidade dos mais variados bens e serviços.

Portanto, prudência e racionalidade em ações de consumo, empréstimos e financiamentos são ingredientes essenciais para exercermos nosso equilíbrio financeiro e podermos proporcionar a nós mesmos e nossas famílias um bem-estar compatível com nossa renda e nossas necessidades.

Um forte abraço e “olho vivo”!!!

Augusto Dornelas

REUTERS BRASIL



49. Arrecadação federal tem pior junho desde 2010 e recua 3% no 1º semestre

Quarta-feira, 15 de julho de 2015

Por Marcela Ayres

BRASÍLIA (Reuters) - O governo federal arrecadou 97,09 bilhões de reais em impostos e contribuições em junho, queda real de 2,44 por cento sobre igual período do ano passado e no pior resultado para o mês desde 2010, impactado pela fraqueza da atividade econômica.

Com isso, no acumulado do primeiro semestre a arrecadação somou 607,21 bilhões de reais, recuo de 2,87 por cento em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, sobre igual etapa do ano passado, de acordo com dados divulgados pela Receita Federal nesta quarta-feira.

Leia mais:

<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCNOPP2E620150715>

Meus comentários:

Desde o início do ano de 2015, quando do anúncio por parte da equipe econômica do governo das medidas de caráter econômico que iriam permear o noticiário econômico durante o primeiro ano do segundo mandato da presidenta Dilma, nossos comentários já davam conta de um ano bastante sombrio quanto ao desempenho de variáveis econômicas significativas durante este primeiro semestre do ano.

Em termos de resultados positivos podemos enumerar o crescimento sobre as vendas do varejo, PIB agropecuário, dívida pública e das exportações; já no quesito negativo obtivemos resultados expressivos de importantes variáveis de conjuntura, tais como PIB, inflação, PIB industrial, consumo das famílias, Formação Bruta de Capital Fixo, construção civil, emprego, importações, construção civil, investimento públicos e privado, etc.

Diferentemente de outros comentaristas de economia, que normalmente exibem este tipo de notícia e de resultado demonstrando profunda alegria em ver os maus desempenhos aflorarem, vejo com apreensão os saldos negativos que o país ostentou ao longo deste primeiro semestre de 2015.

Logicamente que estes resultados não são frutos e obras do acaso e sim ocorrências provenientes da orientação em termos de política econômica adotada desde o início de 2015 por parte das autoridades econômicas.

Medidas econômicas de caráter eminentemente monetarista normalmente devem ser utilizadas em casos de desequilíbrios macroeconômicos e no curto prazo como é o caso de impedir a aceleração do nível geral de preços quando

o componente monetário é o principal agente acelerador da inflação.

No caso da política econômica, mais notadamente a monetária e a fiscal, adotada ao longo de 2015 era mais que previsível que o comportamento das principais variáveis macroeconômicas iria trazer resultados insatisfatórios tanto para o governo como para o sistema econômico e a população como um todo, além do que os instrumentos de política econômica adotados quanto a frear os índices de inflação foram inócuos por uma série de motivos que abordamos anteriormente em outros comentários.

De um lado, em termos de política fiscal restritiva, o governo tratou de reduzir de maneira significativa os gastos e o investimento público, que desempenham papel importante na composição da demanda agregada, conjuntamente as autoridades monetárias – acompanhando as ações de caráter restritivo da política fiscal – adotaram instrumentos de política monetária (taxa de juros, crédito disponível, por exemplo) de alto teor restritivo que de forma combinada trataram de ditar o comportamento de importantes variáveis econômicas que tem nos levado a traçarmos um ambiente recessivo para o ano corrente e quem sabe o vindouro e o pior é que não houve um recrudescimento dos níveis de inflação mensal como desejavam as autoridades monetárias.

No caso de aplicação de política monetária com câmbio flexível, existe um impacto econômico sobre a taxa de câmbio, como no caso da taxa de juros básica de nossa economia (Selic) que foi elevada de 11,75% em janeiro para 13,75% e o mercado de câmbio tratou de ajustá-la de US\$ 1 = R\$ 2,70 para US\$ 1 = R\$ 3,10 apresentando uma variação de

aproximadamente 15%, o que demonstra uma atitude por parte do mercado e dos especuladores em geral de atração de capitais especulativos internos e externos que contribui para uma apreciação da moeda externa – no caso o dólar americano – e uma depreciação da moeda doméstica, nosso real.

Esta depreciação do câmbio pode nos trazer resultados positivos quanto a um barateamento dos preços relativos de nossas exportações, o que culminou com uma elevação substancial dos resultados de nossa conta de vendas ao setor externo e ao mesmo tempo encarecendo nossas importações inclusive de bens intermediários (matérias-primas) e bens finais que não produzimos ou produzimos em volume menor que as nossas necessidades de consumo e o resultado disso aparece sob a forma de elevação da inflação.

Um outro fator agravante do tipo de política adotada temos o agravante de termos constatado o crescimento do endividamento público que foi demonstrado pela elevação da dívida interna brasileira.

Como resultado também devemos salientar que ficará extremamente mais difícil a manutenção do tão sonhado superávit primário para garantirmos o “sagrado” pagamento dos serviços da dívida pública aos credores internos e externos.

Acredito ainda dar tempo para uma mudança significativa na condução de uma política econômica de caráter significativamente expansionista, onde possamos everter os resultados desanimadores do primeiro semestre de 2015 e podermos finalizar o ano pelo menos com o crescimento mínimo que obtivemos em 2014 que certamente é extremamente melhor do que as previsões negativas que se insinuam para o segundo semestre do ano.

Não tenho a menor confiança comum de alguns economistas representantes de corporações financeiras de que este tipo de sacrifício é necessário para garantirmos um ano de ajustes das contas públicas com vistas a um 2016 sob “céu de brigadeiro”.

Me pergunto: ajuste para quê e para quem?

Para garantirmos a consecução de um superávit numa magnitude que garanta as remunerações dos especuladores da dívida pública quanto ao serviço e amortização da mesma, em detrimento de uma imensa maioria que trabalha, empreende e produz?

Embora que não tenha a mínima crença de que – mantidas os atuais modelos de formulação de política econômica acredite ser bastante difícil conseguir a consecução do tão sonhado superávit primário por parte do governo em 2015.

Pois bem, esperamos uma mudança urgente de postura quanto aos instrumentos de política econômica expansionista que temos como implementar ou simplesmente ficarmos tacitamente acompanhando a derrocada de nossa economia e de nosso tecido social.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

Bom Dia Brasil – Globo, Edição do dia 12/08/2015

50. Brasil tem nota de crédito rebaixada por agência de classificação de risco

Na avaliação da Moody's, país desce um degrau na nota, a um passo de perder grau de investimento. Agência atribui nota do país perspectiva estável.

Uma das principais agências de classificação de risco internacionais rebaixou a nota do Brasil. Mesmo assim, conseguimos manter o selo de bom pagador, que mostra que o país é capaz de pagar as suas dívidas.

Na avaliação da agência de classificação de risco Moody's, o país desceu um degrau na sua nota, a um passo de perder o grau de investimento. O Brasil tinha a nota Baa2 e agora tem a nota Baa3. No limite para o grau de especulação. Ainda mantém o grau de investimento

Assista e leia a reportagem:

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/08/brasil-tem-nota-de-credito-rebaixada-por-agencia-de-classificacao-de-risco.html>

Meus comentários:

O sistema bancário se utiliza de uma classificação denominada de ***credit score*** para avaliar o grau de risco apresentado por seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Esse recurso se configura em um cálculo estatístico que propicia a consumidores e empresas a efetuarem negócios financeiros com maior agilidade, segurança e menores custos, identificando o risco representado pela probabilidade de inadimplência de acordo com a análise de algumas variáveis de características qualitativas e quantitativas, tais como idade e rendimentos, constantes em bancos de dados mantidos por credores.

Como se pode notar, é uma forma de garantir fluidez e segurança aos negócios financeiros entre instituições e clientes, proporcionando eficiência e segurança aos sistemas financeiro e econômico e ao mesmo tempo reduzindo a ocorrência de riscos e consequentemente custos relativamente a ambas as partes.

O ***Risco País*** é conceituado como “***um índice denominado Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) e mede o grau de "perigo" que um país representa para o investidor***

estrangeiro(http://www.portalbrasil.net/economia_riscopais.htm) e se configura em um indicador que mensura o grau de instabilidade econômica de diferentes países, tais como Brasil, Argentina, México, Rússia, Bulgária, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia, África do Sul, Malásia dentre outros.

O índice é calculado e divulgado por agências de classificação de risco e bancos de investimento como o

banco J.P. Morgan e as agências Standard e Poor's, a Moody's e a Fitch, classificando os países em portadores de grau de investimento e em grau de especulação conforme quadro a seguir:

Moody's		S&P		Fitch		
Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	
Aaa	P-1	AAA	A-1+	AAA	F1+	Prime
Aa1		AA+		AA+		Grau elevado
Aa2		AA		AA		
Aa3		AA-		AA-		
A1		A+		A+		
A2	P-2	A	A-1	A	F1	Grau médio elevado
A3		A-		A-		
Baa1		BBB+		BBB+		
Baa2	P-3	BBB	A-3	BBB	F3	Grau médio baixo
Baa3		BBB-		BBB-		
Ba1	Not prime	BB+	B	BB+	B	Grau de não-investimento especulativo
Ba2		BB		BB		
Ba3		BB-		BB-		
B1		B+		B+		
B2		B		B		
B3		B-		B-		Altamente especulativo
Caa1		CCC+	C	CCC	C	
Caa2		CCC			Risco substancial	
Caa3		CCC-			Extremamente especulativo	
Ca		CC			Em moratória com uma pequena expectativa de recuperação	
C		C				
/		D	/	DD	/	Em moratória
/						

Fonte:

Wikipedia

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o_de_cr%C3%A9dito)

O Risco Brasil se trata de um conceito que busca orientar investidores estrangeiros quanto ao grau de risco ao qual estão expostos quando aplicam seus capitais no país, onde

os indicadores diários mais utilizados para essa finalidade são o EMBI+Br e o Credit Default Swap (CDS) do Brasil; para informações mais detalhadas acesse o documento Risco-País do Banco Central do Brasil (<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%209-risco%20pa%C3%ADs.pdf>).

Em 30 de abril de 2008 O Brasil foi classificado como *grau de investimento* pela agência de avaliação [Standard & Poor's](#) e em seguida a Moody's e a Fitch, o que certamente beneficiou estados empresas e o próprio país em seus relacionamentos econômicos e financeiros com o setor externo.

Acredito que a boa performance de algumas características macroeconômicas relevantes proporcionem o devam proporcionar uma avaliação mais realista e desprovida de interesses de empresas e países externos relativamente a uma ponderação de riscos mais realista principalmente de países em pleno desenvolvimento como é o caso dos componentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Em um caso e no outro, índices como o Credit Score e o Risco País são saudáveis quando se tem agências, institutos ou instituições de classificação de risco que também apresentam e representam confiança no mercado e em suas análises destinadas ao público consumidor de tais índices e análises, tais como empresas, instituições financeiras, investidores e governos.

Vejamos alguns erros relevantes cometidos pelas agências internacionais de risco:

- Agências de avaliação de crédito Standard e Poor's, Moody's classificaram os chamados "ativos tóxicos" e foram avaliados como excelentes e foram um dos estopins para o desencadeamento da atual crise econômica patrocinada pelo Tio Sam em 2008 (no livro Economia Nua e Crua de Charles Wheelan).
- S&P será processada pelo departamento de Justiça dos Estados Unidos por erros atribuídos à crise hipotecária antes da crise financeira (O Estado de São Paulo - <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sep-sera-processada-por-erros-em-ratings-imp-,993130>).
- Standard e Poor's não tem credibilidade para avaliar dívida dos EUA (Paul Krugman – Prêmio Nobel de Economia - <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2011/08/09/standard--poors-nao-tem-credibilidade-para-avaliar-divida-dos-eua.htm>).
- Standard & Poor's coleciona erros históricos em suas avaliações (Jornal do Brasil - <http://www.jb.com.br/analise-economica/noticias/2013/06/07/standardpoors-coleciona-erros-historicos-em-suas-avaliacoes/>).
- Os erros na leitura da crise grega - Como a Moody's subestimou a dimensão da dívida grega (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/14343-os-erros-na-leitura-da-crise-grega.shtml>).
- Moody's não faz análise, faz política (<http://www.vermelho.org.br/noticia/259625-367>).
- Moody's admite erros de análise antes da crise (<http://www.dci.com.br/financas/moodys-admite-erros-de-analise-antes-da-crise>).

- Moody's reconhece erros de cálculo (http://www.rtp.pt/noticias/economia/moodys-reconhece-erros-de-calculo_v349745).
- Agência Delloit: BC descobre indício de fraude na contabilidade do Panamericano (<http://www.vermelho.org.br/noticia/141270-2>).
- Agências de risco foram criticadas por falharem na crise global (<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/05/23/agencias-de-risco-foram-criticadas-por-falharem-na-crise-global.htm>).
- Erro de JPMorgan reabre debate sobre controle dos bancos nos EUA (<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/erro-de-jpmorgan-reabre-debate-sobre-controle-dos-bancos-nos-eua.html>).
- IPEA: Macroeconomia - Risco calculado? - Atuação na crise coloca agências de classificação de risco no centro do debate sobre regulação financeira (http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=1292:catid=28&Itemid=23).

Como se pode notar, os erros de avaliação por imperícia ou propositalmente divulgados por má fé ou ainda que representam interesses muitas vezes não confessáveis de alguns países ou corporações econômicas e financeiras permeiam as ocorrências e os noticiários de tais agências e de parte considerável da imprensa, o que estabelece um rebaixamento da nota de credibilidade daqueles que executam tais ponderações acerca de nações envolvidas em suas análises.

Difícil é confiar em instituições que apresentam alto grau de erros de análise (por ineficiência ou má fé) e que

passam sentimento de descredibilidade para o mercado e a sociedade como um todo, embora que em algumas situações quando se tem a cumplicidade de uma imprensa com interesses comuns torna-se bastante mais fácil manipular dados e mentes e consequentemente levar ao público em geral uma imagem jornalística desprovida da verdade.

Certamente que a robustez econômica, financeira e patrimonial de um país, empresa ou indivíduo tem um reflexo direto no grau de confiança em suas relações com os diferentes mercados e agentes nele inseridos.

Será que os resultados macroeconômicos, político-administrativos, sociais e diplomáticos (sétima maior economia mundial, baixa relação comparativa dívida/PIB, mercado produtor amplo e diversificado, instituições sociais e políticas sólidas, altos níveis de reservas cambiais, redução substancial da pobreza e do desemprego, democracia consolidada, estado de credor de diferentes nações e instituições multilaterais, bom pagador frente a obrigações, dentre outros) apresentados pelo país há mais de uma década não são suficientes para uma classificação bem mais generosa relativamente ao Brasil?

Pena que parte da imprensa continue atuando com o velho e conhecido “complexo de vira-latas” que pensa um dia tornar-se um ser com pedigree anglo-saxão.

Um forte abraço,
Augusto Dornelas



Livro**Rápido**

Nunca foi tão fácil publicar!!!

www.livrorapido.com

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 - Peixinhos Olinda-PE CEP: 53230-290
Fone (81) 2121.5307/2121.5313 e-mail: livrorapido@webelogica.com

Augusto César Barbosa Dornelas

Formação Acadêmica

Possui formação acadêmica a nível de graduação em Economia (UFPE) e Matemática (UFRPE), Pós-graduação em Matemática pela UFPE e Mestrado em Educação Matemática pela UFRPE e formação complementar relacionada às seguintes áreas: Análise de Viabilidade Econômica de Projetos (FIECAFI), Finanças Internacionais e Política Macroeconômica e Consultoria em Investimentos Financeiros (FGV), Análise e Planejamento Financeiro (SEBRAE), Mercado Financeiro e Títulos de Renda Fixa (ANBIMA).

Experiência Profissional

Possui mais de duas décadas de dedicação ao ensino de disciplinas relacionadas às áreas de Métodos Quantitativos, Finanças e Economia. Foi professor das universidades públicas UFPE e UFRPE. Ministra cursos nas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PE), Fundação Bradesco, Mongeral - EAGON Seguros & Previdência, MBA's da Business School da Faculdade Maurício de Nassau. Pós-graduação em Comércio Internacional da Faculdade Esuda, MBA em Gestão de Negócios e Gestão de Projetos da UNICAP, MBA em Gerenciamento de Projetos da Faculdade Guararapes, MBA em Controladoria do IBPEX - UNINTER e MBA's em Matemática Financeira Aplicada, em Logística e em Finanças Corporativas da Faculdade Metropolitana da Grande Recife, onde leciona há 12 anos e também exerce a função de coordenador do curso de Gestão Financeira. Presta consultoria econômica e financeira em entrevistas para veículos de comunicação do Estado de Pernambuco, dentre os quais: Rede Globo Nordeste, TV Jornal – SBT, TV Clube – Record, Rede Estação – RBC, Jornal Folha de Pernambuco e Jornal Diário de Pernambuco, Rádio Olinda (1030 AM) e a Rádio CBN Recife (97.1 FM).

Publicações do autor

- **MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS PARA CONCURSOS PÚBLICOS:** Teoria e Exemplos - 600 Questões de Provas: 200 Resolvidas e Comentadas e 400 propostas. (ISBN 978-85-224-7945-0 e ISBN 98-85-224-794); publicado pela Editora Atlas nas versões impressa e digital em agosto de 2013.
- **HP 12C** Uma abordagem prática e interativa de suas principais funções básicas, financeiras e estatísticas (ISBN 978-85-406-0661-6); publicado na versão impressa pela Editora Livro Rápido em novembro de 2013.
- **NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS – MEUS COMENTÁRIOS – vol. 1** (ISBN 978-85-406-0683-8); publicado na versão digital pela editora Livro Rápido em dezembro de 2013.



Livro Rápido

www.livrorapido.com

ISBN 978-85-62583-65-0

